

Anais do II Congresso Nacional da ABRALIN

Suplemento

Florianópolis
UFSC
2000

Diretoria da ABRALIN (1997/99)

Presidente:

Leonor Scliar-Cabral (UFSC)

Secretária:

Edair Maria Görski (UFSC)

Tesoureiro:

Heronides M. de Melo Moura (UFSC)

Suplente:

Pedro de Souza (UFSC)

Conselho:

José Luiz Fiorin (USP)

Maria Cecília Mollica (UFRJ)

Maria Denilda Moura (UFAL)

Suzana Cardoso (UFBA)

Paulino Vandresen (UFSC)

Raquel Teixeira (UFG)

APRESENTAÇÃO

Este volume constitui-se em *Suplemento dos Anais do II Congresso Nacional da ABRALIN*, realizado em Florianópolis, de 25 a 27 de fevereiro de 1999, ao ensejo da comemoração dos 30 anos da Associação.

Os artigos, quinze na área de Semântica e um de Línguas Indígenas, foram selecionados para publicação por pareceristas *ad hoc* e, por falhas técnicas, deixaram de figurar no CD-ROM que reúne os trabalhos apresentados no Congresso.

Florianópolis, 2000

A Comissão Editorial

Editoração Eletrônica

Adriana Gibbon

Leda Regina Carvalho

Apoio

Programa de Pós-Graduação em Linguística/UFSC

SUMÁRIO

- Formas de heterogeneidade em "O Espelho" de João Guimarães Rosa*
Vera Lúcia Rodella ABRIATA 07
- O estudo da significação por meio dos processos constitutivos do enunciado*
Dulce Elena Coelho BARROS 12
- O contexto e a interpretação*
Diomara FINCK 22
- As classes aspectuais e os pontos extremos*
Elena GODOY & Elódia C. ROMAN 32
- Projeção de pressuposições em sentenças condicionais, uma perspectiva em teoria da relevância*
Marcos GOLDNADEL 44
- Considerações sobre a anáfora associativa*
Lícia Maria Bahia HEINE 57
- A interpretação de número em português singular e plural - forma e sentido*
Márcio Martins LEITÃO 63
- Campo lexical e produção discursiva*
Edna Maria NASCIMENTO & Maria Célia LEONEL 74
- Polissemia e campos semânticos*
Avani de OLIVEIRA 82
- Em torno da metalinguagem*
Joana Plaza PINTO 92
- Metáfora e cognição no século XXI*
Roberta PIRES DE OLIVEIRA 103

A emergência de cenas temporais em enunciados da linguagem jornalística

Suzana ROCHA 117

A ambigüidade da negação na teoria dos topoi

Eliana TAVARES 128

Considerações semânticas sobre todos(as)/tudo/todo(a) no PB

Juçá Fialho VAZZATA DIAS 144

Os acarretamentos de interpretação verbal

Teresa Cristina WACHOWICZ 159

Tratamento acústico das variantes individuais em baniwa-hohodene, língua da família arawák

Iara Maria TELES 169

FORMAS DE HETEROGENEIDADE EM "O ESPELHO" DE JOÃO GUIMARÃES ROSA

Vera Lúcia Rodella ABRIATA (UNESP - Araraquara)

RESUMO: Esta comunicação analisa o conto "O espelho", de João Guimarães Rosa, tendo por base algumas reflexões teóricas desenvolvidas pela lingüista francesa Jacqueline Authier-Revuz a respeito do conceito de heterogeneidade.

Palavras-chave: heterogeneidade; o eu; o Outro

ABSTRACT: Based on some theoretical reflections proposed by the French linguist Jacqueline Authier-Revuz about the concept of heterogeneity, this paper analyses the short novel "O espelho", by João Guimarães Rosa.

Key words: heterogeneity; the I; the Other

No conto "O espelho" (Rosa, 1977, p.61-68) o enunciador projeta um narrador, que se situa no presente da narração, dialogando com um narratário-interlocutário a quem relata experiências que levou a cabo com espelhos ao longo de sua existência. Desse modo, à proporção que transmite sua experiência ao interlocutário, cuja presença no texto só é perceptível por meio de falas e questionamentos que o narrador lhe dirige, este vai, por sua vez, levando o narratário-leitor à percepção de que a figura do espelho, a que ele se refere, metaforiza, no texto, as diversas imagens do Outro com as quais foi identificando-se ao longo da vida. Essas imagens fizeram-no, entretanto, num certo momento de sua existência, desconhecer-se a si próprio. A partir daí, apavorado diante de um espelho com o reflexo da própria face - o espelho lhe mostrou um monstro hediondo em que ele não se reconheceu - foi procurando desvestir-se das diversas "máscaras" moldadas em seu rosto, com o objetivo de encontrar a verdadeira identidade para, afinal, perceber-se um ser extremamente heterogêneo.

É interessante observar que ele nos revela essa sua faceta heterogênea de forma gradual, por meio de reflexões e questionamentos que dirige ao interlocutário, em nível de narração, ao contar-lhe o seu percurso de vida pretérito em que, em busca da "vera forma", travou diálogo com outros discursos, como o da ciência, da religiosidade arcaico-popular, da literatura, do senso comum pelos quais, afinal, percebe-se constitutivamente atravessado.

Nosso objetivo, neste trabalho, é descrever algumas das formas de heterogeneidade mostrada, especificamente aquelas associadas à construção da figura do espelho no texto rosiano, e os efeitos de sentido por elas aí

engendrados.¹ Procuraremos também demonstrar a relação entre essas formas de heterogeneidade mostrada e a polifonia, uma das formas de heterogeneidade constitutiva também aí inscrita. Devemos lembrar, de acordo com Authier-Revuz, que a polifonia é uma noção enunciativa que, embora esteja ancorada em um horizonte teórico exterior à lingüística, o dialogismo do círculo de Bakhtin, traz inegáveis contribuições para o estudo da concepção de sujeito e de sua relações com a linguagem.

Assim, entre as diversas formas de heterogeneidade mostrada que Authier-Revuz destaca em sua obra, encontra-se o metadiscorso, presente, como podemos observar, logo na situação inicial do texto rosiano, quando se instaura a temporalidade da narração e o narrador dirige-se ao interlocutário, questionando-o sobre a natureza dos espelhos:

O senhor ... que sabe e estuda, suponho nem tenha idéia do que seja *na verdade* - um espelho? Demais, decerto, das noções da física com que se familiarizou, as leis da ótica. Reporto-me ao transcendente (Rosa, 1977, p. 61)

Percebemos que, ao contestar o conceito de espelho advindo das noções da física, o narrador utiliza-se aí *da glosa na forma dupla*, através da fórmula “*não no sentido q*”. Essa fórmula implica, por outro lado, “*x no sentido p*”, perceptível, no fragmento em questão, em *reporto-me ao transcendente*. (Authier-Revuz, 1998, p.40)

Esse tipo de glosa se enquadra nas formas de metadiscorso simples, segundo a lingüista francesa, e relaciona-se ao uso polissêmico de um termo da língua. Nesse caso específico, “a oposição p/q se relaciona à polissemia não-inventariável que o *funcionamento discursivo* imprime às unidades lexicais” (1998, p.41). Trata-se de um jogo, ainda do ponto de vista de Authier-Revuz, também constitutivo do sentido das palavras aqui e agora no discurso: o jogo descrito por Bakhtin como dialogismo fundamental de todo discurso, consequência do fato de ele elaborar-se no meio do já-dito dos outros discursos e, especificamente, do já-dito que, “sedimentado” em cada palavra, faz dela um

¹ A lingüista francesa Jacqueline Authier-Revuz vem estudando constantemente em sua obra as relações entre um conjunto de formas que inscrevem o outro explicitamente na seqüência do discurso - discurso direto, aspas, formas de retoco ou de glosa, etc., que ela denomina *formas de heterogeneidade mostrada (ou marcada)* e o estatuto das noções enunciativas (distanciamento, graus de comprometimento, desnivelamentos ou deslocamentos enunciativos, polifonia, desdobramentos ou divisão do sujeito enunciativo). Essas noções fundam o que a autora denomina *heterogeneidade constitutiva do discurso* e, embora estejam ancoradas em horizontes teóricos exteriores à Lingüística, trazem, a seu ver, inegáveis contribuições para o estudo da concepção de sujeito e de sua relações com a linguagem, não podendo, pois, deixar de ser consideradas por aqueles que se interessam pelas questões enunciativas. (Authier-Revuz, 1990, p.25)

lugar “compartilhado” onde se confrontam discursos diferentes, portadores de sentidos diferentes para essa palavra.

Observamos, pois, que o narrador, ao tecer dúvidas sobre o conhecimento do narratário a respeito da verdadeira natureza dos espelhos, objetiva despertar-lhe a curiosidade, levando-o a querer entrar em contato com o *saber* que ele detém sobre o assunto. Visando ainda à consecução desse mesmo objetivo, percebemos que a transmissão desse *saber* do narrador para o narratário realiza-se de forma gradual, por meio de definições generalizantes e indefinidas:

O espelho, são muitos, captando-lhe as feições; todos refletem-lhe o rosto, e o senhor crê-se com aspecto próprio e praticamente imudado, do qual lhe dão imagem fiel. Mas - que espelho? Há-os “bons” e “maus”, os que favorecem e os que detraem; e os que são apenas honestos, pois não. E onde situar o nível e o ponto dessa honestidade ou fidedignidade? Como é que o senhor, cu, os restantes próximos, somos, no visível? O senhor dirá: as fotografias o comprovam. Respondo: que, além de prevalecerem para as lentes das máquinas objeções análogas, seus resultados apóiam antes que desmentem a minha tese, tanto revelam superporem-se aos dados iconográficos os índices do misterioso. Ainda que tirados de imediato um após o outro, os retratos sempre serão entre si muito diferentes. (Rosa, 1977, p.61)

Vale ressaltar a correlação metafórica que o narrador aí estabelece entre “espelhos” e outras figuras lexemáticas, presentes neste fragmento, tais como “fotografias”, “retratos”, “lentes das máquinas”, “dados iconográficos”. Todas elas seriam dotadas de uma função comum: forneceriam imagens do ser humano que, da sua perspectiva, seriam ilusórias. Isso pode ser corroborado pela presença das aspas que são também outras formas de heterogeneidade mostrada aí perceptíveis e que não só destacam atributos relativos à natureza dos “espelhos”, mas também à sua função.

Assim, ao associar os espelhos “bons” àqueles que favoreceriam a criação de uma imagem positiva do ser humano e os “maus” àqueles que criariam uma imagem negativa do mesmo, o narrador, de forma reiterada, leva o narratário a certificar-se de que, metaforicamente, alude em seu texto, ao tema do auto-conhecimento, que seria, pois, ilusório, na medida em que se baseasse em imagens advindas do Outro.

Além disso, essas imagens não levariam em conta as transformações que o ser humano sofreria ao longo de seu percurso existencial, outro tema do texto, que se manifesta em: “o senhor crê-se com aspecto próprio, *imudado* do qual lhe dão imagem fiel”(grifo nosso). Observamos ainda que essas imagens seriam infíeis, na visão do narrador, por seu estado de fixidez, o que se confirma pela presença dos semas /estaticidade/ e /homogeneidade/, componentes da figura lexemática “imudado”. Vale notar ainda que esses semas - /estaticidade/ e /homogeneidade/ - se opõem respectivamente aos semas /dinamicidade/ e /diversidade/, esse último componente da figura lexemática “diferentes”,

presente no fragmento: “ainda que tirados de imediato um após o outro, os retratos sempre serão entre si *muito diferentes*” e que recobre não só o tema da transformação do ser humano ao longo da vida, mas também o da sua radical heterogeneidade. Portanto, apesar de as imagens dos retratos serem fixas, imutadas, elas se revelam “diferentes” entre si, quando tiradas sucessivamente, uma após a outra, indiciando o dinamismo das metamorfoses que o ser humano sofre durante o processo existencial.

Desse modo, o narrador, o “eu presente”, de forma cifrada, vai revelando ao narratário o processo de aquisição de um conhecimento arduamente adquirido: é ilusão o ser humano querer encontrar a individualidade, o auto-conhecimento, aí figurativizado por “aspecto próprio”, adequando-se, moldando-se às imagens preestabelecidas, preconcebidas fornecidas pelo Outro, o espelho humano. Por outro lado, é também ilusão achar que há: não há “aspecto próprio, imutado”.

É importante ressaltar, nesse sentido, que o narrador, ao levantar dúvidas acerca do auto-conhecimento do ser humano, destaca ainda a figura metonímica dos olhos como também relacionada à tessitura de uma imagem enganosa do mesmo:

Resta-lhe argumento: qualquer pessoa pode, a um tempo, ver o rosto de outra pessoa e sua reflexão no espelho. sem sofisma, refuto-o. O experimento, por sinal ainda não realizado com rigor, careceria de valor científico, em vista das irreduzíveis deformações de ordem psicológica. Além de que a simultaneidade torna-se impossível, no fluir de valores instantâneos. Ah, o tempo é o mágico de todas as traições... E os próprios olhos, de cada um de nós, padecem viciação de origem, defeitos com que cresceram e a que se afizeram mais e mais... Os olhos, por enquanto, são a porta do engano. (Rosa, 1977, p.62)

A alusão ao caráter enganoso das imagens captadas por meio do olhar - observe-se o uso reiterado de figuras relativas ao ver e ao olhar nesse fragmento - refere-se não só ao *saber* adquirido pelo narrador no presente acerca de sua experiência pretérita, mas ainda implícita o diálogo que estabelecerá, em seu texto, com a lenda ovidiana de Narciso, forma de heterogeneidade constitutiva presente, pois, no texto rosiano. Vale ressaltar que, ao final de seu percurso, o mito grego, também se conscientizou do caráter enganoso das imagens captadas pelo olhar, ao se dar conta de que estava apaixonado por sua imagem vislumbrada no espelho d'água.

Esse diálogo que o narrador estabelece com a lenda grega se patenteia quando, na seqüência do relato, ele se refere explicitamente aos personagens de Ovídio:

Tirésias havia predito ao belo Narciso que ele viveria apenas enquanto a si mesmo não se visse ... Sim, são para se ter medo, os espelhos.” (Rosa, 1977, p.62)

Ao utilizar-se aí do discurso indireto, recontando as predições de Tirésias a respeito do percurso de vida de Narciso, o narrador reiteradamente indicia que tratará do tema do auto-conhecimento do ser humano, fazendo alusão às implicações narcísicas relacionadas a esse auto-conhecimento. Possibilita, portanto, ao narratário entrever não só o diálogo que travará com a lenda ovidiana de Narciso, mas também com o discurso psicanalítico, que serão reelaborados em sua prosa poética.

Percebemos, por conseguinte, de acordo com Authier-Revuz, que o enunciador rosiano, ao apoiar-se explicitamente em outros discursos para ancorar nele o sentido de X, neste caso o sentido de “espelho”, utiliza-se dessa estratégia como um movimento de defesa contra esses exteriores discursivos. É assim que, a partir do campo interdiscursivo de forças, força as portas do discurso sobre X, ou mais apropriadamente sobre o tema do espelho, para impor ali seu sentido” (Authier-Revuz, 1998, p. 40,41).

Referindo-se, pois, aos temas de seu relato de uma forma cifrada, metafórica, o narrador vai, de outra perspectiva, alongando-o em nível de narração. Assim, ao antecipar ao narratário os temas da história que relatará, em nível de narrado, acerca de seu percurso pretérito em busca da identidade, o narrador vai adensando figurativamente o seu texto, dotando-o de um caráter singular, característico do enunciador rosiano de cuja voz é delegado.

Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pur une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV, Revue de linguistique*, Paris, 26, p.91-151.
- _____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas: 19, p.25-42, jul/dez.1990.
- _____. *Palavras incertas*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- ROSA, J.G. *Primeiras histórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

O ESTUDO DA SIGNIFICAÇÃO POR MEIO DOS PROCESSOS CONSTITUTIVOS DO ENUNCIADO

Dulce Elena Coelho BARROS (UEPG)

RESUMO: A proposta de trabalho com a linguagem apontada por Antoine Culioli, mais especificamente a sua "Teoria das Operações Enunciativas", busca resgatar os processos responsáveis pela geração do produto lingüístico articulando a um só tempo "língua" e "linguagem", as formas lingüísticas e os conteúdos expressos por meio dessas formas. Examinaremos aqui alguns desses processos. Nossa reflexão busca demonstrar que, mesmo predominando nos estudos lingüísticos atuais as antinomias e dicotomias apontadas, é possível refletir questões lingüísticas sob pontos de vista complementares.

Palavras-chave: operação; processo; significação

ABSTRACT: The Antoine Culioli's "theory of enunciative operations" suggest us to work with language emphasizing the processes accountable for the generation of the linguistic product relating, at the same time, language as structure and language as action, linguistic forms and meanings. This paper examines some of these processes. Our aim is to demonstrate that, although the language antinomies and dichotomies have been predominant in linguistics studies, it is possible to think about language as form and its usage simultaneously.

Key words: operation; process; signification

Introdução

O que se percebe ao se fazer alguns estudos sobre assuntos tais como: enunciação, atos de linguagem, semântica, pragmática, etc, desenvolvidos em lingüística, é que tais reflexões fornecem condições para que se passe a encarar os fenômenos de linguagem sob um outro prisma. Por essa razão, geram incômodos problemas para as teorias dominantes em lingüística, e por isso mesmo mostram-se férteis ao debate em torno dos *processos constitutivos do enunciado* de que trataremos.

Fazendo-se um levantamento histórico dos estudos lingüísticos desde a antigüidade clássica, passando-se por Saussure e posteriormente por Chomsky, percebe-se a possibilidade de sintetizarmos os estudos lingüísticos estruturalistas e gerativistas de um lado, com a chamada lingüística imanente, e os estudos

lingüísticos que buscam sistematizar os usos concretos da linguagem, efetivados pelos falantes, de outro lado. Instaure-se, portanto, uma separação dos estudos das línguas ora estudadas objetivamente, sob o ponto de vista formal; ora estudadas subjetivamente, sob o ponto de vista enunciativo/ discursivo/ pragmático.

Enquanto a natureza abstrata, homogênea é a característica da linguagem para os estruturalistas e sua função é a comunicação (referencial/informativa), correntes mais modernas da lingüística que convivem ou entram em concorrência com essa tendência formalista, têm considerado a língua em sua concretude, onde seres reais que têm uma história estão envolvidos em um processo interativo. A linguagem, dentro de tal concepção, passa ser vista em situação e tenta-se recuperar o fundamento básico do processo lingüístico: a significação.

1. Dicotomização: o formal e o semântico

Essas duas orientações, uma estruturalista e a outra discursiva surgem entre os estudiosos da necessidade de se dar cientificidade aos estudos lingüísticos, a partir, portanto, da eleição do objeto de estudo da linguagem. Sendo assim, as línguas passam a ser estudadas/concebidas, de um lado, como sistema estável, imutável de formas lingüísticas submetidas a regras, sendo que os *atos individuais* são vistos como variações fortuitas ou como deformações de tais regras (desvios). Por outro lado a enunciação da expressão lingüística é condicionada ao meio social, político, ideológico que envolve o indivíduo. No primeiro caso passa-se a considerar que as ligações lingüísticas entre um termo e outro são governadas por leis lingüísticas específicas de um sistema fechado. No segundo caso é sempre a expressão pronta, construída, acabada que determina e orienta a organização da atividade mental subjacente a todo o processo de fala. Na verdade, dentro de tal concepção, o conteúdo interior ou atividade mental do indivíduo (construção do pensamento) é descartada no *processo formador* e constitutivo de toda e qualquer expressão, determinante, por sua vez, da significação. É sempre o mundo exterior que se adapta às possibilidades da expressão e nunca o contrário. A dimensão experiencial, do pré-construído, e a sua representação nas línguas pelos indivíduos, bem como a capacidade humana de criar símbolos, de representar lingüisticamente a realidade apreendida, não é enfocada. O que modela e determina a orientação da organização de um enunciado, conforme constatamos nas mais recentes discussões de cunho enunciativo-discursivo, nunca é a atividade mental mas as relações ideológicas, políticas, sociais.

Essas são questões que nos levam ao seguinte questionamento: se as palavras estão previamente determinadas tanto por quem as emite quanto por

aqueles a quem são emitidas por que, então, *predicarmos, determinarmos, relativizarmos, modalizarmos*, os enunciados emitidos?

O ato de predicar pressupõe a aplicação de propriedades a uma noção por meio de uma tomada de posição do sujeito falante perante o fato ou estado de coisas por ele vivenciado, percebido ou identificado, expresso pela linguagem, e representado na língua.

O ato de determinar deixa evidente a escolha por parte do sujeito falante de um elemento lingüístico, portanto, uma forma concebida por ele como a mais adequada à configuração do fato ou estado de coisas visado.

Relativizar, por sua vez, se constitui em mais um processo de aplicação de propriedades a uma noção que enquanto resultado/produto lingüístico (forma) demonstra que o sujeito falante marca-se naquilo que enuncia. A relativização do enunciado deixa transparecer o modo pelo qual o sujeito identifica/cria/recria/refuta a realidade que se lhe apresenta, ou seja, retrata os mecanismos por meio dos quais ele aproxima ou distancia noções que, em termos formais, constituem-se em objeto lingüístico, em elemento sobre o qual incide a predicação.

A modalização do enunciado pelo falante mostra que a forma lingüística se transforma para evidenciar novos conteúdos. O próprio exercício da linguagem pelos falantes, que tomam o produto (material extralingüístico) constitutivo da enunciação/comunicação, passa a ser visto como material (forma), como fonte de produção necessária ao processo de novos produtos.

Predicar, determinar, relativizar e modalizar são processos subjetivos/individuais. Marcas, portanto, de um universo formal e abstrato no interior do qual encontram-se inscritos os interlocutores. Dessa forma, a atividade de linguagem / lingüística passa a ser descrita em função dos processos por meio dos quais os falantes obtêm/constroem o produto lingüístico ou chegam a um resultado refletido/marcado formalmente nas línguas naturais.

Dessa forma, então, embora busquemos igualmente, por meio dessa reflexão encabeçada por Culioli, dar um passo à frente nas análises lingüísticas, engajando-nos nessa busca da expansão do objeto de estudo da ciência lingüística, não deixamos de considerar as marcas lingüísticas tampouco atenuar-lhes em prol de uma análise cujo centro de atenção se constitui tão e somente no discurso.

2. A dicotomização língua/linguagem: algumas reflexões críticas

As informações e dados apresentados no estudo da linguagem demonstram, no entanto, uma clara tendência dos estudiosos a conceberem a existência e aceitarem algumas dicotomias que os levam a atuar somente sobre os dados formais das línguas, privilegiando o produto lingüístico, ou a atuar

somente sobre os dados que dizem respeito à atividade de linguagem, cujo objeto de estudo se constitui na atividade "linguagística" propriamente dita.

A separação dicotômica dos fenômenos língua (produto) e linguagem (processo) mostra-se adequada ao tratamento do evento significação? Não parece ter sido deixada pelos estudiosos da linguagem uma grande lacuna ao admitirem essa separação dicotômica e muitas outras que se nos apresentam no processo histórico de desenvolvimento dos estudos lingüísticos?

Se tomarmos as dicotomias: sentido/efeito de sentido; denotação/conotação; sentido real/sentido figurado; produto/processo; etc., nota-se que as palavras língua e linguagem são amplas e insuficientes para explicarem a variável significação que apresenta inúmeros valores e que esse grupo de duas palavras não explicita. Não existiria aqui um certo número de valores significativos que se sobrepõem, e que não se evidenciam ao se reduzir um fenômeno em apenas dois valores muito grosseiros?

Percebemos claramente essa tendência dicotomizante ao se falar em "efeitos de sentido" na literatura corrente em lingüística, onde parece haver a concepção da existência de um sentido "x" já cristalizado, ou típico, e sentidos que dele são derivados. Nesse caso, há a separação clara e evidente dos *efeitos de sentido* em duas categorias: o *sentido literal* e o *sentido derivado*, e que pode tratar, portanto, do *posto/pressuposto*, *sentido próprio/sentido derivado*, ou ainda do *dito/implícito*, *subentendido*, *sugerido*, etc. Dessa forma, a variável *significação* é apreendida nos seus extremos, em pólos mutuamente exclusivos. Entre os dois valores opostos e separados, ou mutuamente exclusivos, do fenômeno significação não haveria a possibilidade de existir inúmeros valores que, ou se ignora sua existência, ou não se sabe ou não se quer falar a respeito? O que fica de fora ao se levar em conta apenas valores mais extremos daquilo que poderíamos chamar de a *variável significação*?

Mais do que algo estanque ou parte de uma dicotomia, não poderíamos considerar o objeto de estudo da lingüística como algo contínuo? A reflexão dicotômica encontrada na história dos estudos lingüísticos não estaria encobrindo e distorcendo o que é *movimento*: uma questão de fundamento que em se tornando objeto de estudo da lingüística poderia colocar em outros termos os "desvios" e os "resíduos"?

A tendência para a dicotomização tende a se estender até mesmo dentro das teorias mais recentes. Isso é o que se observa nos trabalhos em que se admite a existência, de um lado, de uma atividade lingüística propriamente dita e de outro uma atividade dita linguagística. Há, portanto, aí dicotomias que atestam a separação: *prático/teórico*; *positivo ou científico/filosófico*; *formal/empírico*. Não seria o caso de se recuperar o processo gerador das antinomias articulando-se os dois lados?

No entanto a dicotomia forma/uso vem sendo igualmente criticada por alguns estudiosos. A busca da *sistematização dos usos* concretos da língua em

funcionamento tem sido reconhecida como uma forma de estruturalismo (cf Franchi, 1992, p.9-39). Fuchs (Alfa, 1985, p.11-129) da mesma forma critica o modo pelo qual tem-se analisado os fenômenos lingüísticos deixando-se de lado as marcas lingüísticas, ou seja, passando-se diretamente das categorias formais das línguas às categorias nocionais de cunho enunciativo. Tais críticas são feitas justamente por se perceber uma íntima ligação entre forma e uso. Por se constatar que a própria língua apresenta uma dinâmica que lhe é inerente, ou ainda, que a atividade lingüística além de configurar realizações sócio-culturais específicas, funções sociais exteriores, realiza-se em uma multiplicidade de operações subjacentes, *interiores ao sujeito* (Franchi, 1992, p.27). Operações essas que, além de configurarem a capacidade humana de elaborar símbolos, elevam o sujeito enunciativo à condição de elemento central da atividade lingüística. A configuração superficial das expressões retrata o movimento inerente à atividade lingüística, constitui-se em traço revelador dessa atividade dinâmica e operatória caracterizadora das línguas naturais. A linguagem, nesse caso, passa a ser entendida como atividade criadora, como um processo dinâmico criador em que, pela organização lingüística, informamos nossa experiência. Sendo assim, as formas de intervenção do sujeito no discurso, seja por meio dos chamados subentendidos, implícitos, pressupostos máximos conversacionais, etc, passam a ser considerados fonte de ancoramento da mensagem. Assim, ao invés de as categorias formais da língua serem vistas tão e somente como pistas explicativas de determinados fenômenos enunciativos - pragmáticos se constituem em marcas lingüísticas caracterizadoras do processo de significação.

A tarefa do lingüista, nesse caso, passa a ser a de recuperar e descrever os processos ou meios pelos quais os sujeitos falantes apreendem a realidade, organizam-na em um sistema desenvolvido especificamente para que sua experiência seja difundida/informada.

A nossa reflexão, apoiada mais especificamente na chamada "teoria das operações enunciativas" de Antoine Culioli procura fazer uma articulação: língua/linguagem; forma/uso; expressão/conteúdo; formal/semântico. Acreditamos, portanto, numa possível articulação entre conteúdo interior, responsável pelo sentido interno das formas lingüísticas e a expressão exterior, responsável pelo sentido externo das formas lingüísticas. Nossa preocupação é com o modo pelo qual o sujeito percebe/identifica/refuta/nega uma realidade e a representa lingüisticamente por meio de um sistema, criado para fins comunicativos, representante da atividade cognitiva dos falantes (das representações mentais), das operações postas em relação às quais não temos um acesso imediato. Esse sistema de representação lingüística se constitui, portanto, em representante formal no qual encontram-se as marcas do modo como o sujeito organiza suas experiências a partir da sua relação com o mundo, com os objetos, com a cultura a que pertence.

3. Dinamismo no exercício da linguagem

Os processos constitutivos do enunciado são descritos por Culioli em termos de uma multiplicidade de Operações. Isso quer dizer que um enunciado é constituído ou resulta de operações dinâmicas ligadas ao campo enunciativo.

A construção do enunciado se processa por meio de duas operações básicas as operações *predicativas* e *enunciativas*. A essas duas serão acrescentadas outras.

A construção do enunciado em termos dessas duas operações básicas se sustenta a partir de uma entidade abstrata denominada por Culioli de *lexia* - "léxis" - (Culioli, 1976, p. 60-61).

A *lexia*: < a r b > se constitui em uma das várias notações, criadas por Culioli, representativas dos representantes do sistema de representação lingüístico (operações de nível II), portanto, representantes de terceiro grau ou nível III cuja função metalingüística se destina a controlar determinadas possibilidades relacionadas com nível II de representação. Como o nível II permite que se faça uma boa representação das operações processadas no nível I de representação, nível das atividades cognitivas dos falantes - lugar da organização das experiências construídas pelos indivíduos a partir da sua relação com o mundo -, a construção de um terceiro nível, ou seja, a criação de um sistema de representação metalingüístico se faz necessário. O *sistema de representação metalingüístico (SRM)*, enquanto representante de terceiro grau, se constitui no sistema representante do sistema de representação de nível II que, por sua vez, permite que se faça uma boa representação daquilo que vem a ser o nível I. Culioli (1990, p.21-24) separa, portanto, as operações lingüísticas em três níveis de representação: nível I, nível II e nível III.

A *lexia* (< a r b >) é caracterizada por agrupar três noções cujas relações ainda se apresentam indeterminadas. Ex: homem, derrubar, árvore.

Essa *lexia organizada* (lingüístico) e *instanciada* (extralingüístico) pode gerar uma família de enunciados do tipo:

- (1) O homem derruba árvores.
- (2) Este homem derruba árvores.
- (3) O homem derrubou as árvores.
- (4) Algum homem derrubou as árvores.
- (5) Os homens derrubaram as árvores.
- (6) O homem não derrubou as árvores.
- (7) O homem talvez tenha derrubado as árvores.
- (8) As árvores foram derrubadas pelo homem.
- (9) As árvores podem ser derrubadas pelo homem.
- (10) As árvores podem ter sido derrubadas pelos homens.

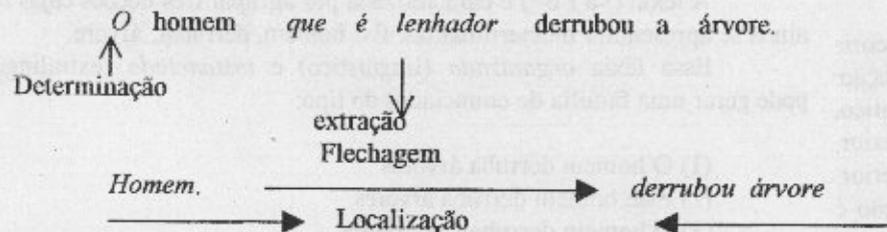
- (11) O homem foi derrubado pela árvore.
 (12) O homem que derruba árvores é lenhador.
 (13) etc...

O que vai distinguir esses enunciados serão as *relações predicativas e enunciativas* que aí se estabelecem. As relações predicativas e enunciativas constitutivas dos enunciados em questão são representadas ou notadas como: $\langle a r b \rangle \in \text{Sit}$ onde $\langle a r b \rangle$ representa as relações predicativas e $\in \text{Sit}$ representa as relações enunciativas.

O falante tem, assim, ao seu dispor um leque de possibilidades de escolha da melhor forma para evidenciar um conteúdo. A escolha não é alcatória. Ela pressupõem um trabalho de construção e reconstrução de noções. Para representarmos formalmente as noções lançamos mão do material simbólico à nossa disposição. O trabalho do falante consiste em organizar no sistema lingüístico (sistema de representação lingüístico) esse material simbólico de forma aceitável e coerente. Usar a língua, de acordo com essa reflexão, é sermos capazes de representar uma realidade por meio de um processo (lingüístico) organizacional. Diz respeito às operações dinâmicas constitutivas do enunciado no interior das quais encontram-se inscritos os sujeitos no seu trabalho de elaboradores de formas lingüísticas significativas. Nesse caso a dicotomia língua e linguagem se desfaz.

A escolha de um artigo definido ou indefinido por exemplo supõe uma *operação de determinação* por parte do sujeito enunciator. O uso do definido ou do indefinido apresenta uma diferença qualitativa (intensional) de ponderação particular ou genérica. Isso mostra que o trabalho de construção do sentido é perceptivo.

Vejamos o seguinte exemplo:



Além da *operação de determinação* o enunciado em questão comporta uma *operação de extração*. Nesse caso há por parte do falante a percepção de uma propriedade, - passível de ser aplicada à noção "homem"-, capaz de desencadear o resultado "árvore derrubada", que é "ser lenhador". Pela *operação de extração* o sujeito enunciator percorre um leque de possibilidades virtuais a partir do qual elege aquele objeto (termo de partida da relação

predicativa) que contenha propriedades nocionais condizentes com as noções constitutivas do termo de chegada da relação predicativa. Assim, no enunciado em questão, dizemos que dentre todos "homens" reconhecidos pelo enunciator como possíveis de existir se processa a eleição de um homem determinado que Y (derrubar árvores) e Z (ser lenhador). A marca ou o resultado do processo por meio do qual o sujeito representa na língua o objeto "homem" como determinado/localizado pode ser evidenciado pelo determinante "o" em "o homem", configurando-se assim, a *operação de determinação*.

O objeto de predicação "o homem" do enunciado comporta, portanto, duas propriedades: "derrubar árvores" e "ser lenhador". Nesse caso há um X (homem) que Y (derruba árvores) e esse X é Z (lenhador). O mecanismo pelo qual o sujeito enunciator aproxima as noções Y (derrubar árvores) e Z (ser lenhador) resulta na *operação de flechagem* a partir da qual localizamos X (homem). Essas noções são aplicadas a um objeto de predicação localizado, no caso em questão "homem", levando-se em conta as propriedades que as noções Y e Z comportam, processa-se a *operação de localização*.

Podemos falar ainda em *operação de modulação*. As ocorrências lingüísticas comportam modulações, elas são moduláveis, ou seja, comportam valores enunciativos individualizados, valores referenciais construídos e que podem variar de pessoa para pessoa, ou ainda de cultura para cultura. É pela operação de modulação que derivamos da lexia: homem, derrubar, árvore a seguinte família de enunciados:

- (1) O homem que derruba árvores é lenhador
 está se tornando
 pode/deve ser
 considera-se
 pode ser que seja
 diz ser
 talvez seja
 ($\in \text{sit}$)

Pela operação de modulação percebe-se que as ocorrências lingüísticas se revestem de certa estabilidade no mundo mental e emocional do indivíduo graças à estabilidade do fenômeno no mundo físico. O significado estável das coisas se sustenta a partir de um consenso social que vai garantir, por sua vez, a estabilidade de nossa percepção. Isso quer dizer que, embora haja historicamente, o estabelecimento de estereótipos, arquétipos ou protótipos (cf. Culioli, 1985, p.27) direcionando especificamente a atividade de linguagem de forma particularizante, a estabilidade das ocorrências lingüísticas são dotadas, por outro lado, de valores enunciativos individualizados, ou seja, os valores referenciais construídos culturalmente podem variar de pessoa para pessoa.

As operações citadas acima são operações gerais que englobam uma atitude subjetiva (percepção de uma realidade pelo extralingüístico) perante o fato representado na língua e uma atitude objetiva de escolha em que entram as regras da organização do enunciado (gramática).

Essa reflexão leva a crer que a língua marca uma subjetividade que tem a ver com a maneira pela qual os indivíduos apreendem a realidade que se lhe apresenta no mundo físico/mental e a representam lingüisticamente. Isso quer dizer que determinadas noções (noções gramaticais, noções lexicais, noções sintáticas), constitutivas da atividade lingüística, são apreendidas pelos falantes a partir de um leque de propriedades físico-culturais que se lhe apresentam marcadas formalmente na estrutura das línguas, ou seja, em um sistema cuja função é representar as línguas naturais.

Dessa forma, então, é que se passa a construir uma semântica cuja natureza diz respeito ao modo de correspondência complexa entre as formas os sentidos, ou seja, os mecanismos enunciativos passam a ocupar um lugar específico no seio mesmo do sistema da língua.

4. Conclusão

A significação lingüística, no interior da *teoria das operações enunciativas*, constrói-se, então, a partir de operações específicas realizadas pelos sujeitos enunciativos em interação com o meio, durante a interlocução. Nesse sentido que se passa a considerar o exercício da linguagem pelo falante como uma atividade lingüística, uma atividade de elaboração de símbolos que realiza no jogo entre o lingüístico (sintático/gramatical/lexical) e extralingüístico (semântico - discursivo).

Referências bibliográficas

- BARROS, D. *O papel do "dever" e do "poder" na construção do enunciado*. Araraquara, UNESP, 1997. Dissertação de mestrado.
- CULIOLI, A. *Transcription du séminaire de D.E.A. de A. Culioli - Recherches en linguistique: théorie des opérations énonciatives*. Département recherches linguistiques Université de Paris VII, Paris, octobre, 1976.
- _____. *Notes du séminaire de D.E.A. Département de recherches linguistiques (D.R.L.), Université de Paris VII, Poitiers, 1985.*
- _____. *Pour une linguistique de l'énonciation - opérations et représentations*. Tome I, OPHRYS, 1990.
- _____. *La théorie D'Antoine Culioli - ouvertures et incidences*. Organisée par le groupe "invariants langagiers" de l'URA 1028, Université de Paris VII, OPHRYS, Mai-juin, 1991.

FRANCHI, C. *Linguagem - atividade constitutiva*. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 22. Campinas, UNICAMP, 1992. p.9-39.

FUCHS, C. *As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica*. Trad. Letícia Marcondes Rezende. *Alfa*, 29. São Paulo, 1985. p.11-129.

O CONTEXTO E A INTERPRETAÇÃO

Diomara FINCK (UFSC)

RESUMO: Este trabalho apresenta uma abordagem semântico-pragmática de análise de contextos considerando interpretações diferentes para determinados enunciados. Nessa perspectiva, investiga a influência do componente semântico e pragmático na apreensão do significado e na resolução de ambigüidades.

Palavras-chave: contexto; ambigüidade; interpretação

ABSTRACT: This paper presents a semantic pragmatic approach of context analysis considering different interpretations to some given statements. According to this view, it investigates the influence of semantic and pragmatic components in the understanding of meaning and in the resolution of ambiguity.

Key words: context; ambiguity; interpretation

Introdução

Com a realização deste trabalho pretendemos investigar como é possível explicitar a resolução de ambigüidades ou indeterminações semânticas em estruturas linguísticas. Com esse objetivo, esboçamos possibilidades para uma abordagem semântico-pragmática de análise de contextos considerando as diferentes interpretações para alguns enunciados.

Os enunciados utilizados foram selecionados do Banco de Dados do Projeto Varsul, que é formado por entrevistas nas quais o informante faz relatos pessoais. Para a realização da análise proposta neste trabalho, foram coletados enunciados de cinco entrevistas com informantes da cidade de Florianópolis.

1. O contexto e a fala de Florianópolis

A determinação de uma referência, ou do que falamos, depende não apenas de componentes semânticos, mas também de componentes pragmáticos. Assim, para interpretarmos uma sentença às vezes precisamos considerar o contexto no qual ela foi produzida.

Nesse sentido, para entender um enunciado, uma interpretação particular é escolhida entre várias possibilidades. Conforme Green (1996) a

interpretação de um contexto anterior direciona o processo interpretativo antes que a ambigüidade seja encontrada. Durante uma situação de interação verbal, o *interpretador* tenta antecipar quais as pretensões do seu *interlocutor* com um determinado ato de fala¹. Essas informações direcionam a busca de sentidos para uma expressão ambígua.

Desse modo, a resolução de ambigüidades léxicas, gramaticais ou discursivas dependeria da reconstrução das metas e crenças do falante em um determinado contexto.

Consideremos a sentença abaixo:

(1) Procurei outros grupos pra estudar (FLP04, L159)

Em (1), precisamos de outras informações além do que está dito nessa sentença para que compreendamos o significado de *grupos*, temos nessa sentença uma situação de ambigüidade lexical. Se não soubéssemos qual o contexto da enunciação de (1), poderíamos formular hipóteses interpretativas para ela. Uma das possibilidades, por exemplo, corresponderia à interpretação de *grupos* como *grupos de estudo*, assim, poderíamos ter, em (1), um estudante que procurava outros grupos de estudo junto aos seus colegas. Em outra possibilidade para (1), poderíamos imaginar um pesquisador estabelecendo os limites de sua investigação e selecionando *grupos de informantes* (ou de quaisquer elementos) os quais seriam estudados em sua pesquisa. Ainda seria possível supor que, em (1), *grupos* fossem *grupos escolares* ou *escolas* e então, alguém estaria procurando por uma escola.

Sem especificações adicionais não parece ser possível determinar com exatidão a que tipo de grupo o falante está se referindo, ou ainda, a finalidade associada a esse grupo - um grupo *no qual se estuda* (grupo de estudo), *onde se estuda* (escola) ou um grupo *que é estudado* (grupo de informantes).

O falante escolhe livremente um termo para uma referência, porém, essa escolha é restringida pragmaticamente, de modo que o falante considere como o interlocutor será capaz de identificar sua intenção ao usar uma determinada expressão. Assim, se a sentença (1) é construída em um contexto de uso específico, em que o falante tem o objetivo de informar, podemos supor que dentre as formas disponíveis, esse falante escolheu a mais adequada para que seu interlocutor pudesse entendê-lo.

Vejamos a sentença a seguir:

(2) Aí, resolveu terminar comigo (FLP20, L72)

¹ Para Green, os *usuários* de uma língua interpretam atos linguísticos - sentenças produzidas por um falante em uma determinada ocasião com um objetivo - e não objetos linguísticos abstraídos do seu contexto de uso.

Para essa sentença, observemos as seguintes interpretações possíveis:

- (2) (a) *Aí, resolveu terminar nosso relacionamento;*
- (b) *Aí, resolveu prejudicar-me;*
- (c) *Aí, resolveu ficar comigo definitivamente.*

As interpretações (a) e (c) acima indicam uma oposição de significados, enquanto (b) sugere uma possibilidade de significado ainda completamente diferente. O exemplo (2) apresenta, assim, uma ambigüidade semântica. Se acrescentarmos a essa sentença um novo elemento, seu significado poderá ser modificado. Em uma conversação, supomos que haja um conjunto de informações e crenças que são compartilhadas pelos interlocutores. Esse conhecimento compartilhado pode ser, então, alterado por novas informações acrescentadas durante a situação de interação. Esse contexto, chamado *dinâmico*, é modificado pelo processamento da conversação (Moura, 1999).

Vejamos novamente o exemplo (2) ao qual acrescentamos a seguinte enunciada pela informante:

- (2) *Aí, resolveu terminar comigo (FLP20, L72)*
- (2A) *Aí, resolveu terminar comigo... pra aproveitar mais um pouco de vida de solteiro.*

Se considerarmos como conhecimento compartilhado pelos interlocutores a existência de um relacionamento amoroso entre a informante e uma outra pessoa, poderíamos conservar apenas as possibilidades (a) e (c) para a interpretação da sentença (2) e o contexto (b) já estaria eliminado. Entretanto, somente com a inclusão da informação nova em (2A), o contexto (c) é eliminado e apenas (a) torna-se compatível com a sentença (2A).

A mudança de contexto pode ser formalizada com: (2) ϕ é interpretado como uma função (+ ϕ) de conjunto de contextos a conjunto de contextos (Chierchia *apud* Moura, 1999). O conjunto de contextos no momento do fluxo conversacional poderia ser representado com *c*, indicando as informações compartilhadas entre os interlocutores. Assim, quando ϕ é enunciado, um novo conjunto de contextos é obtido; $c+\phi$, esse conjunto será composto de contextos compatíveis com ϕ e deixará de lado os contextos incompatíveis com ϕ .

A partir do exemplo (2) se (2A) é enunciado num conjunto de contextos *c*, então, obteremos um novo conjunto de contextos $c+(2A)$ que exclui os contextos incompatíveis. Desse modo, ao tomarmos conhecimento de que *ele* (pessoa de quem a informante fala em (2)) deseja *aproveitar sua vida de solteiro* eliminamos as outras possibilidades de interpretação (b) e (c).

A determinação do significado de uma expressão, também segundo Ilari (1994:75), depende "da exploração de informações e expectativas dos interlocutores engajados numa conversação específica". O sentido que a expressão adquire no contexto de fala às vezes tem pouca ou nenhuma relação com o que se esperaria para essa mesma expressão a partir das palavras que a constituem.

Observemos o exemplo abaixo:

- (3) *nós não temos alguma coisa deles (FLP04: L283)*

Para esse exemplo, também poderíamos pensar em possibilidades de interpretações diferentes:

- (3) (a) *nós não temos a aparência ou o modo de ser deles;*
- (b) *nós não temos nenhum objeto que pertença a eles.*

Entretanto, apenas sabendo das circunstâncias da enunciação poderemos obter o real significado de (3). Quando o interpretador reconhece um certo número de interpretações alternativas, significa que não é evidente qual delas foi pretendida pelo falante. Nesse caso, parece ser necessário reconstruir o que o falante quer dizer, quais são suas crenças e intenções ao produzir esse enunciado. Em relação ao exemplo (3), a definição da leitura que pode ser dada a essa sentença, é bastante distante das interpretações possíveis (a) e (b) acima. Observemos a sentença seguinte, que aparece na seqüência da entrevista:

- (3a) *nós não temos alguma coisa deles por terem batido em nós, não (FLP04: L283)*

A partir de (3a) temos a seguinte interpretação:

- (3a) (c) *nós não temos ressentimentos por eles terem batido em nós, não*

Entretanto, essa interpretação só é possível por inferências pragmáticas. Se soubermos que o falante de (3a) está se referindo aos pais e que aprecia a educação que deles recebeu, podemos, então, interpretar que ele *não tem ressentimentos*; mas para isso estamos atribuindo a *alguma coisa* o significado de *mágoas, ressentimentos*. Embora, inicialmente, essa associação pudesse parecer muito distante, com a delimitação do contexto de enunciação de (3a), a leitura (c) torna-se perfeitamente plausível. Além disso, também estamos atribuindo ao falante a intenção de manifestar sua aprovação em relação à

atitude dos pais mesmo tendo sido repreendido com agressões físicas durante sua infância.

Nesse exemplo, os componentes pragmáticos podem provocar uma mudança de contexto, eliminando os contextos (a) e (b) e mantendo (c). Se denominamos a inferência pragmática de ψ , então temos como resultado $c+\psi$, do qual (a) e (b) são excluídos.

Tanto o componente semântico quanto o pragmático podem alterar um dado conjunto de contextos determinando que grupo de informações compartilhadas deve ser levado em consideração para a interpretação de uma sentença. No entanto, uma diferença em relação à inferência pragmática é que esta pode ser cancelada sem contradição. Assim, se não admitíssemos a intenção do falante de manifestar sua aprovação em relação à educação que recebeu dos pais, talvez tivéssemos, ainda, uma outra interpretação possível para (3a).

Quando o componente pragmático é responsável pela resolução da ambigüidade o falante pode recusar a interpretação feita pelo interlocutor. Assim, com outros objetivos (isentar-se da responsabilidade e conseqüências de uma declaração, por exemplo) o falante poderia negar a intenção que lhe foi atribuída pragmaticamente.

Segundo Levinson (1983:5) o contexto inclui a identidade, as crenças, o conhecimento e as intenções dos participantes de um evento de fala e os parâmetros espaciais e temporais desses eventos. O alcance de *contexto*, seria, então, estendido a aspectos extralingüísticos.

A apreensão do significado e a resolução de ambigüidades envolvem, portanto, não apenas fatores semânticos, mas também circunstanciais, que interferem na utilização de língua em atos de comunicação verbal.

De acordo com Marques (1990:131) estariam incluídos na:

competência lingüística dos falantes não só o domínio dos mecanismos do sistema formal da língua (competência gramatical), mas também todos os conhecimentos e habilidades de que dispõem, para empregar a língua de modo coerente e adequado (competência comunicativa), nas diversas circunstâncias socioculturais em que recorrem a simbolizações lingüísticas.

Um falante utiliza muitos recursos lingüísticos para produzir e interpretar enunciados. Muitas dessas sentenças produzidas, se observadas isoladamente fora de seu contexto de uso, pareceriam estranhas ou até agramaticais, entretanto, contextualizadas, adquirem significado pleno e demonstram a adequação de sua utilização em uma circunstância específica.

Vejam os seguintes exemplos:

(4) Por isso que eu faço esportiva, pra botar uma sauna (FLP19, L456)

A sentença acima pode parecer um tanto estranha se tomada isoladamente, mas de acordo com o contexto dado na entrevista (FLP19 do banco de dados), interpretamos que o falante joga na loteria esportiva com o objetivo de ser premiado e, então, realizar seu sonho de instalar uma sauna. Para o interlocutor desse falante, a sentença (4) não provocou estranhamento:

(5) Mas por que não? Não é uma coisa impossível... (FLP19, L459)

Nesse caso, havia entre o falante e seu interlocutor um conhecimento compartilhado que aparece explícito no decorrer da entrevista. A interpretação de (4) foi possível por haver um reconhecimento, por parte do interlocutor, das intenções do falante.

Em circunstâncias específicas, o falante pode pretender que seu interlocutor interprete ou descubra na sentença formulada um sentido diferente daquele que normalmente seria alcançado através de uma interpretação literal.

Segundo Grice (*apud* Ilari, *op. cit.*), a conversação obedece a regras conversacionais com as quais os falantes racionais se comprometem ao iniciar uma conversação. As máximas conversacionais descrevem essas regras:

- a- Relevância: produza uma contribuição relevante;
- b- Quantidade: produza uma informação tão informativa quanto é exigido pelos objetivos da conversação; não produza uma informação mais informativa do que o necessário;
- c- Qualidade: produza uma contribuição verdadeira; não diga o que você acredita ser falso, não diga algo sem encontrar a evidência adequada;
- d- Modo: seja claro, evite obscuridade, ambigüidade, seja breve, seja ordenado;

Essas regras podem ser exploradas pelos falantes para produzir sentidos que são diferentes do que convencionalmente poderia se esperar. Assim, quando o interlocutor realiza uma inferência a partir de uma intenção do falante, temos uma *implicatura*.

Para Ilari (*op. cit.*) o uso do termo implicatura está relacionado à distinção de dois fenômenos lingüísticos: "o fenômeno do acarretamento, em que se infere uma expressão com base apenas no sentido literal de outra; e o fenômeno (...) em que a derivação de um sentido passa obrigatoriamente pelo contexto conversacional".

Ainda, para o entendimento das implicaturas precisamos estabelecer um paralelo com as pressuposições. Tanto as pressuposições como as implicaturas fazem parte do conteúdo afirmado em uma sentença, no entanto, é possível encontrar algumas diferenças entre elas.

Conforme Ilari (*op. cit.*), a implicatura é um sentido derivado atribuído a um enunciado a partir da constatação de que o sentido literal não pode ser

aplicado nessa situação. Para esse autor, é possível estabelecer uma distinção entre pressuposições e implicaturas com o seguinte critério: "podemos tornar ainda mais nítida essa distinção entre pressuposições e implicaturas dizendo que as primeiras fazem parte do sentido literal das frases, ao passo que as segundas são estranhas a ele".

Entretanto, parece-nos que o pressuposto depende não apenas do que está explícito na estrutura lingüística ou na estrutura semântica, mas também do que consta do contexto de conhecimento compartilhado entre o falante e o interlocutor. Já a implicatura depende de uma inferência que se faz a partir de uma intenção do falante.

Para Moura (*op.cit.*), "essa intenção deve ser inferida pelo interlocutor. O pressuposto também deve ser inferido, mas a partir do conhecimento compartilhado, e não da intenção do interlocutor".

Observemos o seguinte exemplo:

- (6) (a) o meu pai nunca foi daqueles de chegar num armazém
(b) e comprar o pior pra nós comer (FLP04, L241)

A primeira parte dessa sentença informa que o pai vai a um armazém e essa informação é introduzida como pressuposto. O *nunca* em (a) nega ir a um armazém e comprar o pior. Com o acréscimo de (b), não podemos interpretar *pior* em seu sentido literal, mas por implicatura obteremos o sentido oposto. Assim, o pai não comprava o pior, mas sim, o melhor.

Vejamos ainda mais um exemplo:

- (7) ela trabalhava num negócio de descascar camarão (FLP18, L247)

Para essa sentença teríamos interpretações possíveis como:

- (7) (a) ela trabalhava numa empresa onde se descascava camarão;
(b) ela trabalhava na função de descascar camarão.

Em (a), *ela* poderia exercer uma atividade qualquer, por exemplo, trabalharia como faxineira ou recepcionista. Mas em (b), teríamos a executando o trabalho de descascar camarão.

A interação lingüística acontece a partir de um conjunto de informações compartilhadas pelos falantes, portanto, a escolha entre conjuntos de contextos (a) ou (b) não poderia ser feita sem que esse conhecimento fosse de algum modo comum para os interlocutores. Assim, quando o informante enuncia (8) ocorre uma mudança de contexto:

- (8) então chegava em casa (...) com as mãos cortadas de tanto descascar camarão (FLP18, L249)

A sentença (8) elimina a possibilidade (a) como contexto para (7). Desse modo, a mudança de contexto pode ser formalizada com: (7) ϕ é interpretado como uma função ($+\phi$) de conjunto de contextos a conjunto de contextos. O conjunto de contextos durante a produção do fluxo conversacional poderia ser representado com *c*, indicando o conhecimento compartilhado pelos interlocutores. Quando ϕ é enunciado, um novo conjunto de contextos é formulado; $c+\phi$, esse conjunto será composto de contextos compatíveis com ϕ e deixará de lado os contextos eliminados por incompatibilidade.

A partir do exemplo (7), se (8) é enunciado num conjunto de contextos *c*, então teremos um novo conjunto de contextos $c+(8)$ que excluirá os contextos incompatíveis. Com isso, a informação contida em (8) de que *ela* chegava em casa com as mãos machucadas exclui a interpretação (a) e mantém o contexto (b).

Algumas análises que enfatizam a troca de informações entre os falantes consideram dois tipos de informações: a informação sobre o mundo, que está relacionada a fatos, processos, indivíduos e objetos do mundo e a informação discursiva, que inclui dados sobre o fluxo do discurso e da conversação.

Assim, numa situação de conversação, os objetos e indivíduos sobre os quais se está falando precisam ser delimitados e a referência das variáveis discursivas precisa ser definida. Esses dados fazem parte das informações discursivas que são "listadas" pelos falantes durante uma conversação e que lhes permitem acessar a informação sobre o mundo.

A anáfora é um dos recursos utilizados pelos falantes para controlar itens que já foram enunciados. Observemos o exemplo abaixo:

- (9) sempre viajo com a esposa (FLP21, L319)

O interlocutor acrescentará em seu conjunto de informações discursivas a esposa. Na teoria da semântica dinâmica esse item do discurso é chamado *peg*. Consideremos a seqüência da conversação:

- (10) porque também é uma forma de ela participar e ter um lazer (FLP21, L319)

Para que o interlocutor possa interpretar (10), será preciso estabelecer uma ligação anafórica entre *ela* e o *peg a esposa*. A resolução da anáfora

ocorre com a ligação de uma variável com um peg específico. Desse modo durante uma conversação, novas informações serão introduzidas por outros peg e variáveis e suas respectivas ligações, criando-se um sistema de referente dinâmico que pode ser aumentado com a inclusão de novos enunciados.

De outra forma, a resolução de ambigüidades anafóricas é considerada por Green (*op.cit.*) como dependente da reconstrução das metas e crenças do falante num contexto específico de enunciação.

Além disso, quando o interlocutor é incapaz de escolher entre as alternativas de interpretação que um enunciado apresenta, ou não encontra informação suficiente para a interpretação, o entendimento é tão problemático quanto interpretar uma sentença gramaticalmente ambígua em situações nas quais significados diversos são possíveis, mas com diferenças em relação à relevância. Nesse caso, é importante fazer inferências sobre as intenções do falante.

Vejamos o exemplo:

(11) (a) As professoras chamam os pais hoje em dia pra conversar com eles (FLP18, L374)

(b) As professoras chamam as mães hoje em dia pra conversar com eles.

Em (a) acima, poderíamos ter um determinado contexto de enunciação que possibilitasse a interpretação de *eles* não como anafórico de *os pais*, mas como um elemento com uma outra referência, como por exemplo, *os diretores da escola*. Nesse caso, seria importante considerar as intenções do falante em um contexto específico de enunciação. No entanto, em (b), *eles* não pode ser um anafórico de *as mães* e tampouco de *As professoras*, já que a possibilidade de co-referência é eliminada por um critério sintático-semântico. Desse modo, a referência de *eles* corresponderia a algum elemento incluído no conjunto de conhecimentos compartilhados pelos falantes, mas isso não seria um problema para a interpretação desse enunciado uma vez que a definição do significado de (b) já estaria estabelecida no plano sintático-semântico da sentença. Por outro lado, *eles* em (b) deixa em aberto o peg (referente discursivo) a que está ligado e, nesse caso, ainda seria necessário o componente pragmático

2. Considerações finais

A análise do contexto para a interpretação de enunciados produzidos em uma situação real de comunicação ainda oferece instigantes possibilidades de estudo. A investigação e a descrição dos fatores relacionados com o ato de produzir e interpretar enunciados permite a ampliação de nossa compreensão

sobre como a língua funciona e de como os falantes a utilizam em situações de interação.

Para a interpretação dos enunciados produzidos em uma situação de interação lingüística, o interlocutor considera não apenas o conteúdo semântico presente nessas estruturas, mas também outros aspectos, como as intenções e crenças do falante. Além disso, o conhecimento compartilhado entre ambos, o falante e seu interlocutor, também é fator determinante para a interpretação dos enunciados produzidos.

Assim, consideramos a interação conversacional um processo dinâmico, no qual informações novas incluídas pelos falantes podem modificar os contextos anteriores ou eliminar contextos incompatíveis com o novo enunciado, estabelecendo-se, então, um outro contexto. Desse modo, a dinâmica do contexto estaria ligada à resolução de ambigüidades e, conseqüentemente, à apreensão do significado.

Referências bibliográficas

- GREEN, G. Ambiguity Resolution and Discourse Interpretation. In: *Semantic Ambiguity and Underspecification*. Stanford: CSLI Publications, 1996.
- ILARI, R. & GERALDI, J. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1994.
- LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MARQUES, M. *Iniciação à Semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- MOURA, H. M. *Significação e Contexto: uma introdução à questão de Semântica e Pragmática*. Florianópolis: Insular, 1999.

AS CLASSES ASPECTUAIS E OS PONTOS EXTREMOS

Elena GODOY (UFPR)

Elódia Constantino ROMAN (UEPG)

RESUMO: Neste trabalho, levando-se em conta a situação e o conceito de intervalo (Godoy; 1992), verificamos como as classes aspectuais modificadas manifestam-se nas sentenças da língua portuguesa. O trabalho focaliza e desenvolve a propriedade *end points* postulada por Hatav (1989), que denominamos de propriedade dos pontos extremos por considerarmos os pontos inicial e/ou final de uma situação.

Palavras-chave: tempo; aspecto; verbo

ABSTRACT: Taking into consideration the situation and the concept of interval (Godoy; 1992), this paper verifies how modified Vendlerian aspectual classes appear in Portuguese language sentences. This article focuses and enhances the *end points* property postulated by Hatav (1989), proposing the analysis not only of the *end points*, but also of the beginning points of a situation.

Key words: tense; aspect; verb

Nosso trabalho é uma reflexão sobre o *aspecto* e a propriedade dos *pontos extremos*, que envolve, como conceito básico, as *classes aspectuais*. Tendo como meta futura a formalização do modelo proposto por Godoy (1992) através da lógica temporal do intervalo, precisamos definir o elenco de operadores modais. Alguns modelos estudados (Kent; 1993 e Leith & Cunningham; 1997) arrolam, entre outros, tais operadores como *durante* (*during*), *ponto inicial*, *ponto final*, *incluído em*. Entretanto, a escolha desses operadores e as condições lingüísticas de seu uso não são justificadas nem explicitadas pelos autores, o que leva a uma série de incoerências na representação lógica.

O aspecto tem sido discutido, no Brasil, por vários lingüistas como Castilho (1967), Almeida (1980) e Travaglia (1985). Para esses autores, o aspecto não se distingue, basicamente, da noção de "modo de ação"¹. Discordando desse paradigma, assumimos o aspecto como uma relação entre o tempo de referência (TR) e o tempo de evento (TE), conforme postulado por

Godoy (1992), e a propriedade dos pontos extremos (*end points*) proposta por Hatav (1989) e desenvolvida por Roman (1998).

Para discutirmos o aspecto e a propriedade dos pontos extremos bascamo-nos nas classes vendlerianas modificadas por Godoy (1992) que, levando em conta a noção de intervalo, postula que as classes aspectuais só podem referir-se à situação, e uma situação é necessariamente localizada no tempo. Portanto, trabalhar com as classes aspectuais lexicais, isoladas, listando-as no infinitivo (cf. Vendler (1967), Dowty (1979, 1986), Dahl (1981), entre outros, ou apresentando-as num único tempo (o Simple Past do inglês é a preferência unânime entre os autores anglo-saxões), torna-se um exercício encerrado numa espécie de círculo vicioso.

Como a situação se desenvolve obrigatoriamente no tempo, são retomados os conceitos de Reichenbach (1947) modificados também para acomodar o conceito de intervalo. Com isso, em vez de pontos reichenbachianos, teremos intervalos temporais TF (tempo da fala), TR (tempo de referência) e TE (tempo de evento)².

A classe aspectual pode ser determinada apenas numa situação que tem - obrigatoriamente - seus TF, TR e TE. A manutenção da situação, que é o caso de estado, ou a manutenção da mudança gradual da situação, que é o caso de atividade é indiferente à relação entre TE e TF, que pode ser simultânea (TE, TF: presente) ou de anterioridade do TE respeito ao TF (TE < TF: passado). A relação entre o TE e TR também é indiferente para determinar essas classes aspectuais, embora não seja indiferente para determinar o aspecto da sentença. Os *achievements* e os *accomplishments*³ deverão ter a fórmula TE < TF, sendo necessário também precisar a relação TR/TE se quisermos determinar o *aspecto*, como veremos adiante.

Acredita-se que seja Aristóteles quem primeiro observou que o significado de alguns verbos necessariamente envolve um "fim" ou "resultado", enquanto que outros verbos, não.

Esse "resultado" ou não no significado dos verbos e suas conseqüências chamaram a atenção de vários lingüistas. Jespersen (1924) "inaugurou" a distinção entre *télico* e *atélico*. Dahl (1981:80), faz a distinção entre *bounded/unbounded* (delimitado/não delimitado). Ainda outros termos foram empregados por outros autores: *resultativo/irresultativo*; *durativo/não-durativo*, *conclusivo/não conclusivo*, que nos remetem - de novo - aos modos de ação.

O grande problema dessas nomenclaturas, como observou Depraetere (1995), é que elas confundem duas noções de ponto final/ponto terminal que são de natureza diferente. Uma delas é a noção de ponto final ou

² Para definição e discussão desses conceitos cf. Godoy (1992) e Roman (1998).

³ As classes aspectuais vendlerianas *accomplishment* e *achievement* foram denominadas por Roman (1998) *culminância* e *instantaneidade*, respectivamente.

¹ O termo "modo de ação" (*aktionsart*) foi introduzido por Agrell (1908) que o "define" como "a maneira da realização da ação".

terminal inerente às classes aspectuais que indicam accomplishment achievement. Outra séria questão é se telicidade é uma propriedade do verbo, do SV ou da sentença.

Para Comrie (1976:44-45), telicidade “envolve um processo que conduz a um ponto bem definido, através do qual o processo não pode continuar”. *Telicidade*, para ele, corresponde ao termo *accomplishment* vendleriano. A atelicidade “não tem ponto terminal, e pode ser prorrogada indefinidamente ou interrompida em qualquer ponto”. O que vai determinar telicidade ou atelicidade do verbo é a situação e não o verbo em si mesmo. Comrie observa que muitas vezes é difícil decidir se a situação descrita é telica. dá o exemplo do tipo *John está cantando* como uma situação atelica e *John está cantando uma canção/cinco canções* como situações telicas, já que, segundo ele, estas situações têm um ponto terminal bem definido, isto é, quando John chegar ao fim da canção ou canções em questão. Se John repetir a mesma canção incessantemente, então o mesmo enunciado *John está cantando uma canção*, será atelico (sic!).

Linguistas brasileiros como Castilho (1967) e Travaglia (1985) classificam o verbo que “exprime uma ação tendente a um fim sem o qual a ação não se dá” (Castilho, p.55) como telico (*matar, morrer, descobrir, ...*), o verbo em que “figura o processo em sua duração da qual não se exige nenhum completamento para admitir-lhe a existência” (id., ibid.) como verbo atelico (*mastigar, viver, escrever, ...*). A expressão *tendente a um fim* mostra que pode haver uma situação hipotética conduzindo aos mundos possíveis. Consideremos:

- (1) O periquito da vizinha morreu.
- (2) a. Arizinho mata/está matando seu pai de desgosto com suas atitudes.
b. A cada dia, a mídia descobre mais e mais falcatruas dos parlamentares.

Em (1) há um término do estado de viver do periquito que advém com sua morte e não “uma ação tendente a um fim”; em (2)a e (2)b as ações acontecem sem que se saiba se o fim foi/será alcançado ou não. Por outro lado, parece-nos otimista demais considerar que *viver* não exprima “uma ação tendente a um fim” por mais otimistas que sejamos.

O verbo *escrever*, que Castilho e Travaglia consideram atelico, não exige nenhum completamento do evento, e em exemplos como:

- (3) Florisberto está escrevendo um romance.

não se implica que Florisberto terminará o romance, que haverá a existência de um romance. É necessário que haja o “completamento do evento” para admitir-se a existência do romance. O verbo será telico ou atelico dependendo da situação em que apareça, e não na sua forma lexical.

Em vez das noções escorregadias de telicidade/atelicidade, assumimos a propriedade *endpoints* postulada por Hatav (1989), que denominamos de propriedade dos pontos extremos⁴ por entendermos que uma situação pode ter os pontos extremos, iniciais e/ou finais, determinados por algum elemento na frase ou pela própria situação.

Referimo-nos também ao tempo de referência (TR) como uma unidade de tempo que contém o evento. Para essa definição de tempo de referência apoiamo-nos em Reinhart (1984, 1986) e Godoy (1992).

Toda situação ocorre no tempo e esse tempo pode ser representado por um eixo temporal. Nesse eixo, há intervalos em que uma situação acontece. Cada intervalo pode ser aberto ou fechado. Se o intervalo é fechado no eixo temporal, ele tem a propriedade dos pontos extremos. Essa propriedade é definida para determinar a possibilidade das sentenças aparecerem na linha do tempo e moverem o tempo de referência para a frente. Como vimos, alguns autores assumem a noção intuitiva de telico/atelico, para afirmar que o verbo telico, em certas circunstâncias, pode ser também atelico. Isso deixa clara a inconsistência dessa noção. Introduzindo-se o conceito de intervalo e a propriedade dos pontos extremos, podemos determinar claramente se a situação tem um fim ou continua além de seu TR. Para tal, recorremos ao conceito de aspecto de Godoy (1992), que o considera como uma categoria semântica universal.

Godoy define as duas categorias aspectuais - a perfectividade e a imperfectividade - em termos da relação de inclusão entre os intervalos de tempo de referência e de evento, o que dá duas possibilidades:

- a) o tempo de referência inclui o tempo de evento e a situação terá os pontos extremos, será “fechada”, e
- b) o tempo de evento inclui o tempo de referência e a situação não terá pontos extremos, será “aberta”.

Assim, *aspecto* é a relação estabelecida entre o tempo de evento e o tempo de referência. O aspecto *perfectivo* será, então, a relação seguinte:

$$TE \subset TR,$$

ou seja, o TE é incluído propriamente no TR, com a possibilidade

⁴ Cf. Roman (1998) para definição e discussão sobre esses conceitos.

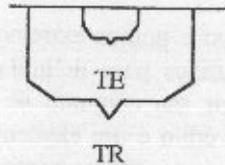
$$TE \subseteq TR$$

ou seja, o TE é incluído impropriamente no TR.

Esta relação pode ser representada pelos seguintes esquemas:

(4)

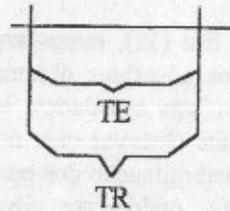
(a) inclusão própria



A situação contrária,

$$TR \subset TE$$

(b) inclusão imprópria

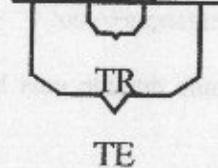


$$(TR \subseteq TE)$$

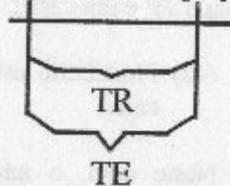
ou seja, o TR incluído própria ou impropriamente no TE, é a relação que estabelece para o aspecto *imperfectivo*. Seus esquemas correspondentes são:

(5)

(a) inclusão própria



(b) inclusão imprópria



Quando a relação é $TE \subset TR$, a situação terá os pontos extremos. A situação também terá os pontos extremos quando se estabelece a inclusão imprópria, seja ela do tipo $TE \subseteq TR$ ou do tipo $TR \subseteq TE$.

A relação $TE \subset TR$ é possível para todas as classes aspectuais, portanto, todas as classes aspectuais podem ter o aspecto perfectivo. A relação $TR \subset TE$ e a conseqüente ausência dos pontos extremos só é possível para estados e atividades devido à propriedade da distributividade. Por outro lado, como já observamos, existe a restrição para os *accomplishments* e os *achievements* de serem atestados apenas no passado. Assim, *accomplishment* e *achievement* serão obrigatoriamente *passado (pretérito) perfectivo*, não

existindo essa restrição para os estados e atividades. Sendo assim, as sentenças como:

(6) Florisberto escreve//escrevia// está/estava escrevendo um romance.

não podem ser consideradas *accomplishments*, ao passo que

(7) Florisberto escreveu um romance.

poderá ser um *accomplishment* ou uma atividade. A decisão sobre a classe aspectual desta sentença dependerá de outros elementos (se existirem) ou do teste dos advérbios, que permitirão determinar se a sentença possui ou não a propriedade da distributividade. Cf.:

(8) Florisberto escreveu um romance durante duas semanas - atividade

(9) Florisberto escreveu um romance em duas semanas - *accomplishment*

Accomplishments e *achievements* são sempre contidos em seu TR e somente tais situações podem aparecer na linha do tempo, mas estados e atividades estão contidos no TR somente quando apresentam o aspecto perfectivo, o que, em português, se manifesta pelo pretérito perfeito (estamos tratando só dos tempos pretéritos simples). Quando estados e atividades estão contidos em seu TR, isto é, têm pontos extremos, eles também podem aparecer na linha do tempo. Assim sendo, o que caracteriza *accomplishments* e *achievements* é que são verdadeiros somente em um intervalo, enquanto que estados e atividades são verdadeiros em pelo menos um intervalo, o que implica que estes podem ser verdadeiros em mais de um intervalo. Já que *accomplishments* e *achievements* são verdadeiros somente em um intervalo, têm que estar propriamente contidos em seu TR. Mas, no caso de estados e atividades, não existem tais restrições, e, portanto, é possível ter outros intervalos além daqueles que estão contidos em seu TR.

Dowty (1986) argumenta que, apesar da definição de estado permitir o início da situação antes do TR, não se exige que assim seja. Assim, orações que superficialmente parecem indicar estado, na verdade, para o autor, denotam situações incoativas como em:

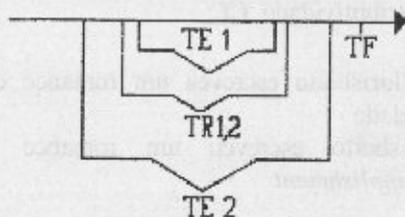
(10) John repassou os acontecimentos do dia uma vez mais em sua mente. De repente ele estava dormindo. (trad. nossa - EG. & ER)

Dowty afirma que o advérbio "de repente", cancela a inferência pragmática que o estado adquiriu anteriormente e dá uma interpretação inceptiva ao estativo. Ele afirma que esta interpretação é a de um evento permitindo assim o movimento do tempo narrativo. Em contrapartida, conforme nossa análise, se retirarmos o advérbio *de repente*, como em:

(10)a. (?)John repassou os acontecimentos do dia uma vez mais e sua mente. Ele estava dormindo.

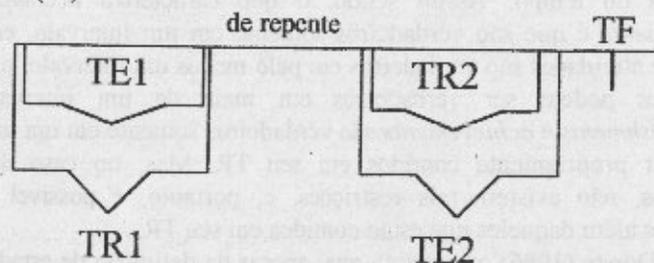
o TR da situação de repassar os acontecimentos é o mesmo da de estar dormindo, o que causa estranheza à interpretação. Cf. o esquema:

(10) a'



Com a presença do advérbio *de repente*, a segunda situação adquire seu próprio TR, como mostra o esquema abaixo, o que evita a interpretação simultânea dos dois acontecimentos, que ficam agora em seqüência. Cf.:

(10)'



Dry (1981) afirma que somente eventos, isto é, accomplishments e achievements, podem formar uma seqüência na linha do tempo. Adotando uma posição distinta dessa autora, mostramos que todas as classes aspectuais (estado, atividade, accomplishment e achievement) podem aparecer na linha do tempo, formando uma seqüência. O ponto crucial aqui é que uma situação, para poder

entrar numa seqüência, precisa introduzir um novo TR, ou, em outras palavras, para formar uma seqüência, as situações devem ter seus próprios TRs.

Hatav (1989) argumenta que quando a situação é restringida, por exemplo, por advérbios duracionais como *durante três dias*, que ela chama de 'delimitadores', essa situação é interpretada de forma holística. Cf.:

(11) Filomena esteve em Curitiba por três dias.

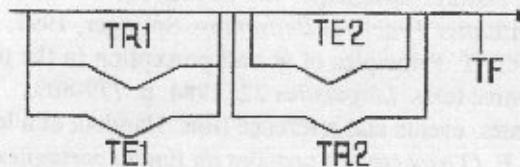
Em (11), temos aspecto perfectivo e pontos extremos. Na análise de Hatav, os advérbios delimitadores são usados para delimitar a duração dos estados e das atividades, isto é, restringir seu conjunto de subintervalos. É importante observar que, no inglês, o advérbio é um elemento imprescindível para a determinação dos pontos extremos, o que não necessariamente ocorre no português, onde, esse advérbio é redundante na determinação dos pontos extremos, visto que o português tem a flexão verbal como um elemento muito forte tanto na determinação do aspecto como na dos pontos extremos. É por isso que, mesmo retirando-se o advérbio duracional, (11) se manterá com as mesmas características relativas ao aspecto e aos pontos extremos. A respeito desses advérbios (e, talvez, de outros também), permanece a questão da natureza da delimitação, ou seja, se é o estado que é delimitado (e esta é a posição de Hatav) ou se é especificado (no caso do português) o próprio TR, que é sempre delimitado.

O que parece reforçar a nossa suspeita de que esse tipo de advérbio especifica o TR é um caso curioso de sentenças como:

(12) Florisberto estava cantando durante uma hora, quando o lustre caiu.

Neste caso, o advérbio *durante uma hora*, estabelece os pontos extremos da situação da cantoria de Florisberto, criando, assim, a inclusão imprópria do TR em seu TE, ou seja, os intervalos do TR e do TE são exatamente iguais. É esse fato que assegura a interpretação de que a queda do lustre aconteceu *depois* de ter se passado uma hora com Florisberto em atividade de cantar, sendo, portanto, o TR da segunda situação (não especificado, mas delimitado) distinto do TR da primeira (*durante uma hora*). Cf. no esquema:

(12)'

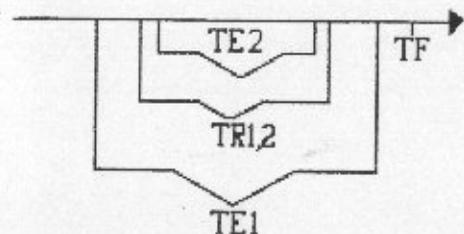


Retirando-se o advérbio, teremos o caso mais trivial com a situação do canto de Florisberto (intervalo aberto, sem os pontos extremos, o que é mais comum na presença do pretérito imperfeito) incluindo a situação da queda do lustre. Cf.:

(12) a. Florisberto estava cantando, quando o lustre caiu.

O esquema correspondente a (12) a, será o seguinte:

(12)a'



Observe-se que tanto em (12) como em (12)a, a primeira sentença apresenta o aspecto imperfectivo, enquanto que a segunda, o perfectivo. Tampouco mudam as respectivas classes aspectuais: a atividade, na primeira e o achievement, na segunda.

O estado (ou a atividade) delimitado se comporta como um evento, mas só no que se refere à propriedade dos pontos extremos e, portanto, obrigatoriamente, por definição, nesta classe aspectual: [Genivaldo construiu uma casa de boneca em dois dias]n. Observe-se que, neste caso, o resultado final também é uma atividade. Para certificarmos disso, aplicaremos o teste mencionado acima e ilustrado em (8) e (9):

(13)

- Florisberto dormiu dez horas,
- *Florisberto dormia,
- *Florisberto estava dormindo, e só depois comeu
- *Florisberto dormia dez horas, um ovo frito.

- *Florisberto estava dormindo dez horas,
- Florisberto dormiu,

Em (13)a, a sentença que indica o estado de dormir, contém também o advérbio delimitador que especifica os pontos extremos. Em (13)f, os pontos são estabelecidos sem a participação do advérbio delimitador devido à ação do operador aspectual que é a flexão em português. As primeiras sentenças em (13)b, (13)c, (13)d e (13)e, com o verbo no pretérito imperfeito parecem estar "abandonadas" no que se refere aos pontos extremos sem que o advérbio delimitador consiga remediar a situação em (13)d e (13)e. Assim, a interpretação mais natural das sentenças (13)b.- (13)e. é como não tendo pontos extremos (TR incluído no TE propriamente). E é justamente devido a essa interpretação que o evento da segunda sentença é interpretado como acontecendo simultaneamente com o estado de dormir. Evidentemente essa idéia de simultaneidade se choca com a informação dada pelo advérbio *só depois*.

Até agora tratamos de situações com os acontecimentos únicos. Mas existem situações que chamaremos de quantificadas (tradicionalmente chamadas de habituais), que, em português, normalmente se apresentam no pretérito imperfeito ou no presente e que, com a participação de advérbios delimitadores, adquirem pontos extremos. Cf.:

(14) Marcelinho corre/corria durante uma hora, três vezes por semana.

Em (14), temos uma atividade quantificada [Marcelinho correu durante uma hora]n, com pontos extremos especificados por *durante uma hora*, resultando numa atividade determinada por *três vezes por semana*. Da mesma maneira, em

(15) a. Genivaldo construía uma casa de boneca em dois dias.

temos um *accomplishment* quantificado, com pontos extremos que são obrigatórios, por definição, nesta classe aspectual: [Genivaldo construiu uma casa de boneca em dois dias]n. Observe-se que, neste caso, o resultado final também é uma atividade. Para certificarmos disso, aplicaremos o teste mencionado acima e ilustrado em (8) e (9):

- Genivaldo construía uma casa de boneca em dois dias durante cinco anos.
- *Genivaldo construía uma casa de boneca em dois dias em cinco anos.

Executando a operação de quantificação com situações estados achievements, teremos o mesmo resultado:

(16) Chovia durante uma hora todos os dias. – estado quantificado

(17) Quinho morria de susto quando encontrava sua ex-namorada achievement quantificado.

A questão da quantificação da situação é um assunto intrigante e merece ser estudado e discutido, e que se complica ainda mais por envolver também outras formas verbais, como, por exemplo, *tem caldo/ tem vivido*.

Referências bibliográficas

- BACH, E. On time, tense and aspect: an essay in english metaphysics. In: COLE, P. (ed.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.
- BENNETT, M. & PARTEE, B. *Towards the logic of tense and aspect English*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1979.
- CASTILHO, A. *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*. 1967.
- COMRIE, B. *Aspect*. Cambridge University Press, 1976.
- DAHL, O. On the definition of the telic-atelic (bounded-nonbounded) distinction. In: TEDESCHI, P. & ZAENEN, A. (eds.). *Syntax and Semantics 14: Tense and Aspect*, New York: Academic Press, 1981.
- DEPRAETERE, I. On the necessity of distinguishing between (un)boundedness and (a)telicity. *Linguistics and Philosophy*, 18, 1995.
- DOWTY, D. *Word meaning and Montague grammar*. Dordrecht:Reidel, 1977. p.1-19.
- _____. The effect of aspectual class on the temporal structure of discourse semantics or pragmatics? *Linguistics and Philosophy* 9 (1), 1986. p. 37-60.
- DRY, H. Sentence aspect and the movement of narrative line. *Text* 1 (3), 1981. p. 233-40.
- GODOY, E. *Aspecto do aspecto*. Campinas, UNICAMP, 1992. Tese de doutorado.
- HATAV, G. Aspects, aktionsart and the time line. *Linguistics* 27, 1989. p.487-516.
- JESPERSEN, O. *The Philosophy of Grammar*. London: Allen & Unwin, 1924.
- KENT, S. *Modeling Events from Natural Language*, London, 1993.

LEITH, M. & CUNNINGHAM, J. Representing and Reasoning with Events from Natural Language. In: GABBAY, D. et al. (eds.) *Qualitative and Quantitative Practical Reasoning*. Springer, 1997.

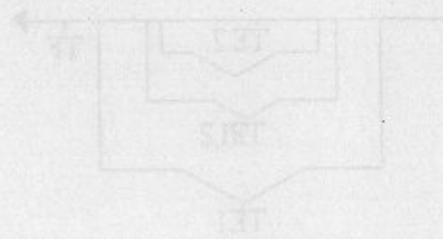
REINHART, T. Principles of gestalt perception in the temporal organization of narrative texts. *Linguistics* 22, 1984. p. 779-809.

_____. States, events and reference time. Handout of a lecture given at MIT.

ROMAN, E. *O aspecto nas orações da língua portuguesa*. Araraquara, UNESP, 1998. Tese de doutorado.

TRAVAGLIA, L. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

VENDLER, Z. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, N.Y: Cornell University Press, 1967.



PROJEÇÃO DE PRESSUPOSIÇÕES EM SENTENÇAS CONDICIONAIS, UMA PERSPECTIVA EM TEORIA DA RELEVÂNCIA

Marcos GOLDNADEL (PUC-RS)

RESUMO: Este trabalho identifica um tipo de sentença condicional e o cancelamento de pressuposição que não recebe tratamento adequado dentro das teorias pragmáticas griceanas. Questiona a validade de mecanismos de cancelamento baseados no reconhecimento de implicaturas de quantidade e desenvolve uma análise nova para o tratamento de suspensões de pressuposições em sentenças condicionais inspirada nos princípios da Teoria da Relevância.

Palavras-chave: Pressuposição; Pragmática; Relevância

ABSTRACT: This work identifies a type of conditional sentence with presupposition cancellation that doesn't receive appropriate treatment with gricean pragmatic theories. It questions the validity of cancellation mechanisms based on the recognition of quantity implicatures, and it develops a new analysis for the treatment of presupposition suspension in conditional sentences inspired by the principles of the Theory of the Relevance.

Key words: Presupposition; Pragmatics; Relevance

Introdução

O problema da projeção de pressuposições tem sido tratado quase exclusivamente dentro do quadro teórico de uma pragmática griceana. Em muitos dos trabalhos que lidam com o problema dentro de uma perspectiva pragmática¹, é muito comum encontrar implicaturas griceanas cumprindo um papel fundamental na explicação do cancelamento de pressuposições. Além das implicaturas, a dinâmica discursiva de aumento do contexto tem sido invocada principalmente, na explicação do fenômeno da suspensão em sentenças condicionais, as quais oferecem os maiores problemas para a compreensão da projeção de pressuposições. O objetivo deste artigo é apresentar uma instância de sentença condicional que não pode ser adequadamente tratada pelas teorias

tradicionais que se utilizam desses mecanismos de cancelamento e suspensão² e oferecer uma perspectiva alternativa baseada nos princípios da teoria da Relevância.

O artigo de Soames (1982) é uma síntese do esforço da tradição pragmática griceana para compreender a projeção de pressuposições como resultado de processos de cancelamento pragmático e de suspensões pragmático-discursivas. Considero-o o melhor resultado teórico desenvolvido pela tradição mencionada, porque seu trabalho, além de ostentar uma capacidade descritiva superior a de seus antecessores mais ilustres – Gazdar, Karttunen e Peters –, oferece a melhor adequação entre descrição e explanação³. Tomo-o, portanto, como base ideal para a testagem de novos problemas que possam desafiar o estado atual das teorias que se fundamentam em uma pragmática griceana.

Soames divide seu tratamento ao problema da projeção em duas componentes. A primeira, Pressuposição Potencial Remanescente (PPR), incorpora os mecanismos de cancelamento descritos em Gazdar (1979) (com pequenas alterações). Nessa componente, implicaturas de quantidade clausal exercem um papel fundamental no cancelamento de pressuposições. A segunda componente, Pressuposições Efetivas de Enunciado (PEE), incorpora os filtros de Karttunen e Peters, justificando-os através do reconhecimento da dinâmica discursiva de incremento de contexto.

O grande avanço de Soames é sua formulação da segunda componente. Reinterpreta os filtros de Karttunen e Peters como expressão da dinâmica discursiva em que o contexto satisfaz as pressuposições das sentenças enunciadas. Dessa forma, se liberta da justificativa implausível daqueles autores, que explicavam seus filtros com base na atuação de uma implicatura de quantidade clausal. Afastar o conceito de implicaturas clausais dessa componente possibilitou uma feliz delimitação da atuação dos fatores discursivos no processo de suspensão de pressuposições.

Quem lê o artigo de Soames mais detidamente, contudo, não pode deixar de ter uma certa impressão de repetição quando compara as duas componentes idealizadas pelo autor. Ao que parece, a segunda componente existe apenas para suspender alguns poucos casos que a componente Pressuposições Potenciais de Enunciado quase conseguiu suspender. Tem-se,

² Ao longo do artigo, estarei utilizando os termos cancelamento e suspensão na acepção de Soames (1982), apesar de estar empenhado em demonstrar que essa distinção não se sustenta (como se evidenciará mais adiante). Para o autor, cancelamentos ocorrem quando há conflito entre o contexto ou implicaturas e pressuposições, suspensões acontecem por motivos pragmático-discursivos.

³ Principalmente no que diz respeito à justificação das fórmulas de filtragem necessárias à suspensão de pressuposições em sentenças condicionais, aditivas e alternativas encontrada nos trabalhos de Karttunen e Peters.

¹ Gazdar (1979), Karttunen (1974), Karttunen e Peters (1979), Soames (1982), Kay (1992).

portanto, a impressão de que a primeira componente é fundamental. Renunciar a ela sem uma alternativa capaz de oferecer resultados no plano da descrição significa retroceder a um estado anterior ao do trabalho de Gazdar, inspirada pela componente em questão. Na próxima seção, contudo, pretendo argumentar que o elemento central na componente Pressuposição Potencial Remanescente implicatura de quantidade clausal, carece de fundamentação explanatória e que uma abordagem baseada na Teoria da Relevância de Sperber e Wilson é capaz de substituí-la com resultados descritivos adequados.

1. Sentenças condicionais em linguagem natural

O reconhecimento da atuação de implicaturas de quantidade clausal no cancelamento de pressuposições tornou-se quase que um imperativo para teorias que procuram lidar com o problema da projeção em sentenças condicionais e disjuntivas. Neste trabalho, pretendo identificar um tipo de sentença condicional que apresenta sérias dificuldades para modelos como o de Soames. Nenhuma das componentes idealizadas pelo autor está aparelhada para realizar o cancelamento sentido como evidente nessas sentenças. Anteriormente, contudo, de partir para a análise, que será realizada na próxima seção, é preciso dizer algo sobre sentenças condicionais em linguagem natural.

Entre as conjunções da linguagem natural que possuem uma contraparte na linguagem dos lógicos, a que mais apresenta conotações próprias e distintas do conectivo lógico correspondente é a conjunção *se, então*. Há duas formas de abordar essa distinção. Pode-se, por um lado, entrar na esteira das discussões possibilitadas pelos desenvolvimentos da lógica de mundos possíveis, beneficiando-se do amplo debate sobre condicionais, cujos protagonistas principais são Stalnaker e Lewis. Uma outra alternativa é utilizar a teoria da Relevância, que lançou novas luzes em questões há muito debatidas dentro do contexto de uma pragmática eminentemente griceana. Este trabalho opta pela segunda alternativa.

Para Sperber e Wilson (1986), o enunciador objetiva tornar manifestas uma série de suposições durante a comunicação. O ouvinte, guiado por um Princípio de Relevância, escolhe o conjunto de suposições que tem as maiores implicações contextuais pelo menor custo de processamento. O resultado do processamento de qualquer sentença em linguagem natural deve, portanto, levar em consideração, além da informação associada ao código linguístico, o conjunto de suposições acessíveis que fazem parte do contexto

⁴ A noção de contexto em S&W é também bastante diferente daquela que subjaz ao tratamento de Soames, que, ao que parece, segue a definição de Gazdar de contexto como conjunto de proposições expressas ao longo do discurso. Para Sperber e Wilson, o contexto é dinâmico, podendo ser alterado conforme a necessidade de satisfazer o Princípio da Relevância.

Os autores elaboram uma teoria bastante rica em pormenores que não poderiam ser adequadamente discutidos neste espaço. Para os objetivos deste trabalho, entretanto, basta estar ciente de que a utilização de uma sentença na forma condicional, mesmo em situações em que seu enunciador sabe o valor de verdade do antecedente e do conseqüente, pode ser relevante por realizar conexões com suposições presentes no contexto que de outra forma não seriam estabelecidas. É o que frases como (1) evidenciam.

(1) Se a Joana votou no Paulo, então alguém votou num imoral.

Pode-se, com facilidade, imaginar uma situação em que aquele que enuncia uma sentença como (1) saiba o valor de verdade do antecedente, tendo como único objetivo denegrir a imagem do Paulo. Não há necessidade de nenhum suposto comprometimento com uma máxima da quantidade, pela qual se deva supor que aquele que enunciou (1) não deve saber o valor de verdade do antecedente do condicional. Quem escutar (1), não sabendo em quem a Joana votou, não inferirá que o enunciador também não o saiba. Em outras palavras, não há nenhuma máxima da quantidade a reger o uso de sentenças condicionais.

O que merece ser explicado, no entanto, é por que, na ausência de um contexto específico⁵, a tendência é interpretar (1) como uma ofensa a Paulo. Haverá, dentro do quadro da teoria da Relevância, uma explicação para essa interpretação? Sperber e Wilson afirmam que as únicas operações dedutivas ativadas automaticamente pelos participantes de uma situação de comunicação são as implicações sintéticas, ou seja, aquelas que têm como entrada um número maior de suposições que o número das suposições finais. Se, de fato, a busca por relevância lança mão de raciocínios dedutivos compostos principalmente por implicações sintéticas, alguém que enuncie uma sentença condicional o está fazendo com a intenção de disponibilizar ao seu ouvinte duas estratégias possíveis: a identificação, no contexto, de uma proposição equivalente ao antecedente, produzindo, por uma implicação sintética (*modus ponens*), a proposição equivalente ao conseqüente; ou a identificação, no contexto, de

⁵ Para simplificar a discussão, estou invariavelmente fazendo referência a um contexto nulo. Pode-se imaginar contextos específicos em que (1) pode não implicar a imoralidade do Paulo. Imagine-se, por exemplo, a seguinte situação. A votação é para escolher quem, dentre um grupo de funcionários de uma empresa, terá direito a férias no período de carnaval. A Joana é esposa do Paulo e está entre aqueles que têm direito a voto. Nessas circunstâncias, os outros votantes podem ter ameaçado, no caso da Joana manifestar disposição de votar em seu marido, dar seus votos ao Alberto – que não receberia, em circunstâncias normais, o voto de ninguém por ser tido por todos como imoral –, apenas para caracterizar a imoralidade do voto de uma esposa dado ao marido com o objetivo de obter benefícios próprios. Com um contexto como esse, acessível ao falante e ao ouvinte, a sentença condicional não implica que o Paulo é um imoral.

outras proposições que, reunidas com o antecedente, impliquem logicamente o conseqüente.

Ao que parece, alguém que ouça a sentença (1), na falta de um contexto específico, optará pela segunda estratégia. Sua alternativa será considerar que (1) é a expressão lacônica de uma dedução, em que o antecedente (-1) é a primeira premissa e o conseqüente (11) é a conclusão. O papel do ouvinte é suprir a dedução com a premissa faltante – implicada – (+1).

(-1) A Joana votou no Paulo

(+1) O Paulo é imoral

(11) A Joana votou num imoral

(11') Alguém votou num imoral

Uma análise como a que apresento de sentenças condicionais do tipo de (1) torna explícita a idéia de causalidade em sentenças condicionais. Mas a causalidade não é de outra natureza senão lógica. O ouvinte de um enunciado de (4), em sua busca pela relevância, não terá dificuldade, na ausência de contextos mais específicos, de suprir uma premissa faltante (+4) necessária à manutenção da causalidade lógica.

Neste ponto, no entanto, pode-se questionar se todas as sentenças condicionais são o resultado da abreviação de um raciocínio dedutivo. Uma resposta negativa implicaria a aceitação de uma ambigüidade em sentenças condicionais: ora elas seriam a expressão de um raciocínio incompleto, ora, a expressão de uma implicação. Num enfoque como esse, o que seria então essa implicação? Seria a expressão em linguagem natural da implicação material?

Não tenho uma resposta a essa questão, mas acredito que a dificuldade em determinar com precisão um conjunto muito extenso de premissas faltantes em processos dedutivos abreviados tem favorecido, em muitos casos, a identificação equivocada da sentença condicional em linguagem natural com uma implicação material obtida através de sua cópia direta. Ocorre que a cadeia de premissas a serem inseridas entre o antecedente e o conseqüente de sentenças condicionais em linguagem natural pode oferecer grandes dificuldades descritivas. A frase (2) serve para ilustrar esse ponto.

(2) Se o Paulo comprou um chuveiro novo, então eu não vou mais tomar banho frio.

Afora as pressuposições que podem ser associadas aos itens lexicais *novo* e *mais*, pode-se identificar em (2) uma série de premissas ligadas à

informação enciclopédica contida nas entradas lexicais de certas palavras e a informações culturalmente compartilhadas.

(-2) O Paulo comprou um chuveiro novo (para a sua casa) } inform. veiculada pelo antecedente

(+2) Toma-se banho com a água do chuveiro } inform. enciclopédica da entr. lex. de chuveiro

(+2') Chuveiros aquecem a água } inform. enc. da entr. lex. de chuveiro

(+2'') Pessoas que moram juntas tomam banho no mesmo chuveiro } inform. cult. compart.

(+2''') Eu moro com o Paulo } inform. compart. pelos interlocutores

(12) Eu não vou tomar banho frio } conclusão presente no conseqüente do condicional

Ao que parece, todas as suposições adicionadas parecem estar associadas ao processo de interpretação da sentença condicional original. Quero, portanto, defender a idéia de que, em linguagem natural, sentenças condicionais são, com certa freqüência, a expressão de um processo dedutivo abreviado. Adquirem toda a sua significação através da busca da relevância por parte do ouvinte. Essa busca lança mão de certos procedimentos: pesquisa por informações nas entradas enciclopédicas dos itens lexicais presentes na sentença (no caso em questão, (+2) e (+2')), busca por informações culturalmente compartilhadas ((+2'')) e elaboração de suposições contingentes capazes de interagir com as premissas expressas pelo antecedente e pelas informações lexicais e culturais ((+2'''))⁶. Todos esses procedimentos são dirigidos pelos princípios da dedução a fim de conduzir à conclusão expressa no conseqüente.

Há, no entanto, uma diferença entre o antecedente do condicional e todas as outras premissas que devem ser fornecidas para que se estabeleça a relevância do enunciado. O antecedente é a única premissa com cuja verdade o enunciadador *pode* não se comprometer. Nesse sentido, todas as outras premissas – as implicadas (suposições contingentes), as obtidas através das informações enciclopédicas das entradas lexicais e as informações culturalmente compartilhadas – são pressupostas.

Se considerarmos que uma das marcas da pressuposição é o fato de que, em situações comunicativas, para negá-la, é necessário provocar uma espécie de interrupção marcada do diálogo, podemos enxergar o caráter pressuposicional de todas as premissas fornecidas contextualmente para as sentenças (1) e (2). Qualquer um que siga o diálogo sem fazer objeções após ouvir (1) estará concordando com a premissa implicada e pressuposta de que o

⁶ A premissa (2'''), se já não fizer parte do contexto, é adicionada a ele: é uma implicatura do enunciado.

Paulo é um imoral. O mesmo não ocorre com a premissa explícita 'A Joana votou no Paulo'. Essa continua, se o seu valor de verdade ainda não é conhecido pelos interlocutores, em disputa, a não ser que o ouvinte declare saber o seu valor de verdade. Nesse caso, ele pode fazê-lo sem demonstrar nenhuma perplexidade. É lícito, no entanto, encontrar uma certa perplexidade e respostas a (1) que pretendam questionar o valor de verdade da premissa pressuposta e implicada, como ilustra a frase (3).

(3) Como assim? O Paulo não é um imoral!

Já a sentença (4) não seria feliz como resposta a (1).

(4) Como assim? A Joana não votou no Paulo!

Na sentença (2) ocorre o mesmo; alguém que desejasse disputar o valor de verdade do condicional como um todo, com base no questionamento de uma das premissas pressupostas, poderia dizer algo como (5) ou (6). (Em (6) questiona-se a própria informação contida na entrada enciclopédica⁷.)

(5) Como assim? Tu não moras com o Paulo!

(6) Como assim? Os chuveiros não esquentam a água.

Mas seria infeliz ao utilizar uma sentença como (7)

(7) Como assim? O Paulo não comprou um chuveiro novo?

Há, contudo, uma hierarquia de graus de inquestionabilidade entre as proposições pressupostas. Aquelas advindas de entradas enciclopédicas e palavras presentes no enunciado são as menos vulneráveis a questionamento, e informações culturalmente compartilhadas são um pouco mais permissíveis e as proposições implicadas são as que admitem maior disputa. Todas elas, no entanto, por serem pressupostas, só podem ser questionadas através de interrupção do andamento normal da troca comunicativa e, normalmente, são marcadas por acento específico. A proposição expressa no antecedente difere delas por não ser pressuposta – e não por respeitar uma máxima da quantidade. Há, porém, uma característica comum a todas: elas fazem parte de um espaço contextual diferenciado com relação ao qual as pressuposições do consequente

⁷ Se há alguma infelicidade em (6), está relacionada ao caráter largamente compartilhado das informações enciclopédicas presentes nas entradas lexicais. Há, no entanto, situações em que o significado de uma palavra pode estar em disputa e fazer uma afirmação pressupondo um desses significados pode provocar uma reação como em (6).

freqüentemente é avaliado. Esse é o espaço que Soames considera em sua formulação da definição de Pressuposições Efetivas de Enunciado; a única, como veremos na próxima seção, necessária para lidar com o problema da projeção.

2. Sentenças condicionais com um factivo no consequente

Na seção anterior, defendi a idéia de que não se pode contar com uma máxima da quantidade para cancelar pressuposições porque ela não reflete a realidade do que ocorre em sentenças condicionais. Alguém pode enunciar uma sentença condicional e, juntamente com sua audiência, estar ciente do valor de verdade do antecedente; sua utilização pode ter objetivos laterais de evocar certas proposições de maneira indireta. Nesta seção, pretendo demonstrar que a máxima da quantidade, para tratar os casos já analisados pela literatura, é supérflua e, para analisar o caso novo que proponho, é inócua. Se o meu tratamento estiver correto, o conceito de Pressuposição Potencial Remanescente forjado em Soames, elaborado principalmente para dar abrigo à atuação das implicaturas de quantidade no cancelamento de pressuposições, pode ser dispensado.

Antes de começar análises mais específicas, é bom relembrar o conceito de Pressuposição Potencial Remanescente em Soames⁸:

Definição: Pressuposição Potencial Remanescente de uma sentença S relativa a um enunciado U
P é uma Pressuposição Potencial Remanescente de S relativa a U se:
a. P é uma pressuposição potencial de S
b. P não é contextualmente cancelada (P é consistente com o contexto em que um enunciado U foi produzido)
c. P não é conversacionalmente cancelada (U não implica conversacionalmente que o falante não está tomando P como garantida)

A cláusula central da definição é (c), que trata de cancelamentos por implicatura⁹. As cláusulas (a) e (b) precisam aparecer na primeira instância de cancelamento, seja ela qual for. Se (c) é eliminada, como estou propondo, (a) e (b) migram para a definição de Pressuposições Efetivas de Enunciado¹⁰ e o conceito de Pressuposição Potencial Remanescente pode ser descartado da teoria.

⁸ Tradução minha.

⁹ Essa cláusula serve apenas para implicaturas de quantidade clausal, uma vez que, em nenhum caso tratado pelo autor, algum outro tipo de implicatura cancela uma pressuposição.

¹⁰ O conceito de Pressuposição Efetiva de Enunciado é, de fato, o mais adequado para abrigar a cláusula (b), uma vez que é o que trata do papel do contexto na suspensão de pressuposições.

Para consolidar a eliminação do conceito de Pressuposição Potencial Remanescente, começo pelos exemplos tradicionais. Para lidar com sentenças como (8), Soames usa o conceito para cancelar a pressuposição do conseqüente.

(8) Se o João tem filhos, então os filhos do João estão quietos.

O autor argumenta que, pelo respeito à máxima da quantidade, aquele que enuncia a frase não sabe se o João tem filhos. Esse exemplo, contudo, pode ser explicado apenas com base no conceito de Pressuposições Efetivas de Enunciado, que estabelece o filtro¹¹ apresentado em (9).

(9) $A' \& (A \rightarrow B')$

(Em que A' e B' são as pressuposições potenciais de A e B .)

A frase (8) pode, portanto, prescindir da primeira componente de cancelamento. Frases como (10), a seguir, são o motivo pelo qual Soames incorpora os filtros de Karttunen e Peters, criando o conceito de Pressuposição Efetiva de Enunciado, componente com a qual estou de acordo. Elas não precisam da primeira instância de cancelamento que estou questionando.

(10) Se os Poloneses derrotam os Russos, então os Húngaros vão derrotar os Russos também.

Até agora, vimos que o conceito de Pressuposição Potencial Remanescente, senão inadequado, é supérfluo. A frase (11), muito similar a (1), com a única diferença de que foi introduzido um verbo factivo no conseqüente, serve para provar a sua inadequação.

(11) Se a Joana votou no Paulo, eu lamento que alguém tenha votado num imoral.

A teoria formulada em Soames não oferece recursos para lidar com frases como (11). Existe, contudo a possibilidade de extendê-la através da reformulação de um dos dois conceitos elaborados pelo autor. Como essa sentença adquire todo seu sentido somente quando reconhecemos uma implicatura de relevância expressa pela proposição em (+1); como essa implicatura e o antecedente do condicional, juntos, implicam logicamente (11')

¹¹ Estou usando o termo filtro para me referir às fórmulas criadas por Karttunen e Peters para avaliar se as pressuposições de uma oração são herdadas pelo enunciado. Tradicionalmente, o termo filtro se refere aos conectivos da linguagem natural que encontram um paralelo na linguagem lógica.

– a pressuposição cancelada do conseqüente –; e como a componente Pressuposição Potencial Remanescente é a instância na teoria forjada para tratar de cancelamentos devidos à ação de implicaturas; espera-se que seja essa a componente responsável pelo cancelamento da pressuposição idealmente associada ao complemento do factivo presente no conseqüente do condicional.

Resta apenas fazer a verificação. Considerando-se a implicatura de relevância de que Carlos é um imoral e o antecedente, chega-se à sentença derivada (12).

(12) Se a Joana votou num imoral, eu lamento que alguém tenha votado num imoral.

Nesse estágio, precisa-se apelar para a máxima da quantidade, que determina que o enunciador não saiba o valor de verdade do antecedente, como está em (13).

(13) $-K [A\#]$

(em que $A\#$ representa a implicação lógica do antecedente e da implicatura)

Ocorre, no entanto, que não saber se a Joana votou num imoral é compatível com saber que alguém votou num imoral. O cancelamento não pode ocorrer. Existe a possibilidade de, a fim de obter o resultado desejado, estipular que a implicatura de quantidade não seja apenas *não sabe que* $[A\#]$, mas que seja *não sabe que* $[A\#]$ e *não sabe que qualquer acarretamento de* $[A\#]$. Essa solução, apesar de, nesse caso, produzir o resultado desejado, é inadequada por dois motivos. Primeiro, para descrever um cancelamento existente, cria-se uma implicatura inexistente, pois quem não saiba que a Joana votou num imoral pode muito bem saber que o Pedro votou num imoral, sabendo, portanto que alguém votou num imoral, contrariando a falsa implicatura criada. Segundo, essa solução, em uma série de outros casos, produz descrições inadequadas, que o espaço desse artigo não permite demonstrar¹².

Antes de partir para a reformulação da próxima componente, é preciso refletir sobre o que significa desautorizar o conceito de Pressuposição Potencial Remanescente como instância de tratamento de um cancelamento provocado por uma implicatura de relevância. O caráter explanatório modelo de Soames, devido à separação em duas componentes, uma para lidar especificamente com os aspectos pragmáticos ligados às máximas da conversação, outra para lidar especificamente com os aspectos pragmáticos do incremento contextual, fica

¹² O leitor interessado pode testemunhar os resultados catastróficos de uma tal opção no próprio artigo de Soames, em que a mesma solução é avaliada com relação a outro problema. O autor apresenta uma série de contra-argumentos a essa alternativa.

completamente descaracterizado. Além disso, se, como já provamos, os exemplos anteriores, que pareciam precisar desse estágio de cancelamento, podem ser tratados no próximo estágio, o conceito de Pressuposição Potencial Remanescente perde sua justificação.

O conceito de Pressuposição Efetiva de Enunciado, no entanto, pode ser reformulado, com êxito, para dar conta de (11). Basta trocar o filtro (9) por (14).

(14) $A' \& ((A \rightarrow B') \vee (A\# \rightarrow B') \vee (A\#' \rightarrow B'))$

(Em que $A\#$ é a consequência lógica da implicatura de relevância e o antecedente e $A\#'$ é um acarretamento semântico dessa consequência lógica. Nessa formulação, a trivialidade de qualquer um dos disjuntos implica o cancelamento da pressuposição do consequente.)

(14) não é nada mais do que a repetição do que foi feito na componente anterior, com o atenuante de que agora não se está a criar nenhuma falsa implicatura de quantidade, uma vez que o filtro é a expressão do modo como o contexto é incrementado no uso de sentenças condicionais. Esse novo filtro prediz que, se alguma das implicações abaixo for trivial, a pressuposição do consequente de (11) é suspensa.

(15) A Joana votou no Paulo \rightarrow Alguém votou num imoral

(16) A Joana votou num imoral \rightarrow Alguém votou num imoral

(17) Alguém votou num imoral \rightarrow Alguém votou num imoral

Como (17) é trivial, a pressuposição é suspensa.

Essa é uma solução que não oferece maiores problemas. Considero que o filtro em (14) é a expressão fiel da forma como os princípios que regem o uso de condicionais em Linguagem Natural – identificados na seção anterior – interagem com pressuposições. Implicaturas continuam a cumprir um papel nas suspensões, mas dentro de uma perspectiva nova. Toda implicatura a ser considerada resulta agora de um princípio básico: a busca da relevância. Dessa forma, a elegância formal, é recuperada. Nessa nova perspectiva, o uso da linguagem respeita a dois princípios gerais: relevância e incremento contextual pelo discurso.

3. Conclusão

As observações feitas na seção 1 deste trabalho, em que a fidedignidade da máxima da quantidade é posta em questão e as da seção 2, em que toda a motivação para o reconhecimento de uma instância de cancelamento que leve

em conta implicaturas dos mais variados tipos é questionada, colocam em dúvida modelos como o de Soames e os daqueles que seguem uma pragmática nos moldes griceanos. A motivação para a identificação de mecanismos de suspensão relacionados ao papel de sentenças condicionais no que diz respeito ao incremento contextual pelo discurso, contudo, permanece atual.

Com relação a este último aspecto, vale mencionar o trabalho de Kay (1992)¹³, que sugere que sentenças condicionais “criam um contexto hipotético paralelo”. Considero que essa idéia – já presente nas discussões sobre contrafactuais – sinaliza um caminho fértil para explicar as suspensões de pressuposições vistas neste artigo, inclusive a que ocorre na sentença (11). Não está ainda muito claro, contudo, por que motivo algumas pressuposições parecem tomar por base um contexto restringido ao antecedente do condicional e outras, o contexto anterior. Essas dúvidas evidenciam que este trabalho não oferece também uma resposta completa a frases como (11) – nem a (10)¹⁴. Meu objetivo principal, contudo, foi o de demonstrar que uma teoria que dependa do conceito de implicatura de quantidade não pode fazer frente aos problemas relacionados à projeção de pressuposições.

Implicaturas cumprem um papel no cancelamento de pressuposições, mas o conceito de implicatura deve ser diferente daquele que tradicionalmente está associado ao respeito a máximas. Uma abordagem das implicaturas dentro de uma perspectiva de Teoria da Relevância disponibiliza recursos de análise ainda pouco explorados no que diz respeito ao problema da projeção. A aplicação desses recursos pode representar um avanço em sua resolução.

Referências bibliográficas

- GAZDAR, G. *Pragmatics: Implicature, presupposition and logical form*. New York: Academic Press, 1979a.
- KARTTUNEN, L., PETERS, S. Conventional implicature. In: OH, C., & DINNEEN, D. *Syntax and Semantics*. New York, V. 11: Presupposition, 1979. p. 1-56.
- KARTTUNEN, L. Presupposition and linguistic context. In: DAVIS, S. (org) *Pragmatics: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 1991. p. 406-415.
- KAY, P. The inheritance of presuppositions. *Linguistics and Philosophy*. Dordrecht, v. 15, n. 4, august, 1992. p. 333-379.

¹³ O autor declara-se um seguidor das idéias de Gazdar.

¹⁴ Também não considero a explicação de Soames a (10) totalmente satisfatória. O filtro estipulado pelo autor em Pressuposição Efetiva de Enunciado descreve perfeitamente essa sentença, mas a sua definição (numerada como 77 no artigo) da pragmática da suposição é vaga.

SOAMES, S. How presuppositions are inherited: a solution to the projection problem. In: DAVIS, S. (org) *Pragmatics: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 1991. p. 428-470.

SPERBER, D., WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 1986.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁFORA ASSOCIATIVA

Lícia Maria Bahia HEINE (UNEB/UFBA)

Introdução

Segundo Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994, p. 5), a expressão anáfora associativa foi introduzida por Guillaume, no início deste século, mais precisamente, em 1919. E para explicá-la, ele usou o seguinte exemplo:

(1) Et comme le voyageur passait alors devant l'église, les saints personnages étaient peints sur les vitraux parurent avoir de l'effroi. Le prêtre agenouillé devant l'autel oublia sa prière.¹
(Guillaume, 1919, *apud* Kleiber, Schnedecker, Ujma, 1994, p. 5)

Esse tipo de encadeamento associativo, também cognominado de anáfora conceitual (Pinchon, 1972), conexão intrínseca (Akmajian e Kitawaga, 1976), anáfora indireta (Erkū e Gundel, 1987), entre outros, estabelece uma retomada textual que possibilita a continuidade referencial, conseqüentemente a construção do texto. Esse processo envolve, grosso modo, dois tipos de coesividade, a saber: (a) a coesividade co-textual, uma vez que tem como *input* o texto na sua imanência lingüística; (b) a coesividade con-textual porque procura construir o texto através de aspectos pragmático-culturais. Na ilustração (1), vêem-se destacados os sintagmas nominais (SN definidos), *les vitraux*, *Le prêtre*, e *l'autel*, exemplificados como ocorrências de anáfora associativa, que colocam em jogo uma relação parte-todo com o seu SN-fonte - *l'église*. As entidades anafóricas associativas são, geralmente, SN definidos cuja completude e saturação, em termos de referência, só ocorre após a operação do processo anafórico.

É necessário registrar que o trabalho de Guillaume deve ter recebido influências da basilar obra de Saussure, através de suas relações associativas, nas quais, embora não tivesse se reportado diretamente a coesões anafóricas, postulava associações por meio de retomadas co-textuais, fundamentadas, ora num campo semântico morfológico (pedra, pedreiro, pedregulho, etc), ora em analogias do tipo (aluno, professor, livro, biblioteca, etc), ou ainda em imagens acústicas (casamento, estabelecimento, funcionamento, vencimento, etc).

Apesar do Guillaume ter reconhecido esse fenômeno coesivo nas primeiras décadas do século em curso e de alguns enfoques realizados nos anos sessenta e setenta (Blanche-Benveniste e Chervel (1966), Harweg (1968), Iscnberg (1971), Ducrot (1972), Weinrich (1974), Azoulay (1978), Hawkins

¹ É como o viajante passava em frente da igreja, os santos personagens que estavam pendurados sobre os vitraux, parecem ter medo. O padre ajoelhado diante do altar esqueceu a sua prece.

(1978), Winkelmann (1978), Vater (1979), Vuillaume (1980), é somente em meados dos anos 90 que a anáfora associativa torna-se de fato objeto particular da pesquisa lingüística. Para Kleiber, Schmedecker, Ujma (1994, p. 5), há diferentes fatores que contribuíram com o seu restrito desenvolvimento, entre os quais destacam-se: (a) o afunilamento das pesquisas em torno do artigo definido, conduzido pelas ilustrações canônicas que só apresentavam exemplos com sintagmas nominais definidos; (b) as pesquisas precedentes não tinham como meta a observação do funcionamento lingüístico; visavam apenas a identificação dos diferentes tipos de referência, traços, aliás, compatíveis com o arcabouço da lingüística estruturalista e gerativista, já que ambas não se preocupavam com questões ligadas ao funcionamento da língua.

1. Caracterização da anáfora associativa

A concepção de anáfora associativa é uma configuração discursiva que apresenta uma expressão referencial que possui duas propriedades:

- (a) a construção do seu referente é dada em função de informações presentes no texto anterior;
- (b) o anafórico é incondicionalmente não-correferencial, o que significa que ele não recupera o mesmo referente do seu SN-fonte.

Assim estabelecida, a anáfora associativa tem o discurso como uma das suas principais fontes, já que recorre a dados sócio-pragmáticos para consumir-se. Por isso é que, conforme Charolles (1994, p. 70), processa relações metonímicas (parte-todo) de diversas maneiras, a saber: ligações estereotípicas de cunho sócio-culturais (terreiro-candomblé), (música baiana-axé); ligações naturais, caracterizadas por elos implicativos essenciais (faca-lâmina); relações de objeto-matéria (pneus-borracha); relações continente-conteúdo (frasco-perfume); relações funcionais (ferro de passar roupa-engomadeira) ou ainda relações que colocam em jogo todo um cenário (Sentei-me à mesa. O feijão estava delicioso). Considere-se a ilustração (2), que registra um trecho do DID-SSA, no qual o documentador conversa com o informante sobre os principais produtos que, em geral, o Brasil exporta:

(2) DOC - Então... ch... do que a senhora quiser falar... tudo sobre o petróleo, sobre a produção do petróleo, tudo relacionado com petróleo, né, como é que começa, até o fim. (rindo)

452 - (risos) Bom, começa com a descoberta ϕ , com os poços, com as per... os perfuradores, não é, com a refinaria, com a... as construções para facilitar o encaminhamento do produto para o exterior, os píeres. NURC-SSA, DID-Inq356, p.260

Observa-se em (2) que a construção deste texto ocorre por referenciação num jogo associativo que envolve o SN-fonte - a produção do petróleo e os seus anafóricos associativos a descoberta ϕ , os poços, as per..., os perfuradores, a refinaria, as construções e os píeres. Caracterizam-se sobretudo por estabelecerem ligações naturais, mediadas por elos implicativos essenciais, tendo como input o frame petróleo, que permite o encadeamento dessa série de elementos associativos.

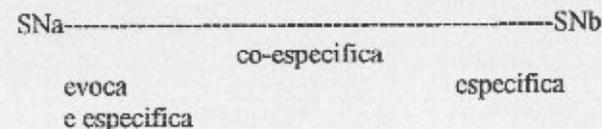
Os sintagmas nominais associativos, de acordo com Kleiber, Schmedecker, Ujma, 1994, p. 5-58, possuem quatro fatores que lhes são constitutivos, quais sejam: (a) o referente da anáfora associativa; (b) o referente do SN-fonte; (c) a relação entre o SN-fonte e o SN anafórico associativo; (d) as categorias lingüísticas formais. No momento, focalizam-se apenas os dois primeiros fatores.

(a) O referente da anáfora associativa

Este primeiro fator é considerado por todos os que pesquisam esta área o elemento definitório da anáfora associativa, o seu eixo central, representando, assim, a sua origem, o seu traço canônico. Entre os diferentes traços que lhe são pertinentes, destacam-se a introdução de um referente novo e o seu aspecto definido.

O referente de um SN anafórico associativo caracteriza-se por ser distinto do referente do SN-fonte, por isso o seu traço novo. Frisa-se, contudo, que é introduzido a partir do referente do SN-fonte através de um laço convencional estereotípico por via indireta, de forma não-correferencial, viabilizado em geral pelo discurso. Como se trata de um SN incompleto, sua interpretação referencial se dá exatamente no momento da retomada dessas informações constantes no SN-fonte que vão torná-lo um SN completo, uma vez que a sua saturação não está em si mesmo, como ocorre com os SN completos do tipo Pedro, Antônio, Luiz, entre outros. Em (2), por exemplo, o SN os poços, apesar da ligação natural com o sintagma a produção do petróleo, constrói o seu próprio referente - cavidade feita no solo, onde contém petróleo. Este fator distingue a anáfora associativa da anáfora pronominal, linha de Halliday e Hasan (1976), que são elos coesivos correferenciais, visto que mantêm exatamente o mesmo referente do seu SN-fonte.

Para Webber (1988, *apud* Kleiber, Schmedecker, Ujma, 1994, p. 32-33), as anáforas correferenciais possuem o seguinte tipo de ligação referencial:



Esquema 1

O esquema 1 destaca os elementos que estruturam a anáfora correferencial: o SNa, com o papel de evocar, referir-se para o discurso, representa o SN-fonte; o SNb, com a função de apenas correferir para o referente do SNa, representa o SN-anafórico. Além das anáforas pronominais correferenciais, as realizadas através de sinônimos, hiperônimos, hipônimos, processam igualmente o mesmo tipo de relação referencial, justamente por não evocarem um outro referente, voltando-se, assim, para o referente do SN-fonte.

Considere-se agora o esquema (2) que ilustra o tipo de ligação presente nas anáforas associativas (Webber, 1988, *apud* Kleiber, Schnedecker, Ujma, 1994, p. 32-33):



Esquema 2

Em que o SNa, representando o SN-fonte, evoca e especifica um referente do discurso, e o SNb, representando o SN anafórico associativo, processa igualmente o mesmo tipo de relação referencial, ou seja, evoca e especifica um outro referente diferente do seu elemento fonte, embora lhe estabeleça algum tipo de ligação coesiva. Estes dois esquemas dão respaldo à proposta de Berrendonner (1995, p. 26) que considera toda e qualquer anáfora como sendo inferencial, embora reconheça que percorram processos inferenciais distintos.

Outro traço a ser focalizado, diz respeito à estrutura morfossintática do sintagma nominal associativo, que se constitui de um determinante seguido de um nome [Det + N]². Segundo Marcuschi e Koch (1998, p. 8), "são as seguintes as configurações que podem assumir as expressões referenciais definidas em português:

SN_{definido} → Determinante + Modificador(es)₁ + Nome + Modificador(es)₂

Det → Artigo definido
Demonstrativo

Modificador(es)₁ → Adjetivo

Nome → substantivo ou palavra nominalizada

Modificador(es)₂ → Adjetivo

Sintagma preposicional

Oração adjetiva

Ainda pautada em Marcuschi e Koch (1998, p. 8), "o uso de uma descrição definida implica sempre uma escolha dentre as propriedades ou

² Registra-se também que a anáfora associativa pode realizar-se por sintagmas nominais indefinidos ou por pronomes não-correferenciais. Vide Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994, p. 8)

qualidades capazes de caracterizar o referente". Eles frisam que essa escolha, a partir do seu *frame*, está em função dos propósitos dos interlocutores do discurso, sendo determinadas intencionalmente ou por decorrências co-textuais em uma dada situação de interação comunicativa.

(b) Referente do SN-fonte

Segundo Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994, p. 26), exemplos anafóricos associativos revelam, em sua maioria, que a expressão-fonte e a expressão anafórica associativa ocorrem, no co-texto, circunscritas num quadro interfrástico de forma justaposta. Essas ilustrações tradicionais conduzem à hipótese de que ocorrência interfrástica poderia ser considerada uma condição *sine qua non* para o estabelecimento desse processo anafórico. Considerem-se os exemplos em:

(3) **Maguila nocauteou seu adversário no segundo assalto. A luva era de cinco onças;**

(4) **Maguila nocauteou seu adversário com uma luva de cinco onças.**

Onde em (3), o SN-fonte **A luva** remete para toda a frase anterior a fim de processar a anaforização associativa. Já em (4), ela não se estabelece, tendo em vista a realização intrafrástica do SN **A luva**. Contudo, nem sempre a condição interfrástica é o mecanismo incisivo para definir a relação anafórica associativa. Veja ilustração em (5):

(5) **A criança entrou, o rosto estava ameaçador.**

Em (5), o SN-fonte **a criança** e o SN anafórico associativo **o rosto**, embora estejam inseridos no mesmo panorama sintático intrafrástico, ainda assim processam a relação anafórica associativa.

Diante de fatos semelhantes a este, Charolles (1994) sugeriu deixar de lado a consideração do referido elo formal, propondo que o SN anafórico deva estar desligado do SN-fonte, não por cisões estruturais justapostas, mas principalmente por delimitações situadas no eixo predicativo. Como a proposta de Charolles (1994) não fez referência ao aspecto semântico, Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994, p. 27) o introduziram por ser ele um ponto singular à realização do discurso. Sugerem, assim, que, no tratamento da localização do SN-fonte, a configuração associativa deva articular-se em torno de parâmetros inter-proposicionais, que determinam que tanto o SN-fonte quanto o SN-anafórico associativo devam ter a sua própria predicação.

Essa abordagem da anáfora associativa demonstra o amplo espectro do fenômeno anafórico, o que amplia, destarte, a sua proposta teórica, pautada na

obra clássica dos linguistas Halliday e Hasan (1976), que o restringem à ocorrência pronominal, limitada ao co-texto lingüístico. Daí, vale registrar algumas das observações de Marcuschi e Koch (1998) que afirmam que nem toda anáfora é pronominal, nem toda anáfora é correferencial.

Referências bibliográficas

- APOTHÉLOZ, D. *Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*. Genève, Faculté des lettres de l'Université de Neuchâtel, 1995. Tese de Doutorado.
- BERRENDONNER, A. Anaphores confuses et objets indiscrets. In: SCHNEDECKER, C., CHAROLLES, M., KLEIBER, G., DAVID, J. *L'Anaphore associative*. Paris: Librairie Klincksieck, 1994. p. 209-231.
- BERRENDONNER, A., REICHELER, B. Accords "associatifs". *Cahiers de pragmatique*. Référence, inférence: l'anaphore associative, n. 24, 1995. p. 21-42.
- BERRENDONNER, Alain. Anaphore associative et métrologie. *Recherches sur la philosophie et le langage*. Suisse, n. 16, 1995. p. 237-254.
- BROWN, G., YULE, G. *Discourse Analysis*. Cambridge: University Press, 1983.
- HALLIDAY, M., HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HALLIDAY, M. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- KLEIBER, G., SCHNEDECKER, C., UJMA, L. L'anaphore associative, d'une conption l'autre. In: SCHNEDECKER, C., CHAROLLES, M., KLEIBER, G., DAVID, J. *L'Anaphore associative*. Paris: Librairie Klincksieck, 1994. p. 5-64.
- KLEIBER, G., RICHARD P., MENARD, N. Anaphore associative: dans quel sens roule-t-elle? In: SCHNEDECKER, C., CHAROLLES, M., KLEIBER, G., DAVID, J. *L'Anaphore associative*. Paris: Librairie Klincksieck, 1994. p. 129-148.
- KOCH, I. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1993.
- KOCH, I. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
- MARCUSCHI, L. *Lingüística de texto: o que é e como se faz*. Recife, Mestrado em Letras e Lingüística, Universidade Federal de Pernambuco, 1983.
- MARCUSCHI, L. *Estratégias de progressão referencial sem antecedente explícito na fala e na escrita*. Recife, 1997. (mimeo.)
- MARCUSCHI, L., KOCH, I. *Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada*. Recife, 1998. (mimeo.)
- MOTA, J. ROLLEMBERG, V. (Orgs.) *A linguagem falada culta na cidade de Salvador: diálogos entre dois informantes*. SSA: Instituto de Letras da UFBA, 1994. Vol. I.

A INTERPRETAÇÃO DE NÚMERO EM PORTUGUÊS SINGULAR E PLURAL — FORMA E SENTIDO

Márcio Martins LEITÃO (UFRJ)

RESUMO: Descrição e análise da flexão de número em português, tendo como objetivo mostrar a complexidade da interpretação do que seja singular e plural. Essa análise leva em consideração não apenas o nível morfosintático, mas também os níveis semântico e pragmático.

ABSTRACT: In this work, we attempt to describe and analyze the number inflection in Portuguese in order to show how complex the singular and plural interpretations may become. This analysis takes into consideration not only the morphosyntactic level but also semantic and pragmatic ones.

Introdução

O objeto de estudo deste trabalho está contido na expressão de número dos substantivos comuns em português, levando em consideração as relações entre as formas singular e plural dos mesmos e suas possíveis interpretações semânticas.

A partir de algumas generalizações o estudo se encaminhará para o fenômeno denominado de "plural semântico"¹, ou seja, casos em que a forma morfosintática do substantivo aparece como singular, mas sua interpretação é de plural como: *eu vou escovar o dente, enchi a casa com planta*. *Dente* e *planta* formalmente apresentam estrutura de singular, mas dentro do contexto a interpretação é de plural. Essa noção será explorada no decorrer do trabalho.

O estudo focalizará com mais detalhamento os substantivos em sintagmas nominais em posição de complemento, como observado nos exemplos acima. Serão analisados também alguns casos de substantivos em posição de sujeito para evidenciar a ocorrência do fenômeno estudado nesses casos, mas o recorte se faz necessário devido à complexidade e extensão das relações já mencionadas, privilegiando um maior aprofundamento de alguns casos específicos.

Nas partes que se seguem será explicitado o seguinte: os pontos de vista de alguns gramáticos e de Mattoso Camara Jr. em relação ao número, para que melhor se localize a configuração descrita no trabalho dentro de um panorama mais geral do estudo sobre o número na língua portuguesa; as idéias e análises

¹ Termo utilizado por Pereira (1984).

retiradas de Pereira (1984) que serviram, primeiro, como confirmação de intuições e, em seguida, como base de todo esse trabalho; e, finalmente, propostas de análise para o fenômeno do "plural semântico" que visam a uma descrição detalhada de alguns pontos que não foram abarcados em toda sua abrangência em Pereira (1984). Essas análises e descrições pretendem demonstrar a complexidade da expressão de número dos substantivos comuns em português, mostrando que esta só pode ser entendida se observados os vários níveis lingüísticos (morfo-sintático, semântico e pragmático) e a interseção entre eles.

1. Revisão bibliográfica

1.1 A abordagem tradicional

Os gramáticos tradicionais abordam a questão da flexão de número dos substantivos em português a partir de uma definição semântica e de uma exemplificação sintática. Definem, geralmente, o plural como *—mais de um indivíduo ou objeto* e o singular como *um único indivíduo ou objeto*, depois exemplificam com a marca morfológica básica *-s* no plural e a ausência dessa marca no singular. Além disso, via de regra, os substantivos utilizados como exemplos aparecem dentro de um sintagma nominal como *o menino, o cachorro*, e não isoladamente.

Os gramáticos abordam, também, o caso do plural dos nomes coletivos, em que formalmente os substantivos aparecem sem marcas morfológicas de plural, mas semanticamente indicam a noção de mais de um indivíduo, na verdade indicam um grupo definido de indivíduos, coisas ou objetos como *rebanho, enxame*, etc. A diferença básica entre esses nomes coletivos e os substantivos comuns, que serão o foco deste trabalho, está no fato de que os coletivos, mesmo isoladamente, contêm a noção semântica de plural, o que não acontece, por exemplo, com *cenoura, dente, laranja, olho, mão, sapato*; estes só ganham valor de plural com a marca morfológica, ou com a sua inserção em um contexto morfo-sintático e/ou semântico e/ou pragmático, em que seja possível essa interpretação de plural.

Mattoso Câmara Jr. aprofunda um pouco mais essa análise descritiva encontrada nas gramáticas, definindo o plural, o singular e o coletivo da seguinte maneira:

A outra flexão nominal é a de número.

Aqui, o conceito significativo é muito mais simples e coerente. Trata-se da oposição entre um único indivíduo e mais de um indivíduo. Apenas, cabe ressaltar a situação especial dos 'coletivos', em que a forma singular envolve uma significação de plural. É uma peculiaridade da língua interpretar uma série de seres homogêneos como uma unidade superior, que, como unidade, vem no singular.

Mas, visto que na língua 'tudo é oposição', como sabemos desde Saussure (Saussure 1922:166) o coletivo pressupõe sempre em português, como em qualquer outra língua, a existência do conceito e do nome para os indivíduos componentes homogêneos. *Árvore* ou *casa* não são coletivos, embora sejam conceptualmente passíveis de uma divisão em partes. Mas *rama* ou *folhagem* o são como coleção de folhas, *povo* o é porque pressupõe o indivíduo cidadão, e assim por diante. (p.92)

1.2 A análise de Pereira (1984)

A tese de doutorado defendida pela professora Maria Angela Botelho Pereira em 1984 trata da expressão de gênero e número no português, levando em consideração as relações entre forma e sentido.

Em relação ao número, Pereira mostra o que já foi exposto anteriormente com relação à abordagem da Gramática tradicional e sobre Mattoso Câmara Jr., ou seja, Pereira mostra que existem contradições não enfrentadas ou abarcadas nas definições e exemplificações dos gramáticos e que Mattoso, mesmo dentro de uma análise um pouco mais minuciosa, deixa de lado fenômenos como os estudados em sua tese de doutoramento, os quais serão focalizados neste trabalho.

A partir da explicitação das abordagens anteriores, Pereira localiza o problema da interpretação do número em português. Observa que há uma mistura de critérios formais e semânticos que fazem com que os gramáticos se afastem de casos como o dos substantivos comuns que podem ser interpretados em determinados contextos como "uma unidade" ou "mais de uma unidade".

Encaminhando-se, efetivamente, para o que motiva este trabalho, Pereira (1984) pontua o caso de "singular formal e interpretação de número". Observando que em poucas gramáticas os exemplos de singular aparecem na forma de um substantivo isolado, pois normalmente os autores utilizam SN's. Pereira afirma que "implicitamente, isto nos reitera que a interpretação semântica de singular não é propriedade intrínseca do substantivo no singular", porque "laranja" e "tomate", por exemplo, não contêm a marca de plural, mas não podem ser interpretados semanticamente como singular, pois em contextos como: *eu vou descascar laranja*, e *eu vou comer tomate*, "laranja" e "tomate" não têm marca positiva de número, tanto podem indicar uma unidade ou mais.

Com base nessas considerações, parece relevante a exposição das palavras exatas de Pereira a respeito desse tipo de singular, pois suas observações servem de alicerce e de ponto de partida para a descrição de parte da complexidade da expressão de número em português que este trabalho pretende abarcar.

Observe-se, então, a comparação que Pereira faz entre as frases "Saí e comprei um disco" e "Saí e comprei discos":

Os SNs objetos directos nestas duas sentenças estão ambos no singular. Mas só o primeiro SN é indeterminado quanto ao número, e poderia ser usado numa situação onde um ou mais de um discos tivessem sido comprados.

No primeiro, poderíamos supor que a interpretação semântica de "unidade" fosse originada do próprio significado de *um*. Mas isto não resolveria a interpretação semântica de singular para SNs com outros determinantes no singular, como: *o disco, meu disco, este disco, que disco?, cujo disco*, etc. Se estes determinantes forem definidos como contendo um significado inerente de singular, como é que eles não se tornam semanticamente contraditórios quando recebem o *-s* de plural, o qual tem o sentido de plural como em: *os discos, meus discos*, etc. Além disto, a expressão *que disco?* é semanticamente singular, e *que discos?* é semanticamente plural, sendo que invariável, e não podendo ser comparado a *um* em termos de significado lexical.

Verifica-se, então, que a interpretação da forma de singular não é uma operação simples e se dá no substantivo dentro de uma construção, mas não isolado. No singular, o substantivo é livre de uma conceituação positiva quanto a número, e pode receber, do contexto, muitas interpretações. Em certas construções, ele pode até absorver a pluralidade criada pelo contexto, e ser comutável com o plural, sem mudar a denotação da sentença. Por exemplo, *A biblioteca perdeu muito livro raro no incêndio* denota o mesmo que *A biblioteca perdeu muitos livros raros no incêndio*; *Enchi esta caixa com fotografia dos tempos de colégio* tem o mesmo conteúdo conceptual que *Enchi esta caixa com fotografias dos tempos de colégio*, no que se refere ao número semântico dos SNs *muito(s) livro(s)* e *fotografia(s)*.

Sendo assim, então, o número semântico não é parte obrigatória do significado dos substantivos. (...) fora de uma construção *disco* não tem uma interpretação positiva de número. (p.57, 58)

Com base nesse breve olhar voltado para a tradição e para um passado recente, percebe-se que existe ainda um grande espaço para uma análise cuidadosa e sistemática que leve em conta os caminhos apontados por Pereira (1984), e que se somando a essa direção dê conta de novos casos.

2. Proposta de análise

Propõe-se neste trabalho uma análise que dê conta da expressão do número em português, observando-se o singular formal dos substantivos

comuns em posição de complemento, que pode ter em uma perspectiva lingüística uma interpretação de plural em três níveis de análise: morfossintático², semântico³ e pragmático⁴. É importante ficar claro que esses níveis, na verdade, combinam-se para que a interpretação de número seja possível; o que se pretende determinar é quando e como é favorável a utilização de um ou de outro nível em uma análise que busca a compreensão de um enunciado em um determinado contexto.

Sendo assim, serão analisados contextos lingüísticos que exemplifiquem e comprovem a possibilidade do "plural semântico" em cada um desses três níveis.

2.1 Nível morfossintático

O nível morfossintático ajuda a perceber como algumas construções ganham um caráter ambíguo e não marcado no que diz respeito a interpretação do número. Nota-se que a ausência da marca morfológica *-s* de plural nos substantivos e a ausência de um determinante como um numeral ou um artigo ou um pronome, faz com que essa interpretação não marcada seja possível.

(1) Eu comprei *disco* para dar de natal.

(2) Ele pintou a parede com *pinel*.

² O nível morfossintático será entendido aqui como o nível que trata das estruturas formais da sentença e da palavra. Sendo assim, fazem parte deste nível de análise a ausência ou presença de formas como determinantes e a marca de plural *-s*.

³ O nível semântico será entendido basicamente como é colocado por Oliveira (1996): "O termo semântica cobre uma grande variedade de questões relacionadas ao significado"... "Mas uma questão crucial em semântica é a de tentar responder ao seguinte: como é que os significados lexicais — que são finitos — se podem combinar de forma a obtermos um número infinito de significados de frases ou expressões? Em consequência do que acaba de ser dito, o significado das palavras não pode ser estudado isoladamente em grande parte dos casos e um dos aspectos que se deve ter em conta é como é que acerca de palavras como *gato*, *correr*, *o*, embora lexicalmente decomponíveis, se pode dizer que seu significado é arbitrário, mas já não podemos dizer o mesmo acerca de *o gato corre*. Isto reflecte-se na assunção, muito importante em Semântica, do princípio de composicionalidade, que diz que o significado de uma expressão complexa é determinado pelo significado dos seus constituintes e pela forma como se combinam. A concepção básica deste princípio deve-se ao lógico alemão G. Frege". Essa citação mostra como a semântica interpenetra outros níveis, o que vem corroborar com a idéia central deste trabalho.

⁴ O nível pragmático será entendido classicamente, ou seja, como princípios que regulam a língua em situação de uso, o qual está para além do conhecimento, digamos gramatical, dessa mesma língua. Como corrobora Gouveia (1996): "Ora, são precisamente estes princípios reguladores da actividade verbal que constituem o objecto de estudo da *pragmática*, como disciplina lingüística. Enquanto a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica se centram no estudo das línguas como sistemas formais de elementos e de regras de combinação dos mesmos, a pragmática encara as línguas como instrumentos de acção e de comportamento, também eles regidos por regras, dando simultaneamente conta da relação existente entre as línguas enquanto sistemas formais e a sua actualização em situações de uso." Assim, mais uma vez nota-se a interpenetração dos níveis de análise.

(3) Você faz **cordão** pra mim?

Em todos esses exemplos, a forma não marcada predomina, ou seja, não há uma marca positiva de número. Já se se introduzirem os determinantes a seguir, a possibilidade de interpretação de mais de uma unidade se perde e tem-se uma interpretação semântica de singular:

(4) Eu comprei **um disco** para dar de natal.

(5) Ele pintou a parede com **meu pincel**.

(6) Você faz **aquele cordão** pra mim?

Ainda existem casos em que a falta de determinantes não gera um caso não marcado, mas sim, uma interpretação semântica de plural como:

(7) Ele constrói casa.

(8) Márcia corta cana.

(9) A Fiat fabrica carro.

Fica claro, então, que, pelo menos em alguns contextos, a interpretação de número é influenciada diretamente por fatores morfossintáticos.

Pereira (1984), corroborando com o que foi exposto anteriormente, faz a seguinte afirmação:

Os determinantes que não possuem pluralidade inerente, quando usados no singular, delimitam a classe de referentes do substantivo no SN a "um". Esta é a interpretação semântica a que chamamos de SINGULAR.

Os determinantes definidos, indefinidos, demonstrativos, possessivos, interrogativos, relativos, além do número um, realizam essa função delimitativa da qual resulta o traço SINGULAR: o garfo, algum garfo, este garfo, meu garfo, que garfo?, um garfo, etc. (p.140, 141)

O problema dessa generalização de Pereira consiste na existência de contextos em que esses determinantes não "realizam essa função delimitativa", e, ao contrário, a interpretação é de "plural semântico", como nos seguintes casos:

(10) Eu vou escovar **o dente**.

(11) Eu já lavei **a mão**.

(12) Minha mãe vai fazer **a unha**.

Em todos esses casos não há nem ambigüidade nem um caso de singular semântico, pois ninguém, com raras exceções possíveis, escova só um dente, lava uma única mão e faz uma única unha. Esses casos são exemplos da impossibilidade de explicação desse tipo de fenômeno apenas no nível morfossintático.

2.2 Nível semântico

O nível semântico permite que seja feita uma análise composicional de traços que se combinam formando uma estrutura significativa no que diz respeito a interpretação do número. Como esses traços se apresentam dentro de contextos sintáticos, é importante frisar que, muitas vezes, eles não são um produto estritamente semântico, e sim resultado de uma interação entre esses dois planos.

Faz-se necessária a exposição dos traços semânticos utilizados na tentativa de descrever as várias combinações possíveis dentro de um enunciado e também suas respectivas definições:

a) **contável e não contável** - traço binário que representa a possibilidade ou a impossibilidade de se identificar uma ou mais unidades de determinado substantivo.

b) **mensurável e não mensurável** - traço binário que representa a possibilidade ou a impossibilidade de se medir quantitativamente um determinado substantivo através de uma unidade de medida específica que represente o conteúdo de um recipiente (litro, grama, etc).

Com base nesses traços poder-se-ia dar conta de alguns casos complexos, como:

(13) Eu vou comprar **leite**.

(14) Moço, me dá **um leite**.

(15) Moço, me dá **dois leites**.

(16) Tem **um feijão** no seu dente.

(17) Eu vou comprar **feijão**.

(18) *Eu vou comprar **um feijão**.

(19) Eu vou vender **um carro**.

(20) Eu vou comprar **carro**.

Esses casos mostram que a combinação dos traços contável e mensurável em determinados contextos lingüísticos podem explicar as possibilidades da expressão de número no português.

Leite é não contável, mas é mensurável, por isso permite enunciados como (14) e (15) além do caso não marcado (13); quando se diz "me dá um leite" ou "me dá dois leites" em uma padaria, o que na verdade está sendo

pedido é o conteúdo de um recipiente em que cabe uma determinada medida, ou seja, **um litro de leite, dois litros de leite**.

Carro é contável, mas não mensurável, por isso permite enunciados como (19) além do caso não marcado (20), pois é um substantivo que se pode separar unitariamente, mas não se pode medir como um conteúdo de determinado recipiente.

Já **Feijão** é contável e mensurável, por isso não permite enunciados como (18) e permite enunciados como (16), além do caso não marcado (17). Isso se explica porque há competição entre os traços contável e mensurável que, em contextos como (18), faz prevalecer a interpretação de mensurável, daí a não aceitação da frase, pois ninguém compra **um feijão**, e sim **um saco ou um quilo de feijão**, assim como em (16) prevalece a interpretação de contável, pois ninguém diria: "você está com **um quilo de feijão no dente**".

O que se pode concluir da análise dos casos anteriores é que os traços contável e mensurável dão conta de uma possível explicação semântica em que se combinam mais uma vez os níveis morfossintático, semântico e ainda o nível pragmático.

2.3 Nível pragmático

Nas análises dos exemplos anteriores, já se percebe que só através de uma análise que leve em consideração o nível pragmático se pode dar conta da interpretação do número em português com maior amplitude, pois os contextos lingüísticos e situacionais se multiplicam, tornando o nível pragmático de fundamental importância nesse processo interpretativo.

Baseado na idéia de combinação de níveis e também de traços, busca-se agora não só a relação desses traços sentencialmente, mas também como se relacionam com o conhecimento partilhado dos indivíduos dentro de sua comunidade lingüística.

Propõe-se então o estabelecimento de um traço binário semântico-pragmático que permeia todas essas interpretações:

+ definido e **- definido**: traço binário que permite a possibilidade de definir ou não a quantidade exata de um determinado substantivo dentro de um contexto lingüístico e situacional específico.

- o traço **[+ definido]** daria conta de casos como (11), (12) e (21), em que se tem a definição pragmaticamente exata de quantas mãos temos, de quantas unhas temos e de quantos narizes temos. Esse traço também daria conta de casos em que se tem a noção do todo mas não se tem a exatidão em termos de quantidade, como (10) e (22) em que o substantivo generaliza um grupo e representa uma noção de totalidade, em (10) todos os dentes, em (22), todos os carros fabricados pela FIAT e daria conta ainda de casos como "**O cidadão**

se sente desprotegido quando os sintomas da desordem se propagam..." no qual mesmo na posição de sujeito a interpretação de "plural semântico" ocorre como mostra (Ribeiro, 1991)⁵ em que "o cidadão" representa todos os cidadãos.

- o traço **[-definido]** daria conta dos casos não marcados como (1), (2) e (3) em que não se tem nem a definição de quantidade exata, nem a noção do todo, e sim tem-se a indefinição da quantidade.

2.4 Os pares

Ainda utilizando-se desse traço binário descrito anteriormente, pode-se dar conta de exemplos como nos casos de substantivos que representam pares, ou seja, substantivos que são + definidos, que também estão relacionados ao corpo, como chinelo, sapato, meia. Por termos dois pés, usamos dois sapatos, duas meias, etc.

A partir disso fica possível interpretar exemplos como:

(23) Eu vou comprar sapato.

(24) Eu vou comprar um sapato.

(25) Eu vou comprar a meia pro casamento.

Em todos esses casos a interpretação é de "plural semântico", e isso só se torna viável de explicação ao se ter em mente as combinações dos vários níveis de análise e a observação do traço **[+ definido]** como o que permite que os exemplos (23), (24) e (25) sejam interpretados como plural, pois se sabe que são dois sapatos e duas meias que vão ser comprados. Mesmo no exemplo (23), que caracteriza um caso não marcado, a interpretação de plural se mantém, pois pode ser um par ou mais de um par, mas não menos de dois sapatos.

3. Conclusão

Depois dessa descrição analítica exposta anteriormente, parece que os objetivos básicos desse trabalho foram cumpridos, senão em sua totalidade, em boa parte dela.

⁵ "é inegável que a forma de singular "cidadão" se refere a "cidadãos" do país ("vítimas"), mais um plural genérico..." "E aqui (em "o cidadão..."), não se pode alegar que acompanha o nome um indefinido capaz de pluralização. Ao contrário, o que se tem é um artigo definido singular que, ao invés de determinar, particularizar, participa também, nesse contexto, de um plural "sintático". Assim, "O cidadão se sente desprotegido..." e "Os cidadãos se sentem desprotegidos..." neste caso, se equivalem, semanticamente. Fora dele, se podem opor "o" (singular) vs. "os" (plural); "cidadão" vs. "cidadãos"; e até "o cidadão" vs. "os cidadãos". (p.11)

De uma observação morfológica e, posteriormente, semântica, em que a forma do substantivo aparece no singular com interpretação de plural possível, chegou-se a um conjunto de exemplos e análises que tentam descrever os fenômenos presentes através de uma combinação dos níveis morfosintático, semântico e pragmático, demonstrando assim a complexidade da expressão e da interpretação do número em português.

Utilizando como base Pereira (1984), mostrou-se que várias de suas afirmações são caminhos de análises ainda por fazer, alguns pelos quais seguiu este trabalho, encontrando novos subsídios para possíveis estudos posteriores em que se aprofunde a base teórica, a qual não deve perder de vista a interseção desses níveis de análise já citados.

Parece, enfim, que um dos pressupostos básicos para a continuação desse estudo está presente nas conclusões de Pereira (1984):

os traços formais (morfo-sintáticos) e os traços semânticos de gênero e de número pertencem, separadamente, à sintaxe e à semântica, e são inter-relacionados por princípios organizativos sistemáticos da gramática portuguesa. As conexões assim estabelecidas são reinterpretadas por regras semânticas, discursivas e pragmáticas. (p.168)

Seguindo esse pressuposto, conseguiu-se compor este trabalho, e, por isso, pode-se com um gesto afirmativo convocá-lo como guia de novos trabalhos que surjam interessados em desvendar mais uma parte desse tema tão interessante e complexo.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, S. Inflectional morphology. In: SHOPEN, T., (ed.) *Language Typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CAMARA JR., J. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CUNHA, C. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1984.
- FARIA, D. et al. *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996.
- GOUVEIA, C. Pragmática. In: *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996.
- LEVINSON, S. *Pragmatics*. New York: Cambridge University Press, 1983.
- OLIVEIRA, F. Semântica. In: *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996.
- PEREIRA, M. *Gênero e número em português - estudo das relações formais na gramática*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1984. Tese de doutoramento.

RIBEIRO, A. *Breve discussão dos sistemas de flexão nominal e verbal da língua padrão através de exemplos comentados*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1991. Trabalho final de curso.

SAID ALI, M. *Gramática secundária da língua portuguesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

CAMPO LEXICAL E PRODUÇÃO DISCURSIVA

Edna Maria F. S. NASCIMENTO e Maria Célia de M. LEONEL
(UNESP - Araraquara)

RESUMO: Propomos a organização do campo lexical de um texto como um dos mecanismos de produção discursiva. Para tanto, levantamos lexemas que, empregados de forma retórica, recortam a mensagem que se quer transmitir. A análise desses lexemas como integrantes de campos lexicais que se inter-relacionam na superfície textual permite-nos identificar os diferentes discursos que subjazem ao texto.

Palavras-chave: campo lexical; texto; discurso

ABSTRACT: We propose the organization of the lexicon field of a text as one of the mechanisms of discursive production. Therefore, we listed the lexemes, which are employed in a rhetoric form. They cut out the message that we intend to transmit. The analysis of these lexemes as integral part of the lexicon fields that inter-related themselves in text surface allows us to identify the different discourses that underlie the text.

Key words: lexicon field; text; discourse

Este trabalho faz parte de um projeto denominado *Mecanismos de referencialização e produção discursiva*, onde estudamos procedimentos que criam efeitos de veridicção em textos literários e da mídia.

Nossa concepção teórica fundamenta-se nos ensinamentos de Saussure (1970) que, ao postular o caráter imanente da língua, instaura a impossibilidade de recorrermos a um referente externo (objeto do mundo dito real), levando a semiótica de base hjelmsleviana a inscrever, entre suas preocupações, não o problema da verdade, mas o do dizer verdadeiro, o da veridicção e o dos mecanismos utilizados para sua produção.

Propomos a hipótese de que a organização do campo lexical de um texto é um dos mecanismos de construção da referencialização. Para tanto, utilizamos como texto-exemplo um trecho de *O mulato* de Aluísio Azevedo (s.d.) apresentado no livro de Francis Vanoye (1981, p. 34-35) em adaptação de especialistas brasileiros, justamente para o estudo de campos semânticos e campos lexicais, noções complexas que o livro, didaticamente, distingue de modo simplificado e um trecho da reportagem de Eduardo Junqueira publicado na revista *Veja* (1998).

O trecho de Aluísio Azevedo (s.d., p. 284) é o seguinte:

Rescendia por toda a catedral um aroma agreste de pitangueira e trevo cheiroso. Pela porta da sacristia lobrigavam-se de relance padrecas apressados, que iam e vinham na carreira, vestindo as suas sobrepelizes dos dias de cerimônia. Havia na multidão um rumor impaciente de platéia de teatro. O sacristão, cuidando dos pertences da missa, andava de um para o outro lado, ativo como um contra-regra quando o pano de boca vai subir.

Afinal, à deixa fanhosa de um padre muito magro que aos pés do altar desafinava uns salmos de ocasião, a orquestra tocou a sinfonia e começou o espetáculo. Correu logo o surdo rumor dos corpos que se ajoelhavam; todas as vistas convergiam para a porta da sacristia; fez-se um sussurro de curiosidade, em que se destacavam ligeiras tosses e espirros, e o cônego Diogo apareceu, como se entrasse em cena, radiante, altivo, senhor do seu papel e acompanhado de acólito que dava voltas frenéticas a um turbulo de metal branco.

E o velho artista, entre uma nuvem de incenso, que nem um deus de mágica, e coberto de galões e lantejoulas, como um rei de feira, lançou, do alto da sua solenidade, um olhar curioso e rápido sobre o público, irradiando-lhe na cara esse vitorioso sorriso dos grandes atores nunca traídos pelo sucesso.

A partir desse trecho, levantamos lexemas que, empregados de forma sinonímica, associativa, recortam a mensagem que se quer transmitir, sendo responsáveis pelo efeito de construção da referencialização e da veridicção textual.

O levantamento dos diferentes campos lexicais, que se inter-relacionam na superfície textual, permitir-nos-á identificar as isotopias representativas dos diferentes discursos que permeiam o texto.

Os semanticistas que tratam da teoria dos campos lexicais principiam seus estudos, algumas vezes, pela noção, não desenvolvida por Saussure, mas por ele proposta, de que cada palavra constitui o centro de uma *constelação associativa*.

Contribuição fundamental, na trilha de Saussure, para esse tema é a de Trier que considera o vocabulário de um estado lingüístico sincrônico como uma totalidade semanticamente articulada, estruturada em campos lexicais que mantêm relação de coordenação ou hierarquia. A concepção de articulação baseia-se em determinadas considerações, como a de que o significado de cada palavra depende do significado das vizinhas conceptuais ou de que para o entendimento do signo léxico individual é necessário pensar-se no campo de signos léxicos como conjunto.

Em nossa análise, baseamo-nos na definição de campo lexical de Geckeler (1976) que retoma os dois autores citados. Sua definição de campo lexical (1976, p. 295) insere-se num ponto de vista estrutural e é uma retomada de E. Coseriu (1973). O campo lexical é um paradigma lexical originado pela distribuição de um contínuo de conteúdo lexical em diferentes unidades. Tais

unidades são dadas na língua como palavras, que reciprocamente se opõem de modo imediato a partir de traços distintivos de conteúdo.

Geckeler acredita que o termo campo é quase opaco e apropriado para a designação de um sub- ou microsistema léxico. O lexema é também definido por ele, na esteira de E. Coseriu (Geckeler, 1976, p. 297), como uma unidade de conteúdo lexical que se exprime no sistema lingüístico.

Outras considerações interessantes para o nosso trabalho são as de Lyons (1980, p. 206), como:

Os campos são realidades vivas intermediárias entre as palavras individuais e a totalidade do vocabulário; como partes de um todo, partilham com as palavras a propriedade de estarem integradas numa estrutura mais vasta (sich eingliedern) e, com o vocabulário, a propriedade de se encontrarem estruturados em termos de unidade mais pequenas (sich ausgliedern).

Lyons (1980, p. 211) acredita ainda que os princípios determinantes da estrutura lexical se aplicam igualmente às palavras concretas e às abstratas.

São as unidades, portanto, que funcionam em um campo lexical. O arquilexema corresponde ao significado total de um campo lexical, representando, como denominador comum, a base semântica de todos os membros do campo.

Na passagem de Aluisio Azevedo, utilizada para ilustrar a produção discursiva pelo recorte do campo lexical, podemos observar que o sujeito enunciador trabalha com dois campos lexicais¹, agrupados sob dois arquilexemas: o da liturgia cristã e o das artes cênicas.

Referem-se ao campo lexical religioso como já mostrara a adaptação do livro de Vanoye (1981, p. 35) *catedral, sacristia, sobrepelizes, cerimônia, sacristão, missa, padre, altar, salmos, cônego, acólito, turbulo, incenso*. O campo lexical das artes cênicas é composto de figuras do mundo natural de duas ordens: teatral, como *platéia, teatro, pano de boca, deixa, orquestra, sinfonia, entrar em cena, papel, artista, público, atores, contra-regra* e circense, como: *deus de mágica, galões e lantejoulas, rei de feira*.

Cada um desses lexemas, em estado de dicionário, representando um saber compartilhado pelos falantes da língua portuguesa, tem um significado em estado de língua. Considerando esse conteúdo fixo, a partir do que propõem os semanticistas, separamos esses lexemas em dois blocos estanques representativos de dois recortes do mundo natural: o da religião e o das artes

¹ Na adaptação de *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita* (1981), realizada por Clarisse Madureira Sabóia, Ester Miriam Gebara, Haquira Osakabe e Michel Laud, recortam-se, nesse texto, três campos lexicais que se inter-relacionam: o da liturgia, o do espetáculo e o das palavras de carga pejorativa. Conforme nossa análise, há apenas dois campos lexicais; o terceiro, o das palavras pejorativas, representa modalização disfórica da voz do sujeito enunciador.

cênicas. A junção desses dois campos lexicais em um único texto é utilizada pelo sujeito enunciador para compor seu universo de referencialização, ou seja, a referencialização interna. A partir de conteúdos de lexemas já existentes na língua portuguesa, em estado extradiscursivo, o sujeito enunciador, no processo do discurso, estabelece equivalências discursivas, agrupando esses dois campos sob o arquilexema *espetáculo*.

A cerimônia religiosa passa então a equivaler, intradiscursivamente, a espetáculo de artes cênicas graças à intervenção de um sujeito que se apropria dos lexemas pertencentes a campos lexicais distintos e que, por processos retóricos, aproxima conteúdos de diferentes campos lexicais, tornando-os, a partir da construção desse texto, sinônimos.

O lexema *sacristão* é comparado a *contra-regra*. O sema intersector da comparação entre o representante do campo religioso e o do campo das artes é a *atividade*:

O sacristão, cuidando dos pertences da missa, andava de um para outro lado, ativo como um contra-regra quando o pano de boca vai subir.

Os *fiéis*, pelo burburinho reinante, são metaforizados como *platéia impaciente*, e o *cônego*, por sua postura, metamorfoseia-se em *artista*:

Havia na multidão um rumor impaciente de platéia de teatro.

(...) e o cônego Diogo apareceu, como se entrasse em cena, radiante, altivo, senhor de seu papel (...).

Completam a metamorfose do *cônego*, os epítetos *velho artista, deus de mágica, rei de feira* e a descrição de suas vestes sacras como vestimentas profanas:

E o velho artista, entre uma nuvem de incenso, que nem um deus de mágica, e coberto de galões e lantejoulas, como um rei de feira, lançou, do alto de sua solenidade, um olhar curioso sobre o público, irradiando-lhe na cara esse vitorioso sorriso dos grandes atores nunca traídos pelo sucesso.

Essa junção de lexemas de dois campos metamorfoseia a cerimônia religiosa em um espetáculo, primeiramente teatral, depois circense. Dois campos lexicais que em estado de língua são distintos, intradiscursivamente, passam a construir a mesma referencialização: o espetáculo religioso como profano.

Não é só a escolha de lexemas de dois tipos de artes cênicas, teatral, gênero mais nobre, e circense, gênero mais popular, que torna a cerimônia religiosa, gradativamente, um espetáculo profano, mas também a escolha de lexemas disfóricos como *padrecas, fanhosa, desafiava, frenéticas, cara, velho*,

salmos de ocasião. Com esse arranjo discursivo, o sujeito enunciador imprime uma isotopia pejorativa ao espetáculo, conferindo um novo efeito de veridicção: a cerimônia da liturgia cristã não é uma cerimônia religiosa, ela é um espetáculo de arte cênica popular, circense, onde os *paramentos* são *galões e lantejoulas* e o *cônego*, um *rei de feira*, um *ator nunca traído pelo sucesso*.

É também exemplo de campo lexical da liturgia católica e das artes cênicas o trecho produzido, recentemente (Junqueira, 1998, p. 115-116), pela mídia impressa brasileira, como o que transcrevemos:

Tudo o que cerca o padre Marcelo Rossi se conta por números seguidos de muitos zeros. Alguns exemplos: suas missas, no Santuário do Terço Bizantino, um galpão de 20 000 metros quadrados, antiga fábrica na Zona Sul de São Paulo, reúnem até 60 000 católicos. Por mês, os fiéis em frente ao altar somam meio milhão de almas. Quatro vezes por semana, eles chegam em caravanas de ônibus, a pé e até em carros caros. Espremem-se para ver de perto os louvores do Padre Marcelo. Do ponto de vista formal, são missas impecáveis. A liturgia segue à risca as determinações do Concílio Vaticano II. Ritos iniciais, liturgia da palavra, liturgia eucarística, comunhão e ritos finais. Está tudo lá, pronto para passar pelo crivo do católico mais ferrenho. Mas quando o padre Rossi irrompe no palco, quer dizer, no altar, sob aplausos e assobios da platéia, não é difícil perceber que se está diante de um evento diferente. Cada celebração é um megaspetáculo. São 15 000 hóstias distribuídas por missa. Na organização, trabalham 940 voluntários, quase sempre arregimentados entre fiéis da diocese de Santo Amaro. Diante da multidão, o padre Rossi é o rei da homilia. Canta, dança, prega de forma didática. Abusa das parábolas e dos diálogos com a platéia. Nada que lembre o ar sisudo de boa parte das missas convencionais.

Acompanhado pelos músicos da banda Ministério da Libertação, o padre engata uma música atrás da outra. Vai para a frente do altar, rodeado por seis coroinhas, e começa o que chama de "aeróbica do Senhor". São coreografias que lembram o filme *Mudança de Hábito*, em que um grupo de freiras agita multidões com gingados moderninhos. O padre balança os braços, levanta as pernas, dá voltas e pulinhos. Os fiéis saem da missa como espectadores de um concerto de rock. "Fico exausta e feliz. Sempre que volto, trago mais alguém", diz a comerciante Maria Clara de Almeida, 39 anos. O efeito multiplicador da missa é impressionante. Há um ano, a paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na Zona Sul de São Paulo, ficou pequena para abrigar a multidão que procurava as celebrações. O padre Rossi resolveu fazer missas extraordinárias - são quatro por semana -, em um galpão que funcionava como casa de shows. Em pouco tempo, também ficou pequeno. Aí ele foi para a fábrica.

Nesse trecho, referem-se ao campo lexical religioso, os seguintes lexemas: *Padre, missas, católicos, fiéis, almas, altar, louvores, liturgia, liturgia*

da palavra, liturgia eucarística, comunhão, altar, celebração, hóstias, diocese, parábolas, coroinhas, Senhor, freiras, paróquia, celebração, padre.

Dizem respeito ao campo lexical das artes cênicas, os lexemas: *palco, aplausos, assobios, platéia, megaspetáculo, canta, dança, músicos da banda, aeróbica do Senhor, coreografias, filme, gingados, espectadores, concerto de rock, casa de shows.*

Ocorre também no texto uma forte modalização por intensificação, emprestando à reportagem um caráter hiperbólico e construindo a referencialização não de uma missa como espetáculo, mas como um megaspetáculo: *galpão de 20 000 metros quadrados, 60 000 católicos, meio milhão de almas, caravanas de ônibus, 15 000 hóstias, 940 voluntários, multidão, seis coroinhas.*

A grandiosidade do megaspetáculo-missa é também marcada pela gradação do espaço: *paróquia, galpão, fábrica*. O tom quantitativo e intensificador é sintetizado pelas afirmações do sujeito enunciador: *Tudo o que cerca o padre Marcelo Rossi se conta por números seguidos de muitos zeros. (...) O efeito multiplicador da missa é impressionante.*

Essa modalização intensiva recebe, por parte do sujeito enunciador, como no caso do trecho de Aluísio Azevedo, uma modalização pejorativa: *rei da homilia, gingados, moderninhos, pulinhos*. *Rei da homilia* corresponde, de certa forma, a *rei de feira* do texto literário que citamos.

Nos dois textos que usamos como exemplo, o mesmo recorte lexical associa dois discursos que, no nível da manifestação, parecem díspares, mas, no nível profundo, expressam a isotopia do espetáculo. No entanto, os mesmos campos lexicais escolhidos que metaforizam o ato litúrgico como espetáculo, apresentam diferenças entre o texto literário de 1881 e o da mídia de 1999, ou seja, de pouco mais de um século.

No trecho de Aluísio Azevedo, o cônego Diogo é o ator principal e praticamente o único; só ele detém a cena na sua onipotência, como vimos no segmento destacado do trecho selecionado.

A separação entre o ator e o público, como sabemos pela época do romance, é também devida à língua empregada - o latim - língua sagrada, desconhecida dos fiéis ignaros. O seu uso torna o cônego semelhante a Deus. Essa sacralização pela língua é assim comentada em trecho de "São Marcos" da coletânea *Sagarana* de Guimarães Rosa (1967, p. 236):

É que a população de Calango-Frito não se edifica com os sermões do novel pároco Padre Geraldo ("Ara, todo o mundo entende...") e clama de saudades das lengas arengas do defunto Padre Jerônimo, "tinham muito mais latim"...

Quanto ao espaço onde se desenrola o espetáculo, sabemos ainda pela descrição do ato litúrgico em *O mulato* (s.d.) que ele é fechado: é a casa do senhor, o templo divino.

No espetáculo religioso do fim do nosso milênio, de acordo com a mídia impressa, a língua empregada pelo padre-ator é o português, fato que o equipara ao público: sua fala, com termos do cotidiano, é entendida. O cunho sagrado de antes é quebrado, e o ator-padre deixa de estar próximo do divino para estar próximo dos homens. A interação entre o ator-protagonista que *balança os braços, levanta as pernas, dá voltinhas e pulinhos* e o público é grande, já que a *multidão* o acompanha, também cantando e dançando em nome do Senhor, sentindo-se *exausta e feliz*. Portanto, o público de fiéis não é apenas mero espectador. Nessa nova postura do ritual religioso, o espaço da igreja é figurativizado pela imprensa como a *boite de Deus* e o padre Marcelo como o *profeta da missa aeróbica*.

A parte dançante da missa - a *aeróbica do Senhor* -, que deixara o templo divino pelo galpão da fábrica, desce à festa profana, com a música "Erguei as mãos", grande sucesso de Padre Marcelo, o maior fenômeno da indústria fonográfica brasileira no ano passado, com 3 milhões de CDs vendidos, aquecendo, como nos diz Junqueira (1999, p. 59) em outro texto da mesma revista,

(...) *a folia pré-carnavalesca de norte a sul do país.*
Erguei as mãos...
Os animaizinhos subiram de
Dois em dois
Os animaizinhos subiram de
Dois em dois
O elefante e os passarinhos
Como os filhos do Senhor - e lá vai a turba se requebrando numa coreografia inspirada nos animais.

No desfile das escolas de samba cariocas, a *aeróbica do Senhor* atinge também a Marquês de Sapucaí, conforme reportagens de jornais e revistas sobre o carnaval de 1999.

Em outra matéria da mesma revista *Veja* (1999, p. 91) - de onde destacamos os dois textos de Eduardo Junqueira - na seção "Gente", intitulada, polissemicamente, "Erguei as mãos e chacoalhei os pandeiros" que trata também dos *trepidantes eventos momescos*, lemos:

Em São Paulo, comandou a ferveção o show-man do Senhor, padre Marcelo Rossi: do alto de um autêntico trio elétrico, ele puxou um cordão de 70 000 fiéis-foliões, ao som de hits como Erguei as mãos e Segura na mão de Deus.

Há, em ambos os textos analisados - e também nos citados - uma semelhança no recorte dos campos lexicais. Permanece mesmo a modalização pejorativa. Todavia, a diferenciar os textos separados por um século, está a modalização da intensificação, manifestada também em termos próprios do que vimos chamando de artes cênicas - do *espetáculo* para o *megaespetáculo*, do

teatro para o *concerto de rock* e a *casa de shows*, da *orquestra* e da *sinfonia* para os *músicos da banda* e a *aeróbica do Senhor*. As únicas *voltas frenéticas*, as que o acólito dava a um *turibulo de metal branco* do texto de Aluísio Azevedo, são substituídas pelas *voltas e pulinhos* do padre na reportagem de Eduardo Junqueira (1998).

Os textos analisados são exemplos de situações análogas em que os lexemas que compõem um campo lexical funcionam como subcódigos da língua e de que, como tal, representam uma visão de mundo presentificada nos discursos atualizados numa determinada sociedade.

A isotopia dos dois textos, construída pela equivalência de lexemas de dois campos lexicais, funde, em um único discurso, dois discursos: o religioso e o das artes cênicas, discursos que, no nível da aparência, mostram-se como dispares, mas que, no nível da essência, têm muita semelhança, pois os dois não passam da manifestação da arte de persuadir, termo intersector que permite que o ato religioso seja metaforizado como espetáculo. O que diferencia os dois textos-exemplo é a modalização. No segmento de Aluísio Azevedo, os termos pejorativos constroem a missa como um espetáculo de arte cênica popular e o da notícia da mídia impressa, modalizado também pela intensificação, caracteriza um megaespetáculo popular. Na notícia, a veridicção construída pela escolha do campo lexical e da modalização intensiva expressa um megaespetáculo que figurativiza uma nova postura do discurso religioso: o da persuasão em massa.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, A. *O mulato*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s.d.
COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: el problema del cambio lingüístico*. Madrid: Gredos, 1973.
GECKELER, H. *Semântica estrutural y teoria del campo léxico*. Madrid: Gredos, 1976.
GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural: pesquisa de método*. São Paulo: Cultrix/USP, 1976.
JUNQUEIRA, E. Erguei as mãos. *Veja*, São Paulo, 17 fev. 1999, p. 59.
_____. Uma estrela no altar. *Veja*, São Paulo, 4 nov. 1998, p. 114-120.
LYONS, J. *Semântica*. Lisboa: Presença, 1980.
ROSA, J. G. São Marcos. In: _____. *Sagarana*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967, p. 221-251.
SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.
VANOYE, F. Campos semânticos e campos lexicais. In: _____. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. 2. ed. Trad. e adap. de C. M. Saboia et al. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p. 34-35.
VEJA, São Paulo, 24 fev. 1999, p. 90-91.

Bibliografia consultada

- GUIRAUD, P. *A semântica*. Rio de Janeiro: Difel, 1980.
HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

POLISSEMIA E CAMPOS SEMÂNTICOS

Avani de OLIVEIRA (UFRGS)

RESUMO: Os mecanismos fundadores da significação subsidiam as instâncias enunciativas que projetam as intencionalidades dos sujeitos/enunciadores no contexto em que atuam. A análise proposta tenta dimensionar a abrangência e as perspectivas de aplicação do modelo casual da UFSC, no que concerne aos episódios que flagram as ações humanas, dinamizando o processo interacional e que são captados pela mídia impressa.

Palavras-chave: significação; polissemia; interação

ABSTRACT: The foundation mechanisms of meaning subsidize the enunciating instances which project the subjects'/enunciators' intentions in the context where they act. The proposed analysis tries to establish the scope and the application perspectives of UFSC's case grammar model, concerning the episodes that capture human actions, turning the interaction process more dynamic and that are grasped in the written media.

Key words: meaning; polysemy; interaction

Considerações preliminares

A significação se constitui nos entrecruzamentos das ações humanas produzindo diferentes efeitos de sentido e, ao mesmo tempo, inscreve os sujeitos/enunciadores no âmbito histórico-cultural da comunidade a que eles se integram. Os mecanismos fundadores dessas instâncias e que subjazem à intencionalidade dos interlocutores, respaldam a dimensão contextual; a recursividade lexical passa a integrar o conhecimento socializado que eles possuem acerca de seu instrumento de manifestação. As diversas tipologias indicam a produtividade e a criatividade dos enunciadores, sobretudo daqueles que atuam na mídia impressa, como jornais, revistas, campanhas publicitárias, etc., que, de certa forma, são exemplares fidedignos para representar a dinâmica da língua em uso.

Este trabalho tem seu 'olhar' incidindo sobre a *língua em uso*, por isso refere como apoio os postulados da Gramática de Casos, em especial, as perspectivas mais amplas assinaladas pelo *modelo casual da UFSC*, na esfera da significação, incluindo os empreendimentos que dão conta da polissemia e dos desdobramentos que cingem os movimentos semânticos, sinalizando as ocorrências efetivadas para, a partir disso, viabilizar o processo de análise de enunciados que evidenciem os aspectos mais relevantes dessa esfera de

significação. A análise aqui implementada procura demonstrar a abrangência e as perspectivas de aplicação do *modelo casual da UFSC* e representa uma possibilidade dentre outras.

1. Perspectivas teórico-metodológicas

Os pressupostos básicos em que este estudo se apóia encontram-se nas teorias de Fillmore (1968, 1977), Chafe (1970), Anderson (1971) e Cook (1979, 1989), denominadas Gramática de Casos, bem como nas incursões de M. A. K. Halliday (1976, 1985), que associa os campos de referência da significação com o uso efetivo e representativo de dada comunidade lingüística. Por essa razão, o refinamento concretizado por Nicolacópulos (1992, 1995), através do *modelo casual da UFSC* subsume uma dimensão mais 'aberta' relativamente aos procedimentos de análise, porquanto estabelece como *lugar de repouso* da significação constituída o *contexto*, de onde provém todo o enunciado, objeto de análise efetiva, independente de sua origem; o plano contextual detém as marcas enunciativas que se inscrevem nas instâncias discursivas institucionalizadas e que são inerentes a todo campo de referência expressiva de uma comunidade, em qualquer tempo no curso de sua história.

As configurações polissêmicas, bem como as instituições que se atualizam, recursivamente, partilham as mesmas instâncias e assinalam um mesmo *lugar de dizer* que apresenta peculiaridades que têm a ver com os componentes de significação, determinando o *lugar próprio* da polissemia, enquanto empreendedora dos movimentos semânticos renovados. Os entrecruzamentos que podem ser verificados têm seu campo de convergência assinalado na instanciação de novos efeitos de sentido, o que atrela a sua movimentação às dimensões de um mesmo campo semântico.

A capacitação humana se traduz nas ações efetivas e no conjunto de habilidades que os sujeitos demonstram ao signifazer o mundo que os cerca. Os efeitos de sentido mais eficazes por eles produzidos assinalam a organização sócio-cultural que, em determinado contexto, os sujeitos conseguem empreender. A significação se instaura nas tensões articuladas da vivência humana e se consolida, se transforma e se renova a cada dia na praxis social, tendo como referência as atuações individuais e coletivas da comunidade ali representada.

O processo de significação tem origem no âmbito comunicativo, subjacente à enunciação, pois existe uma imbricação entre o conhecimento dos enunciadores e o contexto de referência em que atuam: a eficácia da significação depende da contextualização dos fatos, suas circunstâncias e engajamento histórico. Por essa razão, o estudo do significado precisa levar em conta elementos que extrapolam a dimensão do sistema lingüístico e que também intervêm na constituição do processo significativo.

A relação de sentido é assegurada pelo signo lingüístico. A articulação que instaura a *associação* dos signos e compreende o processo de significação,

ampliando o campo polissêmico do sistema e abrangendo dimensões mais amplas, atrela as relações signicas sob a ótica do imbricamento, que se processa no interior do sistema.

A análise semântico-descritiva do significado, proposta por Hjelmslev (1975), no final dos anos sessenta e meados da década de setenta, estabelece que a aferição científica de qualquer objeto implica a distinção entre *forma e substância*, definindo o significado do signo lingüístico como uma forma genérica, entendida como o conjunto total das marcas constitutivas de sua definição, e uma substância específica, como tudo que integra a forma, mas pertence ao objeto estudado.

Para o autor (*op.cit.*:62), o signo lingüístico é "... uma grandeza de duas faces, uma cabeça de Janus com perspectivas dos dois lados, com efeito nas duas direções: 'para o exterior', na direção da substância da expressão; 'para o interior', na direção da substância do conteúdo". O significado *nasce* numa perspectiva contextual e um signo só pode ser pensado *em trânsito* no plano da articulação do sistema lingüístico.

O signo exerce uma função no interior do sistema e, na medida em que assim se define, designa e significa. Hjelmslev (*op. cit.* 49) lembra que frases, proposições e palavras veiculam uma significação e, portanto, são 'signos', mas uma análise mais exaustiva conduzirá a um sistema de signos que está por trás do processo de signos. "As palavras não são signos últimos, irredutíveis, da linguagem, tal como podia deixá-lo supor o imenso interesse que a lingüística tradicional dedica à palavra. As palavras deixam-se analisar em partes que são igualmente portadoras de significações: radicais, sufixos de derivação e desinências flexionais". Razão por que o signo lingüístico deve ser definido relativamente ao lugar que ocupa no contexto, excluindo as possibilidades de significações com lexemas isolados, a menos que assumam caráter artificial, fora da dimensão accional da linguagem. As circunstâncias de produção contribuem efetivamente para a determinação do sentido, além de complementá-lo.

Ao lado disso, a dependência entre o plano do conteúdo e o da expressão é uma *interdependência* e entre forma e substância, uma *seleção*, sendo esta que determina a forma. E uma mesma forma de expressão pode manifestar-se por meio de diversas substâncias: fônicas, gráficas, etc., o mesmo ocorrendo com a substância do conteúdo. Não basta isolar as grandezas semânticas suscetíveis de uma descrição física daqueles que servem a uma descrição que utiliza termos de percepção e valores, pois *existe uma área contínua, comum entre elas* que deve ser diferenciada, não isolada.

Pottier (1976), assegura que a substância do significado é constituída por um conjunto de traços distintos denominado *semema*, a cada um dos traços distintivos corresponde um *sema*. Eles têm naturezas distintas, caracterizando-se como denotativos e conotativos. Os denotativos são *constantes* e se dividem em específicos e genéricos; os primeiros indicam as classes gerais, e os segundos possibilitam as diferenciações. Os conotativos são *semas virtuais* que se

atualizam no discurso e detêm as reações subjetivas e as marcas ideológicas. A significação, portanto, depende da articulação dos semas no processo da tecitura.

Assim, fica ratificada a idéia de que, no plano lingüístico, a significação instaura-se a partir da relação entre dois ou mais termos, integrados a um determinado contexto situacional. Segundo Greimas (1973:28), a relação entre os termos é *imprescindível*, já que um termo isolado e descontextualizado não veicula significação. É necessário que eles sejam captados juntos, que possuam algo em comum e, ao mesmo tempo, algo que os diferencie. O autor refere duas formas de ocorrência: a identidade, que configura a *conjunção* dos signos e corresponde, por via de consequência, à sinonímia; e a diferença entre eles, que configura a *disjunção* dos signos e equivale à antonímia.

Tendo em vista o processo de interpretação que se instancia a partir da dimensão contextual, é necessário levar em conta as duas formas referidas de articulação, já que as mesmas configuram a associação dos signos e compreendem o processo de tecitura, ampliando o campo polissêmico do sistema e abrangendo as noções de homonímia, paronímia e hiponímia, pois numa dimensão produtiva, as relações signicas devem ser analisadas sob a ótica do imbricamento, que se processa entre os planos lexicais, estruturais e contextuais (Leech, 1981).

Estes planos são relacionados através do caráter de implicatura e de um conteúdo implícito onde, numa linha associativa, este constrói as pressuposições, enquanto aquele assegura o vínculo com o contexto, possibilitando, ao interlocutor e/ou leitor, as inferências que se tornam possíveis na análise das interações sócio-comunicativas que se empreendem nas instâncias mais amplas e se concretizam recursivamente na dinâmica da língua em uso.

A partir daí, o elo de ligação entre o posto, o pressuposto e o que pode derivar como inferência fica atrelado a um processo interativo na dinâmica social. A significação pressupõe uma relação entre dois ou mais termos vinculados a um determinado contexto. Algumas destas relações estão explicitadas a seguir:

Sinonímia - processo associativo que ocorre no paradigma e estabelece uma *relação de conjunção* entre os semas; dificilmente dois lexemas são substituíveis em todos os contextos. A sinonímia tem por base a *identidade*, relativamente ao contexto em que atua: neste são privilegiados os semas comuns, o que possibilita a equivalência de sentido. As equivalências relativas possibilitam a denominação dos parassinônimos, configurando uma substituição em nível de eixos semânticos.

A partir das perspectivas de análise apresentadas por Pottier, foi incluída a seguinte exemplificação:

Considerando os lexemas 'livro', 'revista', 'jornal', que têm em comum o setna 'para ler', dá para verificar que estes se diferenciam pelos semas 'para pesquisa', 'para distração', 'para informação diária' etc. Por exemplo:

- (1) Nós compramos algo para ler na viagem.

Os três lexemas estão postos como sinônimos, já que o sema privilegiado é 'para ler', determinando uma relação parassinônima com equivalência de sentido.

Antonímia - processo de desassociação que tem por base os *traços distintivos* entre dois lexemas, estabelecendo a relação de *disjunção*.

Tendo como referência o mesmo grupo de lexemas, é possível observar que a situação se altera:

- (2) Queremos um livro para estudar os metaplasmos. O jornal buscaremos depois.

Contextualmente os lexemas 'livro' e 'jornal' estão postos numa antonímica, pois os semas privilegiados 'para pesquisa' configuram a disjunção e a relação é a de oposição de sentido.

Homonímia - processo relacional que configura a identidade de forma e/ou som entre dois lexemas, e cujos significados são distintos. Sua atuação é no paradigma.

Os enunciados a seguir exemplificam essa relação:

- (3) Escolhemos uma bela *revista* de moda.
(4) Esta edição foi *revista* e ampliada.

Do ponto de vista lexical parece haver identidade, mas, contextualmente, estão privilegiados os semas 'de moda' e 'ato de revisar', respectivamente; logo, a relação é homonímica, tanto no aspecto gráfico, como fônico, mas a diferenciação de sentido se mantém relativamente a cada contexto.

Paronímia - processo de associação relativa que se instaura a partir da semelhança lexical - gráfica e fônica -, mas preserva a distinção de sentido, explicitando-o relativamente ao contexto situacional que passa a integrar.

Os exemplos que seguem, permitem melhor entendimento desse processo:

- (5) O *livro* é útil para enriquecer os conhecimentos.
(6) o homem é *livre* para produzir, pensar e agir.

Tanto de ponto de vista lexical, quanto semântico, a relação é paronímica, posto que o sema privilegiado em (a) mantém com o privilegiado em (b) uma associação relativa em nível lexical, bem como no plano da significação.

Hiponímia - processo associativo, que relaciona um termo específico a outro mais abrangente. Sua atuação se dá no eixo paradigmático.

Tomando o lexema 'livro' como específico, relacionam-se a ele como mais abrangentes 'biblioteca' e 'bibliografia', conforme mostra o exemplo que segue:

- (7) "Encontramos um *livro* na 'biblioteca' que contém toda a 'bibliografia' de que precisamos para a pesquisa".

O lexema 'livro' relaciona-se com os lexemas 'biblioteca' e 'bibliografia' numa dimensão hierárquica, sendo aquele o termo específico, cujo sema suscita os outros dois semas mais abrangentes, configurando uma relação de sentido entre os mesmos.

Todavia, a dimensão semântica do signo linguístico não se restringe apenas a um "recorte cultural", ou mesmo situacional, pois sua caracterização é mais ampla e também complexa. Todo o signo, embora possua um sentido residual, não pode ser substituído por outro em toda a sua extensão. Ele não tem significado estático e permanente, já que enriquece suas acepções, ampliando-as constantemente nas passagens que faz do plano virtual para o realizado. E é exatamente nessas passagens que os signos convertem-se em *entidades funcionais e relacionais* do sistema linguístico, sustentando a diversidade de sentidos que o sujeito/enunciador é capaz de criar, ou de RE-criar através da linguagem.

Além do que, a interação sócio-comunicativa supõe o caráter produtivo da linguagem associando-se diretamente ao meio sócio-cultural que, ao mesmo tempo, manifesta as articulações que detém, através da expressão, representando-as na medida em que RE-vela o conhecimento da realidade envolvida e que viabiliza a concretização dos atos de fala.

Hjelmslev (*op. cit.*), entende que a significação se consolida pela relação entre *Expressão/Conteúdo* e prevê a possibilidade de que o sistema se torne elemento de um segundo sistema, mantendo com o primeiro uma relação de imbricamento e desengate. Em decorrência, a significação se instaura a partir de dois princípios básicos: Conotação e Metalinguagem. A Conotação toma o primeiro sistema como plano de expressão do segundo; enquanto a Metalinguagem toma o primeiro sistema como plano do conteúdo do segundo.

Nessa articulação condensada origina-se a *metáfora*, processo associativo que, no funcionamento da linguagem, adquire uma base conotativa, a fim de efetivar a substituição, resultante desta nova combinação. Ela assume um percurso que vai do paradigma ao sintagma, por isso, a relação que une o primeiro ao segundo é de *similitude* e ocorre no nível do SEMA X SEMEMA. A *metáfora* não possui caráter excludente, pois carrega consigo os semas de um sistema de origem, no qual reside o caráter *polissêmico* e é exatamente a *polissemia* que permite a constituição do processo metafórico, originando movimentos semânticos que transcendem aos limites de um e de outro campo semântico. É por isso que a metáfora conota a idéia de *transporte*, ela carrega o

efeito de sentido que se instancia em um determinado campo semântico para outro.

Na teoria moderna, especialmente dos anos sessenta em diante, a *metáfora* é apresentada como o resultado de duas operações: a de adição e a de supressão de semas. Assim a *metáfora* detém a relação de identidade de dois significantes e a de não-identidade de dois significados correspondentes. Magalhães (1976:34) adverte que "... o impasse da razão perante tais formulações só é resolvido quando o leitor descobre, entre os dois termos, um terceiro, que existe virtualmente e que é o eixo entre os dois termos. Esse terceiro termo é necessário como o fundador e comprovador da identidade pretendida". A relação de similitude no processo metafórico permite a aproximação entre as relações de sentido que, a priori, parecem figurar em universos, ou contextos distantes.

A opção pelo modelo casual a ser adotado levou em conta a afinidade com o direcionamento teórico-metodológico desta abordagem; assim, o *modelo casual da UFSC* redimensionado por Nicolacópulos (1992, 1997), responde às perspectivas assinaladas. O modelo se ampara em arcabouço teórico - aberto à interface - com empreendimentos metodológicos, de caráter não-localista, abrange os casos básicos A (Agente) e O (Objeto) e os não-básicos E (Experienciador) B (Beneficiário), L (Locativo) - como um caso que coocorre com os demais no modelo, sem subsumi-los na redução à O (Origem) e M (Meta) -, C (Comitativo), T (Tempo) e H (Holístico). Favorece ainda o entrecruzamento dos componentes metodológicos, abrangendo as dimensões pragmático-discursivas na consideração do plano contextual para a interpretação dos casos.

Neste modelo, a captação do sentido é extensiva às configurações polissêmicas, que compreendem as variações de sentido dentro de um mesmo campo semântico. No âmbito do campo (B) Benefactivo, por exemplo, há uma série de nuances que se manifestam, assumindo efeitos de sentido peculiares, mas específicos; os enunciados que seguem, partilhando de um mesmo campo de referência semântica, servem como exemplário do que pretendo explicitar: eles são retirados da imprensa escrita e, em cada um deles o verbo/predicador assumirá um efeito de sentido específico, isto é, em cada contexto estará perspectivizada uma das nuances de sentido que esses verbos/predicadores podem subsumir.

-Efeito de sentido perspectivizado:

(9) "O representante das centrais sindicais ganhou muito dinheiro com as campanhas políticas que ajudou a promover" noção de: *ganho* (ZERO HORA: 19/9/98, p.23).

(10) "O líder da campanha eleitoral do PT ganhará alto cargo na Secretaria de Transportes, com a eleição de Olívio Dutra, disse com ironia seu

companheiro de partido" noção de: *benefício* (ZERO HORA: 07/10/98, p. 13).

(11) "O governo Brito ganha as terras para assentamento dos colonos 'sem terra', entretanto as promessas não saem do papel; e na época de campanha eleitoral(eira) servem novamente ao discurso" noção de: *posse* (ZERO HORA: 23/9/98, p.15).

(12) "O governador Antônio Brito ganhou a disputa no primeiro turno, de acordo com as pesquisas, no entanto, o resultado das urnas não confirmaram a vitória com ampla margem de votos" noção de: *liderança* (ZERO HORA: 10/10/98, p.9).

(13) "Os articuladores de campanha do PT ganham dos militantes do partido as cédulas gigantes para serem distribuídas à população com o objetivo de intensificar a propaganda no segundo turno" noção de: *transferência de propriedade* (ZERO HORA: 14/10/98, p. 11).

Já o processo metafórico vem instanciado no modelo como *via de duas mãos*, porquanto a sua instauração se dá na transposição do sentido, ou seja, ela vai ocorrer quando forem suspensos os traços de sentido que identificam um determinado campo semântico, para que, com a assunção de novos traços fique evidenciado um 'novo' caso, um 'novo' campo semântico, como no exemplo que segue:

(14) "O funcionário da AGM - montadora que está se instalando no RS - ganhou conhecimento e experiência com a bolsa de estudos que lhe permitiu participar das atividades de treinamento numa montadora paulista" (ZERO HORA: 30/9/98, p.7).

No contexto acima, o efeito de sentido de 'ganhar algo', no âmbito do campo (B) Benefactivo, fica suspenso, já que a nuance de sentido perspectivizada instaura a aquisição de conhecimento (ganhar experiência = ganhar (aprender algo = cognição). Assim, o efeito de sentido do predicador *ganhar* é transportado do campo semântico (B) Benefactivo para o campo (E) Experienciador, onde 'conhecimento e experiência com a bolsa de estudos que lhe permitiu participar das atividades de treinamento numa montadora paulista' constitui o objeto da experiência do funcionário. É este o percurso da metáfora, diferenciando-se, portanto da polissemia.

Já a neologia de sentido funciona como uma espécie de 'operação de resultado', isto é, tanto a polissemia quanto a metaforização, que empreendem os movimentos semânticos, podem originar enunciados de configurações neológicas. Para tanto, é imprescindível que o efeito de sentido produzido, em qualquer dos casos, seja original.

Por ex.: O processo de verbalização do plugue de tomada no enunciado:

(15) "Um banco *plugado* em inovação" (FOLHA DE S. PAULO: 10/7/97, p. E.3).

O trecho destacado integra o contexto de uma propaganda do Banco Real, que se vale do desenho de um plugue, transformando-o em verbo no referido enunciado, para reiterar a idéia de atualidade tecnológica, o que, além de imprimir força na expressividade pretendida, promove efetivamente a neologia de sentido, isto é, utiliza de modo original e criativo um item lexical que, até então, tinha seu registro de uso integrando outro campo semântico em outro contexto.

2. Considerações Finais

Essas articulações de sentido são apreendidas na interação comunicativa dos sujeitos enunciantes e constituem as 'cenas' enunciativas, que registram as intenções, as aspirações e os empreendimentos dos usos que flagram desde as manifestações mais simples às mais belas metáforas. O interesse aqui limita-se aos movimentos semânticos que abrigam, em especial, a polissemia, mas em vista das metaforizações serem bastante incidentes, instanciando-se nos entrecruzamentos que perpassem todos os casos, esta *via de duas mãos* é incluída para aferição de sentido nas esferas intercasuais.

Os movimentos semânticos ocorrem no cenário da comunicação diária, entrecruzando intenções, expectativas, aspirações, etc., que integram o cotidiano dos usuários de toda e qualquer comunidade linguística; todos os empreendimentos se instanciam em esferas maiores e passam a registrar lexicalmente os efeitos de sentido que o uso consagra e, com o decorrer do tempo, vai participar do dicionário. Essa inclusão, além de assinalar a expansão lexical, enriquece a expressividade, aspectos favorecidos pela dimensão polissêmica da língua(gem), que ao lado disso ajuda a resguardar e a preservar memória cultural da comunidade, no ato de inscrição da sua própria história.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, C. *Para uma descrição semântico-cognitiva da linguagem metafórica*. Brasília, Universidade de Brasília, 1986. Dissertação de Mestrado.
- ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. Paris: Maspero, 1968.
- ALVES, I. *Neologismo e criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.
- BARROS, D. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional, 1976.
- COOK, W. *Case grammar theory*. Washington: Georgetown University Press, 1979.

- FILLMORE, C. *Topics in lexical semantics*: Roger Cole (ed.). Indiana University Press, 1975.
- NICOLACÓPULOS, A. et al. *O modelo casual da UFSC*. CELSUL, Florianópolis, 1995.
- OLIVEIRA, A. *Predicações benefactivas em textos publicitários*. X CELLIP, Londrina, 1996.

EM TORNO DA METALINGUAGEM

Joana Plaza PINTO (UNICAMP)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é debater a constituição do saber metalingüístico científico e sua relação com o saber metalingüístico ordinário. Procura-se caracterizar o processo que estruturou os saberes gramaticais e lingüísticos, e em seguida levantar algumas questões em torno da possibilidade deste saber metalingüístico na atualidade.

Palavras-chaves: saber metalingüístico; reflexividade; linguagem ordinária.

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss the constitution of the scientific metalinguistic knowledge and its relation with the ordinary metalinguistic knowledge. We try to characterize the process that structured the grammatical and linguistic knowledges, and after it to explore some questions about the possibility of this metalinguistic knowledge on the present time.

Key words: metalinguistic knowledge; reflexiveness; ordinary language.

Introdução

O discurso científico sobre linguagem tem como ferramenta de descrição de seu objeto o próprio objeto *linguagem*, o que coloca em debate a oposição entre *metalingüístico científico* e *metalingüístico ordinário*. No que diz respeito ao objeto *linguagem*, a metalinguagem utilizada para descrevê-lo e explicá-lo, pelo espelhamento característico entre instrumento e objeto, acaba por evidenciar a problemática de sua própria existência. Essa identidade entre os signos que constituem o saber metalingüístico e seu objeto revela, entre outras coisas, a dificuldade das disciplinas lingüísticas em superar a continuidade entre o saber científico e o saber "popular" sobre linguagem.

Assim, o estatuto da Lingüística enquanto ciência pode ser discutido através da problematização da possibilidade de oposição entre o *discurso metalingüístico científico* e o *discurso metalingüístico ordinário*. De acordo com Milner (1989), os problemas que sempre acompanharam as discussões sobre ciência em geral aparecem quando a questão da cientificidade da Lingüística é colocada. Ou seja, afirmar a própria possibilidade do fazer lingüístico traz à tona a pergunta: em que medida o objeto lingüístico passa de *ordinário* a *científico*, ou seja, como se efetiva a *desnaturalização deste objeto*?

1. A formação e constituição do saber metalingüístico científico

Do terceiro milênio a.C. entre os acadianos aos comparatistas do final do século XIX, períodos diferentes expõem os elementos tecnológicos que legitimaram os saberes metalingüísticos. Saberes estes variados pois incidentes sobre o objeto *linguagem* realizado na mais completa diversidade entre línguas. A análise destes saberes como *objeto fenomenológico*, conduz Auroux (1992) a procurar assumir uma postura que ele chama *neutra* no que diz respeito a avaliação da sustentabilidade desta ou daquela forma de saber metalingüístico como pertinente para a análise lingüística. Do mesmo modo, sua postura historicista procura uma *moderação* ao evidenciar ao mesmo tempo a causalidade do valor do saber metalingüístico e a multiplicidade limitada que concede aos fenômenos chamados lingüísticos uma certa independência em relação aos saberes que deles se constituem¹. Enfim, adotando esses procedimentos teóricos, Auroux aponta os fenômenos que confirmam as duas seguintes hipóteses de trabalho.

A primeira hipótese é a idéia de que o conjunto de esforços de certos povos para análise e compreensão dos elementos de sua língua, que ele chamou de *nascimento das metalinguagens* (Auroux, 1992, 11ss.), tenha nascido pela *escrita*. Este fenômeno forneceu uma base necessária para a passagem do saber metalingüístico "popular" para o saber metalingüístico "científico", dois tipos de saberes que se estabelecem em continuidade um com o outro. A presença da percepção popular sobre linguagem, diversa e espontânea, na *representação construída e manipulada* sobre línguas evidencia o que Auroux apontou como uma *regulação auto-representativa* da linguagem. O saber organizado pela "lingüística popular" é de ordem diferente daquele organizado a partir das sociedades com escrita. Ainda que esta última seja essencial para o aparecimento do saber metalingüístico organizado e instrumentalizado, não se deve estabelecer uma relação temporal unívoca entre a metalinguagem constituída e a escrita.

Alguns fatos históricos comprovariam a tese de Auroux: as sociedades que organizaram esse saber, e sob quais formas (inicialmente em listas, depois em gramáticas), *sempre* com a associação à necessidade de se ensinar a ler e escrever. Por isso, seria de certa forma conseqüente que o aparecimento da imprensa tenha motivado a gramatização não somente das línguas que se usavam para a escrita (latim, grego), mas também de todos os vernáculos europeus e das novas línguas em contato com a sociedade européia.

A partir dessa primeira revolução tecnológica, a escrita, que propiciou o aparecimento da metalinguagem sobre linguagem natural, Auroux procura mostrar o que seria a segunda revolução tecnológica lingüística, e o centro de

¹ Não estou muito certa sobre o que caracterizaria tal posição como um *historicismo moderado* (Auroux, 1992, 13-16). Talvez a "relatividade" com que ele trata a *causalidade histórica*? Ou seria principalmente a expressão de sua crença na possibilidade de *analogias* entre saberes metalingüísticos?

sua segunda hipótese de trabalho: a gramatização. Inicialmente utilizada para ensinar a ler e escrever, a gramática, em meio à enorme expansão comercial, cultural e territorial conhecida pela Europa no auge do Renascimento, passa a instrumento pedagógico de aprendizado especialmente do convescente *latim*, de legitimação dos vernáculos pelos novos estados emergentes e de aprendizagem também das novas línguas de contato. Como o contato multilíngüe não é considerado pelo autor causa suficiente para essa proliferação de gramáticas relativas a esse período, Auroux procura evidenciar as características renascentistas que firmaram a gramatização das línguas ocidentais. Mas sua principal defesa é de que essa gramatização generalizada alterou fortemente e por longo tempo o quadro social, econômico e cultural de todas as sociedades que por ela foram atingidas.

As gramáticas ao longo dos séculos tiveram formulação e fixação diversas como instrumento lingüístico. Das listas de palavras às gramáticas comparadas, passando pelas gramáticas gerais, Auroux desfila descrições e análises desses objetos para procurar sustentar sua tese da importância da gramatização para a cultura metalingüística ocidental, e seu impacto na constituição da própria lingüística como disciplina organizada a partir deste século².

Para além da motivação pedagógica da gramática, mesmo que saibamos que esta se iniciou com o objetivo de "ensinar língua", ainda se pode insistir em perguntar de onde surgiram seus elementos descritivos, suas categorias, seus conceitos utilizados para sua finalidade de manual de competência em textos. Baratin (1989) nos diz que a origem e o desenvolvimento dos elementos próprios das gramáticas estão relacionados com a *Dialética*. Existiria, portanto, uma relação muito próxima entre este domínio já existente e a constituição do domínio gramatical.

A etimologia da palavra *dialética* parece ajudar a explicar seu aparecimento e desenvolvimento. Dessa forma, pode-se identificar o que Aristóteles, o primeiro teórico, chamou de *prática de diálogo*, ou técnica de argumentação e discussão de assuntos gerais, de incitação da reflexão filosófica, que seria a *Dialética* na Antigüidade grega clássica. Ainda que nenhuma obra aristotélica tenha organizado com progressão a passagem do pensamento dialético como prática de diálogo a uma teoria do silogismo, e mais tarde a um estudo da razão, é possível perceber diluída essa progressão no *Organon*. A teoria *Dialética* aparece nessa obra apresentando diversos aspectos e produzindo recortes que a aproximam a nada mais que um modo de análise lingüística. Assim é que pro-

² Um tanto *anti-kuhniano*, Auroux procura combater a visão descontinuísta da história das ciências na tentativa de apresentação do que há de cumulativo no processo de gramatização. Essa perspectiva culmina no problema da legitimidade da rede de conhecimentos que hoje chamamos Lingüística com a questão da ligação entre os diversos saberes metalingüísticos manifestos, científicos ou não. Ao que indica essa reflexão, a falha na unidade do conhecimento lingüístico problematiza a utilidade da própria existência desse conhecimento (Auroux, 1992, 92 ss.).

blemas como a estrutura do predicado, suas categorias de significação, as relações de referência, a discussão sobre a origem da linguagem em torno da definição de *fala* e finalmente as delimitações e relações entre *nome*, *verbo* e *enunciado*, são problemas examinados no âmbito da *Dialética*.

Como a dialética aristotélica caminha para um estudo do *logos*, Baratin acaba por apontar como os limites desta teoria estão nos enunciados submetidos a valores de verdade, os assertivos, restando aos outros enunciados não-assertivos serem analisados na *Retórica* e na *Poética*. Mais importante ao tratamento da constituição da gramática é o fato de que, em Aristóteles, a *Dialética* trata do *significado*, enquanto a *Poética* trataria do *significante*. Essa oposição faz surgir nesta última elementos próprios a descrição lingüística, como os *sons*, a *sílabas*, a *conjunção* e a *articulação*.

Também é essa oposição crucial para a compreensão do desenvolvimento da gramática, pois é sobre essa distinção que se baseia o futuro da *Dialética* estoíca, e portanto o lugar clássico da gramática em relação aos outros campos, a *Retórica* e a própria *Dialética*. Inicialmente, os estoícos entendiam a *Dialética* como uma análise das regras que permitem as *representações* produzidas pela linguagem, e vinha portanto a lhe caber tanto a análise do significado quanto do significante. Mas o Estoicismo, diferentemente de Aristóteles, parece ter se dedicado mais a descrever o significante do que o significado. As categorias *ph* $\epsilon\alpha\eta\lambda\alpha\iota\sigma\mu\acute{o}\varsigma$, *léxis* e *lógos*, e suas subcategorias (incluindo na categoria *lógos* subcategorias próprias às futuras partes do discurso, como nome, verbo, conjunção, artigo e advérbio), as categorias verbais e os tipos de modalidades são elementos cuja presença na teoria estoíca da *Dialética* nos remete à estrutura das gramáticas.

No entanto, Baratin afirma que a progressão das idéias estoícas caminhou para se voltar e centrar sobre o problema do significado, deixando o significante à disposição de quem o agarrasse, ou melhor, da gramática. Com a análise das duas obras primeiras que serviram de base para as outras gramáticas, a *Tékhn* $\epsilon\gamma\gamma\lambda\iota\sigma\tau\acute{o}\varsigma$ grega e a *Ars* latina, Baratin procura mostrar que, ainda que o plano de descrição lingüística dessas primeiras gramáticas técnicas se inspirem na *Dialética* estoíca, os pontos de vista são completamente diferentes; diferença essa acarretada possivelmente pelo direcionamento, um para o significado, outro para o significante. Por exemplo, a tripartição estoíca - *ph* $\epsilon\alpha\eta\lambda\alpha\iota\sigma\mu\acute{o}\varsigma$, *léxis* e *lógos* - não pode ser considerada como pano de fundo das análises gramaticais que resultaram na partição *letra-sílaba-palavra-enunciado*, pois enquanto os estoícos aplicam na tripartição a idéia de que tais níveis constituem *uma mesma realidade*, os gramáticos estão estritamente preocupados em elaborar uma direção operacional para o aprendizado da escrita: é a língua pela língua com um objetivo muito concreto e prático.

Nesse movimento de autonomia e direcionamento, os gramáticos, que naquele primeiro momento estão ancorados em sua prática pedagógica, passam

a preocupações relativas ao trabalho filológico, historicamente acarretadas pelo surgimento e desenvolvimento da biblioteca de Alexandria, e logo estão envolvidos com problemas surgidos da prática diária da leitura, reconhecimento e comentário dos textos disponíveis. A partir daí, encontra-se o que parece ser o ponto decisivo para o total reinado do significante nas gramáticas: o problema da *correção*. Esse elemento, inicialmente presente na análise das “qualidades do discurso” da Retórica, começa a ser destacado desta para fazer parte das gramáticas como elemento de **norma**, de determinação das regras independentes das circunstâncias de uso. De orientadora para leitura e escrita a determinadora das normas corretas de funcionamento lingüístico, nesse sentido é que se pode pensar numa passagem da gramática de “competência em matéria de textos” para “sistema da língua” (Baratin, 1989, 202).

Dessa forma, no fim do primeiro século d.C., a gramática está constituída como disciplina autônoma, tomando empréstimos da Dialética, como as categorias, algumas definições e conceitos, mas aplicando a suas descrições específicas, já que voltadas estritamente para os mecanismos internos da língua. Também se constitui trabalhando em torno de uma das “qualidades do discurso” exploradas pela Retórica, mas já desta afastada para fins próprios ao “sistema da língua” a que a gramática se propõe ser.

Ainda que a relação entre a Dialética e a gramática seja evidente no que se refere ao quadro descritivo, esta última, tomando como objeto o *significante* com o objetivo específico de descrevê-lo e normatizá-lo, acabou por se firmar sobre exigências disciplinares de quem abandonou “as circunstâncias em que [o enunciado] é emitido e a pessoa que o emprega”, ou seja, o *significado*.

Por fim, pode-se pensar especialmente no papel epistemológico que a gramática exerce no desenvolvimento das idéias metalingüísticas científicas. Durante séculos, essa forma de analisar as línguas mostrou-se um instrumento eficaz para alfabetização, e mesmo mais tarde, depois que o Renascimento lançou o conceito de *nação* para quem o agarrasse, para a construção das identidades nacionais.

E hoje, seriam conceitos relevantes para a discussão em torno do que se sabe sobre línguas e linguagem? Ou melhor, de que forma se poderia estruturar a possibilidade sobre o saber lingüístico, tendo em vista a *fragilidade* de oposição entre o saber ordinário e o saber científico, ou ao contrário, tendo em vista sua *continuidade*?

2. A possibilidade do saber metalingüístico e sua relação com a linguagem ordinária

Foi com o projeto estruturalista que os lingüistas, buscando se afastar da tradição gramatical, sentiram que poderiam progredir rumo à ciência. A idéia de que um método rigoroso finalmente teria surgido para orientar os pas-

ses da aquisição científica na Lingüística animou os estudiosos. Ainda que a escola de Praga tenha sido a produtiva divulgadora das noções lingüísticas de ‘estrutura’ e ‘estruturalismo’, foi Saussure quem se consagrou como o “pai” do Estruturalismo, mais pelo que ele discutiu sobre a necessidade de rigor inteligível no debate sobre língua e linguagem, e menos pelas três ocasiões em que utiliza o termo ‘estrutura’ em sua obra compilada (cf. Dosse, 1993).

No *Curso de lingüística geral* (Saussure, 1991) pode-se ler três tarefas básicas para o que seria a ‘ciência da linguagem’, que ficaram famosas e ajudaram a forjar o caminho de preocupações que tem definido os trabalhos lingüísticos neste século. As duas primeiras tratam dos recortes diacrônico e sincrônico, tão difundidos no meio lingüístico. A terceira e última trata da delimitação e definição da própria Lingüística, ou seja, dos limites e alcances, dos princípios, hipóteses, resultados e proposições que poderiam ser creditados pelos lingüistas.

“Delimitar-se e definir-se a si própria” (Saussure, 1991, 13) parece ser a atitude inaugural de qualquer ciência. Entretanto, muita história se desenrolou desde que a ciência da linguagem separou-se da Etnologia, da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia, da Filologia, da Literatura, e assim por diante. O que parece mais evidente nesse desenrolar é que, mesmo com o impacto causado pela popularidade e praticidade do método estruturalista, a delimitação e a definição da Lingüística nunca cessaram decidida e pacificamente. Um número razoável de “lingüísticas” se fazem presente nas discussões sobre linguagem e língua nos livros, institutos, faculdades, departamentos. Não parece mesmo haver ainda uma concordância de idéias e opiniões nas mais diferentes teorias lingüísticas sobre os termos inaugurais ‘linguagem’ e ‘língua’.

Milner (1989, 43-45) nos chama a atenção para a dificuldade que se impõe o uso do termo ‘língua’ para designar um conjunto de produções linguajares, além dos riscos de ambigüidade na utilização do termo ‘linguagem’. O que caracterizaria tais termos como possíveis objetos tão controversos? Um dos problemas que acompanham essa controvérsia é o da coincidência entre as regras do objeto lingüístico e as dos caracteres utilizados para simbolizar as proposições. Existiria uma metalinguagem científica pronta a tornar literais as afirmações sobre o objeto da Lingüística? Ou toda tentativa de metalinguagem sobre linguagem natural seria uma prática discursiva incapaz de relacionar empiricamente proposições, hipóteses e problemas?

A tradição filosófica tem distinguido dois tipos de ciências: a ciência *natural* e a ciência *social*. Entre as ciências *naturais* estariam aquelas que possuem *fatos* para a análise, fatos estes que se mostram por eles mesmos e são auto-suficientes em relação à teoria. As ciências sociais por sua vez não disporiam de tais *fatos exatos* para análise, e teriam que assumir a parcialidade de seus trabalhos. Essa distinção é obviamente valorada positivamente para as ciências naturais e negativamente para as ciências sociais. O ideal da tradição científica impõe uma capa de imparcialidade, proferindo a *verdade* ou *falsidade* de seus

enunciados através da *verificação dos fatos*, e conseqüentemente excluindo tudo aquilo que possa parecer estar apoiado em qualquer outra coisa que não seja um *fato científico*.

Quando Milner (1989, 9) afirma que a Linguística *deseja* ser uma ciência, entendida como ciência positiva natural, ele questiona também a pertinência dos critérios de cientificidade para a ciência da linguagem. De acordo com este autor, a noção de ciência como positiva, no sentido popperiano, advém de uma teoria da ciência localizada em Lacan (cf. Milner, 1991). Lacan, a princípio, estaria admitindo como critérios de avaliação de uma ciência os mesmos critérios de Popper e da tradição científica, ou seja, critérios que envolvem os valores de verdade (refutabilidade) e a definição de um fato científico (passível de proposições matematizáveis).

À teoria da ciência de Lacan se junta o problema da *contingência* (Milner, 1991, 340), mas que não exclui o empírico matematizável. A contingência é tudo que se compõe pelo acaso, pelo que não há de matematizável nos fatos científicos. Assim uma dupla face se mostra para analisar a ciência: ao mesmo tempo matematizável e contingente, o fato científico pode ser interpretado como ao mesmo tempo *natural* e *social*, lendo-se esse 'social' como fator de oposição a 'natural', ou em outras palavras, como uma oposição possível entre 'empírico' e 'ético'.

A Linguística por vezes tem requerido seu lugar entre as ciências naturais, com os argumentos de que a linguagem é natural ao ser humano e de que é possível delimitar seu objeto de estudo objetivamente, ainda que esse tal objeto não apareça evidente aos olhos leigos, como exemplifica bem o caso da Gramática Gerativa. Relacionando esta requisição ao problema da ética, Rajagopalan afirma:

[...] it seems reasonably clear that any discussion of the ethical dimension of linguistics crucially involves assumptions about the status of linguistics as a science (and, granted it is one, further assumptions as to what *sort* of a science it is - for instance, whether is a *natural* science or a *social* science). (Rajagopalan, 1996b, 4)

Dessa forma, pôr em xeque a distinção entre ciência natural e ciência social faz emergir a dimensão ética, não somente da Linguística, mas também de qualquer outra ciência. No momento em que se propõe uma visão bipartida das teorias científicas, de um lado as que proferem a *verdade e objetividade* dos fatos, de outro as que se sustentam sobre *pressupostos parciais*, aceita-se também a idéia de que determinadas pesquisas, e não outras, estão isentas de responsabilidades éticas. Ao contrário, a partir do momento em que se aceita a dimensão ética como presente em qualquer trabalho científico, torna-se dispen-

sável a distinção entre ciências natural e social e o estatuto da Linguística como ciência aética também é derrubado.

Admitir o problema da ética científica não reduz o impasse que toma conta da discussão sobre o estatuto científico da Linguística, pois seu pretense objeto, a língua, se enrola nas ferramentas de sua definição.

Arrivé (1994) defende que a mera possibilidade da Linguística se baseia na obrigatoriedade de se emitir proposições metalingüísticas. Mas se Weinreich está correto e "a linguagem é sua própria metalingüística" (cf. Reddy, 1996), nos colocamos numa problemática ainda maior para se definir a Linguística como ciência do que a quizila em torno da noção de ciência em si. Supondo que seja a Linguística uma ciência, positiva ou não, como avaliar suas proposições se elas são construídas com a mesma materialidade que pretende descrever?

Austin [196?] nos dá a dica: a linguagem ordinária nos fornece a primeira pista, mas nem sempre a última. Por motivações diversas, como vimos desde antes da formação do saber metalingüístico científico, os falantes emitem opiniões a respeito da estrutura de ordem das línguas, da origem ou dos sentidos possíveis para uma palavra, das implicações da comunicação intercultural, entre outras. Seqüências como as seguintes exemplificam essas opiniões:

- (1) Dá para não se meter? Eu estou tentando ter um *diálogo* com ele; *di-á*logo, de *dois*, não três.
- (2) No país em que se fala mais de uma língua deve ser difícil para as pessoas se entenderem.
- (3) O inglês é muito mais *econômico* do que o português. O que em português custa duas páginas de escrita, se pode dizer em uma página em inglês.

Os falantes, a partir de seus vários pontos de vista, ou seja, a partir de sua língua materna, de suas disponibilidades sintática e lexical ou de suas impressões a respeito do parentesco entre palavras, esperam poder explicar determinado impasse lingüístico que vivenciam ou vivenciaram. Eles sentem-se aptos a proferir tais afirmações pois são, de certa forma, pressionados pela atividade lingüística, nos mais diversos momentos, a se defrontarem com a linguagem. Ou acreditam, como em (1), que a própria linguagem pode justificar sua posição numa determinada situação de comunicação.

No retorno que os falantes fazem sobre os atos de fala "inadequados", pode-se separar três aspectos diferentes da validade sobre os quais os atos de fala podem ser contestados pelos falantes: a verdade (4); a precisão (5); e a sinceridade (6) (cf. Habermas, 1988).

(4) Você não pode afirmar que o Brasil tem rei; presidente não é a mesma coisa que rei.

(5) Um louco gritava no meio da rua que batizava todos em nome de Deus, mas logo foi levado por policiais.

(6) Você vem me falar de necessidade de solidão, mas você quer mesmo é ficar sem mim.

Cada um desses atos de fala contestados parecem derivar de outras afirmações freqüentemente proferidas por falantes a respeito do funcionamento dos próprios atos de fala:

(7) Não se pode dizer qualquer coisa sobre qualquer coisa.

(8) Não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa.

(9) A intenção *está atrás* das palavras.

Essas opiniões um tanto categóricas são apenas amostras das possibilidades que os atos de fala abrem ao discurso cotidiano sobre linguagem. Uma intersubjetividade é produzida pela conversação e abre caminho para a volta metalingüística aos atos de fala, pois permite a cada falante buscar explicar, com ou sem êxito, a dimensão das relações possíveis em cada ato de fala, como é o caso explícito de (8).

Wittgenstein (1995) esclarece bem essa relação que os falantes estabelecem na conversação através de seu conceito de *jogos de linguagem*. Para diferenciar um relato de uma ordem o falante deve estar instruído das regras do jogo que está em questão. O que não significa estar *integralmente* capacitado a comandar essas regras conscientemente, muito menos *descrevê-las*. No entanto, o falante só não se volta para as regras do jogo enquanto este último corre fluentemente. Em qualquer intempérie do caminho, o jogo pressiona para uma volta para ele mesmo, e o falante se vê impelido a discutir o que em geral ele procura esquecer: o funcionamento do jogo.

Pode-se perceber que diferentes aspectos sobre a linguagem estão sendo colocados em questão nos tipos de "metalinguagens" ordinárias apontadas anteriormente. Primeiro, os aspectos gramaticais, sintáticos, etimológicos, semânticos, ou seja, os níveis lingüísticos sincrônicos e alguns eventuais problemas diacrônicos; segundo, os valores pragmáticos da atividade lingüística, ou seja, as ações e efeitos relativos aos atos de fala; e terceiro, o valor simbólico da linguagem e da língua, ou em outras palavras, as idéias gerais sobre porque falamos (para passar idéias?), como nos comunicamos (através das palavras?), como fazemos palavras significar coisas, e para que serve tudo isso para nós, seres humanos.

Contudo, é patente uma interligação entre esses três terrenos por onde anda a linguagem cotidiana sobre a linguagem. Os valores simbólicos, as me-

táforas que se difundem sobre língua provavelmente dão solo às interpretações cotidianas da performatividade, que por sua vez estão intrincadas na materialidade do ato de fala (cf. Rajagopalan, 1996a).

Essa imbricação dos fenômenos que são temas da metalinguagem cotidiana é prova de que boa parte dos estudos lingüísticos atuais tem procurado mostrar: "uma circularidade da dupla realidade psicológica/ realidade social" e do papel da linguagem "como aquilo que assegura a articulação do psicológico e do social, principalmente em torno da noção de comunicação" (Henry, 1992, 115). As relações de intercompreensão, que são essencialmente intersubjetivas, emergindo da situação concreta de comunicação, estão enterradas no mundo compartilhado, na rede social que forma a totalidade dos recursos da qual a fala é apenas um segmento. Nessa empreitada, portanto, estão em jogo o papel da fala em relação aos sujeitos envolvidos e a própria noção de sujeito que fala.

Auroux (1992) afirma que "o saber lingüístico é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante". E o autor aponta adiante: "talvez a linguagem seja um sistema regulado pela sua própria imagem" (Auroux, 1992, 16). O que encerra este saber lingüístico ordinário, ou melhor, o que a linguagem sobre a linguagem na atividade lingüística cotidiana aborda como tema de seu vocabulário, e qual é esse vocabulário? Se é de fato a linguagem regulada pela sua própria imagem, conforme apontam Auroux (1992) e Reddy (1996), qual a condição final desta imagem, tendo em vista o que nos aponta o saber lingüístico ordinário? Quer dizer, como esse discurso metalingüístico se articula com os sujeitos e sua atividade lingüística ordinária?

Anteriormente apontei a imbricação de três aspectos presentes nas seqüências metalingüísticas até aqui observadas, a saber, o valor simbólico, a performatividade e a materialidade da linguagem. Entender o funcionamento dessa imbricação na metalinguagem ordinária pode permitir descobrir mais sobre o objeto da Lingüística e sobre a possibilidade do fazer científico lingüístico hoje.

Referências bibliográficas

- ARRIVÉ, M. *Lingüística e psicanálise*: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros. São Paulo: USP, 1994. (Ensaio de Cultura, v. 3).
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramaticalização*. Campinas: UNICAMP, 1992. (Coleção Repertórios).
- AUSTIN, J. *How to do things with words*. 2ª ed. Cambridge: Harvard University Press, [196?].
- BARATIN, M. La constitution de la grammaire et de la dialectique. In: AURoux, Sylvain (org.). *Histoire des idées linguistiques*. Liège-Bruxelles: Pierre Mardaga, 1989. Tomo I. p. 186-206.

- DOSSE, François. *História do estruturalismo*. São Paulo: Ensaio/UNICAMP, 1993. (v. I e II).
- HABERMAS, J. La raison communicationnelle: une autre voie pour sortie de la philosophie du sujet. In: _____. *Le discours philosophique de la modernité: douze conférences*. Paris: Gallimard, 1988. p. 348-386.
- HENRY, P. *A ferramenta imperfeita*. Campinas: UNICAMP, 1992.
- MILNER, J. *Introduction à une science du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.
- _____. Lacan et la science moderne. In: AVTONOMOVA, N. (ed.). *Lacan avec les philosophes*. Paris: Albin Michel, 1991. p. 335-351.
- RAJAGOPALAN, K. A questão da referência e interpretação na teoria dos atos de fala. In: CASTRO, M. (org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1996a.
- _____. Linguistics, ideology and the ethical question. 1996b. (mimeo.)
- REDDY, M. A metáfora do tubo: um caso de conflito conceitual na nossa linguagem sobre a linguagem. *Linguagem e biologia*. Belo Horizonte, 1996. p. 1-22.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. 16ª ed. São Paulo, Cultrix, 1991.

METÁFORA E COGNIÇÃO NO SÉCULO XXI*

Roberta PIRES DE OLIVEIRA (UFSC)

RESUMO: A partir do mapa do estado-da-arte nos estudos da metáfora, argumenta-se que a abordagem lingüística é a mais promissora, segundo parâmetros epistemológicos. Esta escolha acarreta uma posição com respeito à arquitetura da mente: modular ou isotrópica. Em seguida, discute-se uma semelhança entre os modelos em competição: a submissão à metáfora computacional da cognição.

Palavras-chaves: Metáfora; Cognição; Epistemologia da lingüística

ABSTRACT: A mapping of the state-of-the-art in the study of metaphor provides the epistemological base to justify the claim that the linguistic model is the most appropriate one. Such a claim points towards modularity as the best architecture of the mind/cognition. However the differences among approaches to metaphor hide a shared feature: the metaphor 'the mind is a computer'.

Key words: Metaphor; Cognition; Epistemology of Linguistics.

Introdução

Em nossas correspondências, o prof. Luiz Antônio Marcuschi, a quem agradeço o convite para participar desta sessão, me instigou com a questão sobre o estudo da metáfora na lingüística do século XXI. Questão que tem muitas faces. Uma primeira face, talvez a mais nítida, é, a partir de um esboço do estado-da-arte no estudo da metáfora indicar qual abordagem tem mais chance de sobreviver e se impor. Neste quadro, explicitam-se diferenças entre modelos teóricos em competição num mesmo domínio do saber e apontam-se razões para afirmar que um deles é o mais adequado em dado momento histórico. Esta discussão, bastante problemática, só pode se desenvolver dentro de um quadro epistemológico, que responda pelos critérios históricos que permitem avaliar modelos em competição. É precisamente o que faremos na primeira parte do presente texto. Dado que o estudo da linguagem está cada vez mais integrado

* Agradeço em especial ao professor Luiz Antônio Marcuschi o convite para pensar sobre o tema. Agradeço também os vários comentários e críticas levantados pelas professoras Margarida Salomão, Heloisa Feltes e Paula Lens. Agradeço, ainda, os alunos do curso de Semântica Cognitiva que foram os primeiros leitores deste texto. Os erros são, evidentemente, minha responsabilidade.

às chamadas ciências cognitivas, esta escolha implica uma tomada de posição quanto a questões relativas à cognição e mais especificamente à arquitetura da cognição. Eis aí a ligação deste artigo com o tema da sessão: linguagem e cognição.

Este primeiro enfoque, que concerne aspectos internos a um domínio específico, por salientar diferenças entre os modelos, obscurece suas semelhanças, dentre elas a sujeição das ciências cognitivas à metáfora do computador: a mente/cognição é computacional. A idéia da máquina, sem dúvida, herança do século XVII, renasce com Alan Turing, neste século, no contexto de uma naturalização do estudo da mente: cabe à ciência estudar a mente a partir de um ponto de vista naturalista.¹ O pensamento contemporâneo sobre a mente/cognição parece, pois, estar imerso no paradigma, em sentido kuhiano, que naturaliza o estudo da cognição a partir de sua mecanização, que a toma, portanto, como matéria. Tal postura faz emergir o clássico problema da relação entre mente e corpo. Não iremos aqui tratar especificamente desta questão, mas mostrar que a abordagem lingüística da metáfora descreve mais acuradamente as diferentes propostas de descrição da mente/corpo. Isto é, embora a abordagem lingüística esteja ela mesma imersa no paradigma que naturaliza o estudo da mente, ela é mais eficiente enquanto instrumento de descrição das diferentes alternativas. Se assim é, então, este é mais um argumento a seu favor.

1. O estado-da-arte no estudo da metáfora

É possível desenhar vários quadros do estado da arte no estudo da metáfora. Podemos iniciar pela *International Encyclopedia of Linguistics* de 1993. Nesta enciclopédia encontramos duas entradas para o meta-termo 'metáfora': a entrada cognitiva e a semântico-pragmática. O ramo cognitivo refere-se exclusivamente ao modelo desenvolvido por George Lakoff, Mark Johnson, Gilles Fauconnier, entre outros.² O semântico-pragmático se ramifica em pelo menos três abordagens: a literalista - a metáfora pode ser traduzida numa sentença literal; esta é a posição de John Searle -, a não-literalista - o "insight" promovido pela metáfora é intraduzível numa literalidade; corrente que tem início com Max Black, mas pode ser encontrada no modelo recente de Dan Sperber e Deirdre Wilson -, finalmente, a metaforista - a linguagem como um todo é metafórica, cujo representante mais prototípico é Mary Hesse.³ Estas abordagens se unem na crença de que a metáfora é um fenômeno de linguagem,

daí eu propor rotulá-las abordagem lingüística.⁴ Não pretendo discutir qual das abordagens semântico-pragmáticas é a mais promissora, mas afirmar que o ramo lingüístico é mais frutífero.

Antes de entrarmos mais diretamente na comparação entre estas duas abordagens, vale dizer que o uso do termo 'cognitivo' para etiquetar a abordagem de Lakoff pode ser enganoso, na medida em que pode levar a imaginar que apenas nesta abordagem a metáfora ganha estatuto de "engendradora" de conhecimento. Não é este, evidentemente, o caso. As abordagens lingüísticas, com exceção da literalista, aceitam não apenas que não há linguagem sem metáforas, como também que a metáfora é cognitiva, no sentido de que aprendemos através dela. Na verdade, foi Max Black (1962), na década de 50, quem, contrariamente ao espírito positivista então dominante, demonstrou a impossibilidade de traduzir a metáfora para uma literalidade, precisamente porque ao traduzirmos perdemos o ganho cognitivo (o "insight") que só a metáfora promove. De modo que ambas as abordagens dão à metáfora importância na construção do conhecimento.

Vejamos, pois, o cerne da diferença separando a abordagem cognitiva da lingüística.⁵ Na abordagem cognitiva, o termo 'metáfora' é redefinido de tal forma que ele perde qualquer vínculo com o senso-comum, o que em si não é um problema. Trata-se, na verdade, de um expediente corrente na atividade científica. Neste modelo, metáfora é um processo imaginativo através do qual um certo domínio da experiência, o domínio-fonte, é mapeado em outro domínio, o domínio-alvo, estruturando-o. Este mapa permite que falemos e pensemos sobre o domínio-alvo e, também, que atuemos a partir dele. Isto porque o mapeamento do domínio-fonte fornece uma estrutura ao domínio-alvo. A sentença:

(1) A ABRALIN vai de 22 de fevereiro a 5 de março.

assim como muitas outras sentenças correntes são instâncias da metáfora/mapa TEMPO É UMA JORNADA. Este mapa tem como fonte o domínio do espaço, mais precisamente o esquema imagem-esquemático e cinestésico da jornada, e como alvo o domínio do tempo. Uma metáfora/mapa é definida como um conjunto de correspondências matemáticas. Não importa como os falantes do português do Brasil avaliem esta sentença, afinal seus julgamentos não são dados para este modelo semântico que se interessa exclusivamente por descrever as estruturas da cognição que estão por trás das estruturas lingüísticas, escorando-as. A diferença de julgamento entre (1) e (2)

¹ Ver Dupuy (1995)

² Ver Lakoff (1993: 417-19)

³ White (1996), no capítulo 9, faz uma classificação em quatro escolas. Sua proposta não é, no entanto, incompatível com a aqui exposta.

⁴ Ver Levin (1993: 419-23)

⁵ Sobre a semântica cognitiva ver Lakoff & Johnson (1980), Lakoff (1987), Lakoff (1993), Feltes (1996).

(2) Arquitetura é música congelada.

é captada lançando mão do conceito 'expressão metafórica'. As expressões metafóricas são epifenômenos, porque apenas revelam as mesmas metáforas/mapas que dão sentido as nossas experiências; sua novidade está em explorar porções do mapa que estavam inativas.⁶

Se é assim, então a linguagem não é mais do que a manifestação superficial de mapas cognitivos. Várias passagens de escritos de Lakoff e de Lakoff e Johnson confirmam esta conclusão, embora a afirmação deva ser matizada. Isto por dois motivos: em primeiro lugar, Lakoff insiste, em várias momentos, que a Semântica Cognitiva não se enquadra na metáfora "a linguagem é o canal" descrita por Reddy (1979); em segundo, porque não está clara a relação entre a linguagem, que Lakoff define como pareamento de forma (fonologia e sintaxe) e sentido, e linguagem, enquanto depósito de crenças. Lakoff (1999) chega mesmo a afirmar que esta questão está em aberto, que seu interesse é apenas o pareamento forma e sentido. De qualquer modo, a prática de descrição em Semântica Cognitiva tem demonstrado uma clara prevalência da cognição, buscam-se, por detrás do uso ordinário de sentenças, em geral tomadas isoladamente, os mapas que as constituem. Neste sentido, a tarefa do lingüista não é descrever e explicar o conhecimento lingüístico que o falante têm, mas desvendar, através da análise das expressões lingüísticas (e não exclusivamente delas), as estruturas cognitivas (imagético-esquemáticas e categoriais) que lhes dão sentido. A linguagem é um espelho dos mapas conceituais com os quais pensamos e agimos, mesmo que Lakoff insista que sua proposta se afasta da tradição.

Assim, se inspecionamos a linguagem sobre a argumentação – *defender tese, atacar seu ponto de vista,...* – verificamos que conceituamos argumentação como uma guerra. Outra cultura poderia conceituar argumentação como uma dança, afirmam Lakoff e Johnson (1980). Em quaisquer dos casos, no entanto, passamos diretamente do uso das palavras para os conceitos. Será que se falo em defender meu ponto de vista, então estou necessariamente disposta a matar e morrer pelas minhas idéias? Parece-me possível, e de fato bastante corriqueiro, a existência de discrepâncias entre o modo como falamos sobre algo, o modo como usamos as palavras, isto é as crenças sobre seus sentidos, e o que acreditamos/sabemos sobre este mesmo algo. Falamos em *cair da tarde, levantar do sol, pôr do sol*, que nos remetem a uma cosmologia geocêntrica, há muito deixada para trás.⁷ Como bem lembrou a professora Angelita Lunardi, talvez seja a nossa percepção do sol que estrutura nossa linguagem ordinária. Se é assim, esta estruturação perceptual é re-

⁶ Ver em especial Lakoff (1999).

⁷ Vários autores já levantaram esta mesma crítica, ver Ortoni (1988).

dimensionada por nosso conhecimento a respeito dos fenômenos celestes, o que seria impossível no modelo cognitivo, dada a hipótese de unidirecionalidade dos mapas que estabelece que sempre mapeamos do concreto/perceptual para o abstrato.⁸

Esta dificuldade de lidar com a relação entre conhecimento sobre os usos da linguagem e os conceitos (visões de mundo) parece estar ligada ao fato de que a cognição, neste modelo, é indiferenciada, isto é, ela não é compartimentada em módulos, não havendo, portanto, distinção entre meu conhecimento lingüístico (o semântico entre outros), meu conhecimento de mundo, minhas crenças... Lakoff e Johnson (1997) criticam a visão modular da mente, atribuindo-lhe à teoria popular que vê a mente como dividida em "faculdades" discretas e defendem uma mente conexionalista, em que os elementos se comunicam com todos os elementos simultaneamente.⁹

A abordagem lingüística não pretende descrever a visão de mundo que fragmentos lingüísticos podem apresentar, mas o conhecimento lingüístico que alguém que fala uma língua possui. É possível que a sentença (2) provoque um julgamento de ficcionalidade porque o intérprete identifica nela um tipo de "desvio", no caso um desvio semântico. Este julgamento do falante pode, pois, se pautar sobre o conhecimento semântico que supõe compartilhado, mas pode também explorar o conhecimento de mundo do intérprete. A sentença:

(3) Viri um pedaço de salame para o imperador.

pede uma interpretação metafórica porque acreditamos, faz parte do nosso conhecimento de mundo, que imperadores não são canibais. Evidentemente, a sentença poderia ser literal.¹⁰ Há ainda casos de ambigüidade genuína em que não é possível decidirmos se atribuímos ao falante uma intenção de ficcionalidade. O proferimento de *A tempestade está se formando!* num momento em que uma tempestade está se formando, mas também em que um grupo de pessoas começa uma discussão exaltada, pode ser um exemplo de indecidibilidade. Como vários autores afirmam não há algoritmos para detectar a intenção do falante, há, no máximo, estratégias heurísticas.¹¹

Eis aí uma grande diferença entre as abordagens: a lingüística, ao contrário da cognitiva, permite que consideremos as condições em que uma sentença é proferida, dando espaço, pois, para a atribuição de intencionalidades. A abordagem cognitiva, porque está interessada em desvendar estruturas cognitivas, não trabalha a noção de intencionalidade. Neste sentido, a

⁸ Para uma discussão ver Pires de Oliveira (1998).

⁹ Lakoff e Johnson (1997), parte III, capítulo 19.

¹⁰ O caso é discutido por Loewenberg (1981).

¹¹ Estou aqui seguindo Davidson (1986), mas esta sugestão aparece em vários autores.

abordagem lingüística parece supor que a cognição – e não posso deixar de notar, é preferível neste modelo falar em mente – é complexa, envolvendo a presença de diferentes conhecimentos e diferentes instâncias: o conhecimento semântico (lingüístico), o conhecimento de mundo, aquilo que o falante espera que o seu intérprete perceba, o livre-arbítrio, a vontade. Desta perspectiva, usamos as palavras sem estarmos necessariamente comprometidos com a crença de que elas expressam o modo, mesmo que inconsciente, como conceituamos. Faz parte de meu conhecimento lingüístico o uso do verbo *cair* para descrever o acontecimento de cair um raio, mas faz parte de meu conhecimento de mundo a crença de que raios não caem. Faz parte de meu conhecimento lingüístico o fato de que utilizo o verbo *defender* quando falo sobre argumentação, mas posso ter a crença que argumentar é um ato amoroso. Há muito entre as palavras, as crenças, as intenções e os conceitos.

1.1 Avaliando modelos em competição

Outras diferenças entre estes modelos poderiam ser levantadas. A diferença apontada já é, no entanto, suficiente para discutirmos a questão em epistemologia da lingüística: qual destes modelos é o mais promissor. Lacey (1998) propõe que modelos de um mesmo domínio do conhecimento podem ser avaliados segundo critérios cognitivos. Este autor busca afastar tanto a posição que ele denomina de materialista, que crê ser a ciência um empreendimento neutro, quanto as críticas pós-modernas que igualam a atividade científica à ideologia. Quem faz ciência, ele diz, não faz ideologia, mas tampouco faz algo neutro com relação a outros aspectos da vida humana. Para tanto, ele propõe a distinção entre o nível da estratégia de pesquisa – momento lógico em que interferem valores sociais – e o nível em que atuam os valores cognitivos, em que é possível decidir entre teorias de um mesmo domínio. Da perspectiva cognitiva, os critérios de avaliação, sempre históricos, que, ainda segundo o mesmo autor, são os mais unânimes na comunidade científica contemporânea são a adequação empírica e o poder explicativo.

Não há dúvidas de que a abordagem lingüística se submete a estes critérios de cientificidade. Poder-se-ia supor que a Semântica Cognitiva os negasse, mas não é este o caso.¹² Ora, se é assim e se os critérios de adequação empírica e poder explicativo são os mais aceitos pela comunidade científica contemporânea, então, podemos sustentar – e o que vou afirmar é certamente polêmico – que a abordagem lingüística é a mais apropriada, porque ela tem maior poder explicativo e dá conta de um maior número de dados empíricos.

¹² Ver, em especial, Lakoff: "What we share with objectivism is basic realism: a commitment to standards of "objectivity" in science, that is, to standards within scientific communities that rule out the biases and prejudices of individual investigators" (1988: 123).

Sem entrar em detalhes, ela explica todos os fenômenos que a abordagem cognitiva quer explicar, a saber: a rede de sistematicidades que encontramos quando estudamos as expressões metafóricas – *defender tese, destruir o argumento, atacar sua posição* –, as inferências que são desencadeadas pelos mapas – se tempo é dinheiro, então posso aplicar mau o meu tempo e perdê-lo –, a polissemia – o fato de que *ir* tem tanto um uso espacial quanto temporal –, e as expressões metafóricas não convencionais – a sentença (2) é um exemplo.

Além de explicar estes fenômenos, a abordagem lingüística consegue ainda explicar porque certas construções não ocorrem, porque dizemos *cair na vida*, mas não *cair na morte*.¹³ A hipótese da Invariância na Semântica Cognitiva procura precisamente restringir os mapas de forma a justificar porque certas possibilidades são bloqueadas.¹⁴ Não podemos projetar, nos diz esta restrição, se o que projetamos viola a estrutura inerente do domínio-alvo. Assim não dizemos:

(4) * Chegou atrás/embaixo da hora.

porque tal conceituação viola a estrutura inerente do tempo. O problema é que esta restrição é insuficiente. Não é possível explicar por que a vida pode ser conceituada como um recipiente, no qual caímos, ao passo que a morte não. A hipótese da Invariância explica porque (5) não é possível, mas não explica por que dizemos *Ceguei em cima da hora*. A dificuldade parece estar no fato de que a linguagem, neste modelo, é sempre motivada.

A abordagem lingüística também resolve melhor a relação entre o modo como usamos as palavras no dia a dia e o fato de que elas não exprimem necessariamente nossos conceitos. Posso muito bem dizer que "caiu um raio em casa" sem estar com isto afirmando que acredito que raios caíam e nem mesmo acreditar que estou sendo metafórica. É verdade que Lakoff chama atenção em vários momentos para o fato de que um domínio é estruturado por várias metáforas, o que talvez explicasse o problema da diferença entre minhas crenças sobre a linguagem e minhas crenças sobre o mundo. Mas esta proposta certamente enfraquece o modelo, porque introduz o problema da arbitrariedade da linguagem, minando a premissa central da Semântica Cognitiva de que a linguagem é motivada. Finalmente, é na abordagem lingüística que podemos discernir diferenças de julgamentos a partir de condições distintas de atribuição de intencionalidade; é nela que podemos falar de intenções de uso.

Se o critério for poder explicativo, entendido aqui como a qualidade de explicar mais lançando mão de poucas hipóteses *ad hoc*¹⁵, a abordagem

¹³ Vários autores já levantaram esta crítica. Ver Wiersbicka (1986) e Ortony (1988).

¹⁴ Sobre a hipótese da Invariância ver Lakoff (1990) entre outros.

¹⁵ Estou mais uma vez seguindo Lacey (1998), em especial o capítulo III.

lingüística está certamente em vantagem, dado que o modelo cognitivo impõe restrições vagas aos mapas, de forma que podemos mapear o que quisermos.¹⁶ É comum ouvirmos dos pesquisadores em Semântica Cognitiva a afirmação de que trabalhar neste modelo implica numa grande dose de criatividade, precisamente porque temos apenas dicas de como descrever o dado lingüístico. Sabemos que devemos partir do mais local, do físico para o abstrato, mas não sabemos que direção seguir, porque há várias formas de descrevermos o físico. Se, por exemplo, prestamos atenção para os vários usos de *para* vamos nos deparar com pelo menos duas bases físicas: uma estática, indicando apenas direcionalidade, outra, dinâmica, indicando movimento direcionado. A decisão sobre qual destes usos é o mais primitivo parece estar nas mãos do pesquisador. Finalmente, não é claro quantos e quais seriam os esquemas imagéticos que estruturam nossa percepção direta. O trabalho atual de Grady (1997) parece vir como uma resposta a esta crítica, na medida em que ele procura organizar hierarquicamente as metáforas/mapas de tal sorte que seria possível estabelecer metáforas primitivas, definidas pela co-ocorrência de experiências corpóreas distintas – o ritmo do batimento cardíaco e a passagem do tempo (a base do conhecimento seria, portanto, a sinestesia). As metáforas primitivas organizariam, então, as derivadas.¹⁷

Gostaria de terminar esta primeira parte chamando atenção para o fato de que afirmar que, segundo os critérios de adequação empírica e força explicativa, a abordagem lingüística é mais adequada não significa muito. Esta constatação pode estar apenas indicando a imaturidade do modelo cognitivo – lembremos que ele tem início na década de 80. É também bom salientar que não estamos afirmando que estes modelos são incompatíveis. Certamente, a versão forte da modularidade da mente, tal qual ela aparece em Jerry Fodor – e na abordagem de Sperber e Wilson –, é certamente incompatível com a Semântica Cognitiva. Mas há várias formas de modularidade, e o próprio Chomsky não endossa a proposta de Fodor.¹⁸ O que significa que pode inclusive haver compatibilidade entre a abordagem cognitiva e a lingüística. Newmeyer (1992), por exemplo, defende que podemos, ao comparar o projeto da Gramática Gerativa de Chomsky com a Semântica Cognitiva de Lakoff, estar diante de uma questão de níveis de análise, numa relação semelhante aquela que a física mecânica entretém com a física quântica. Analisar as compatibilidades entre os modelos exigiria, no entanto, um outro texto.

2. A cognição é um computador

¹⁶ Vários autores já levantaram esta crítica. Ver, por exemplo, Nuyts (1993).

¹⁷ Agradeço a professora Paula Lens por me chamar atenção para a importância do trabalho de Grady.

¹⁸ Sobre as diferentes formas de modularidade ver Carruthers e Smith (1996).

Disse, na introdução, que o movimento da primeira parte do meu texto salientava as diferenças entre modelos de um campo de estudo. No entanto, esta necessidade de exacerbar as diferenças entre modelos frequentemente obscurece que modelos em competição se enquadram numa mesma moldura, que dá forma para a atividade científica como um todo. É precisamente esta a opinião de Lacey (1998) quando ele afirma que a ciência se move por estratégias externas, sociais, que balizam sua atividade. O autor afirma que na ciência atual esta estratégia é o domínio da natureza. Este parece ser o caso: tanto a abordagem lingüística quanto a cognitiva se inscrevem no quadro que pretende dominar o funcionamento da mente/cérebro. Como já disse, este espaço para o estudo científico da cognição foi possível por um processo de naturalização. Processo que descreve a cognição a partir do vocabulário da máquina, e de uma máquina muito particular, o computador. Não há como negar a herança cartesiana de tal movimento. É, pois, sobre a égide da máquina, que ambas as abordagens trabalham.

Não me parece controversa a afirmação de que a abordagem lingüística seja computacional. Mas, como bem lembrou a professora Margarida Salomão durante nossa sessão coordenada, Lakoff afirma que a mente não é algorítmica, o que pode ser interpretado como uma negação de que a cognição é computacional. De fato Lakoff nega que a mente funcione algorítmicamente, mas tal afirmação não significa que ela não seja computacional. Precisamos aqui atentar para o que entendemos por 'computacional'. Se por 'computacional' entendemos 'executável por computador', então a Semântica Cognitiva está sob a égide da máquina tanto quanto a lingüística. Vale dizer que ser executável por computador não equivale a algorítmico (ou computável)¹⁹. Em palestra proferida no último encontro de Semântica Cognitiva, ocorrido em Amsterdam, 1997, Lakoff mostrou os resultados positivos de tentativas de implementação computacional do modelo cognitivo.²⁰ Este movimento em direção à máquina é inevitável dado o fato histórico de que a lingüística está cada vez mais nas ciências cognitivas. Se é assim, então ela não pode deixar de tentar verificar suas hipóteses através da construção de modelos "replicantes". Afinal, a reprodução via máquina é, no mínimo, uma maneira de verificar hipóteses. Em outros termos, é porque vivemos sobre a égide da tecnologia – um ponto defendido por Lacey (1998) –, que a construção de máquinas reprodutoras das capacidades cognitivas humanas é tão importante, independente do modelo.

Se esta submissão à racionalidade tecnológica e à metáfora da máquina coloca as duas abordagens no mesmo barco, então é necessário refletir sobre este quadro e sobre os resultados desta racionalidade, as tecnologias que daí advirão. Deste ponto de vista, a abordagem lingüística permite uma visão mais ampla do

¹⁹ Sobre esta questão ver Jeffrey (1981), capítulo 6.

²⁰ Lakoff (1999).

panorama atual, porque ela permite analisarmos os diferentes estatutos do postulado "a cognição é um computador": é ele uma metáfora ou uma literalidade? Algumas abordagens partem da premissa de que de fato a mente é um computador – a posição de Zenon Pylyshyn é talvez a mais clara neste sentido. Considere sua afirmação: "But it seems to me that computation, and all that it entails, regarding rule-governed transformations on intentionally interpreted symbolic expressions, applies just as literally to mental activity as it does to the activity of digital computers" (1993: 557).

Ao lado desta interpretação literalista, há abordagens que interpretam o postulado metaforicamente. Neste caso, não há a crença de que mentes e computadores pertençam a mesma classe de coisas, ou, dizendo de outro modo, a mente não é um computador, embora utilizemos o vocabulário da máquina, mais conhecido, para falarmos sobre algo menos conhecido, a mente. A projeção de um domínio do conhecimento sobre outro é inevitável, afirma Black (1962), quando estamos construindo modelos teóricos. Ela não nos obriga, no entanto, a entender que o domínio descrito expressa como o mundo é, porque podemos interpretá-la como um instrumento heurístico. Podemos pensar no átomo como se ele fosse um sistema solar. Esta estratégia nos permite conhecer certos aspectos do átomo, sem, contudo, determinar nosso modo de pensar sobre ele. Noam Chomsky é um grande defensor desta postura: a mente é computacional da mesma forma que um avião voa, só por metáfora.²¹

Na abordagem lingüística podemos, pois, distinguir duas posições com relação ao postulado de que a cognição é computacional, aquela que entende tratar-se de uma literalidade e aquela que vê aí uma analogia, um raciocínio 'como se' que permite sabermos mais sobre a mente. Na abordagem cognitiva, não é possível traçar esta distinção, porque os modelos se comportam de forma idêntica, isto é perdemos a possibilidade de diferenciar entre um julgamento de literalidade (estamos falando como acreditamos que as coisas de fato são) e um julgamento de ficcionalidade (estamos construindo uma ficção, um modelo, um como-se). Isto ocorre porque na Semântica Cognitiva analisamos a linguagem que se utiliza para falar da cognição e a partir dessa análise desvendamos as estruturas cognitivas que dão sustentação à linguagem utilizada. Deste ponto de vista, tanto faz adotar a posição de Pylyshyn ou de Chomsky, ou mesmo a de Lakoff, porque todas vão levar ao mesmo mapa, cujo domínio-fonte é o computador e o domínio-alvo, a mente. Lakoff (1999) afirma que só é possível falarmos da mente com metáforas/mapas, dado que cognição é um conceito abstrato e todo conceito abstrato depende do mapeamento de outro domínio. A Semântica Cognitiva nos permite traçar o mapa, que subsidia nossa

compreensão da cognição nas várias propostas esboçadas: A MENTE É UM COMPUTADOR.²²

O que a Semântica Cognitiva não consegue captar é o julgamento dos falantes com relação a esta metáfora/mapa. Esta impossibilidade tem, entretanto, pelo menos uma consequência: não é possível descrever a diferença, sutil é verdade, entre tratar o postulado metaforico ou literalmente. Podemos supor que neste mapa processos mentais equivalem a processamento de informação; hardware equivale ao componente inato da mente; e assim sucessivamente. Na versão literalista, estas equivalências são factuais, porque elas se ancoram na crença de que computadores e mentes pertencem a mesma classe: ambos são coisas que processam informação. Já a leitura metafórica do mapa implica em negar a crença de que eles formam uma mesma classe natural, o que significa dizer que se trata de uma analogia. Se é assim, então, computadores e mentes processam informações, mas o fazem de forma diferente, tanto que é impossível reduzir um ao outro. Embora a mente tenha aspectos que são maquímicos – as manipulações formais por exemplo –, ela não é uma máquina (e nunca o será), precisamente porque podemos determinar como uma máquina atua, ao passo que o mesmo não pode ser feito com relação à mente. Chomsky não cansa de repetir que Descartes não estava errado com relação à mente, mas com relação à matéria. A matéria não é mecânica, embora possamos fingir que ela é para tentarmos conhecê-la.

Esta discussão, como já dissemos, está completamente fora do âmbito da Semântica Cognitiva, precisamente porque ela não incorpora em sua reflexão os julgamentos dos falantes a respeito de suas crenças. Sua dificuldade está no fato de que ela equaciona metáfora a um processo cognitivo, o que lhe permite descrever mapas entre domínios, mas não descrever a posição dos falantes frente aos conceitos que estes mapas veiculam. A abordagem lingüística pode descrever tanto o processo cognitivo da analogia quanto os diferentes julgamentos dos falantes.²³ De qualquer maneira a posição de Lakoff está próxima da defendida por Chomsky: o computador pode ser utilizado como instrumento para avaliarmos hipóteses teóricas, mas não há possibilidade de uma máquina falante. As razões para negarem esta possibilidade são, contudo, diversas.

2.1 Há metáforas melhores?

Gostaria de terminar com a questão: é possível mudarmos o mundo mudando a linguagem? Muitos pesquisadores e leigos têm insistido que a metáfora da mente computacional é nefasta. Durante o curso 'Linguagem e

²¹ Chomsky discute este ponto em vários textos. Ver, por exemplo, Chomsky (1993).

²² As letras maiúsculas nomeiam na Semântica Cognitiva os mapas. Trata-se de um recurso mnemônico.

²³ Ver Pires de Oliveira (1997)

Ética²⁴, o professor Kanavilil Rajagopalan afirmou que esta metáfora é temível porque de repente estamos acreditando que de fato somos computadores. Sua análise tem várias fundamentações: Nietzsche parece ser uma delas, basta lembrarmos sua afirmação de que construímos metáforas e depois nos esquecemos de que elas são ficções e passamos a vivenciá-las como verdade. A fala do professor Luiz Antônio Marcuschi nesta sessão também atesta esta tendência de condenar a metáfora computacional da mente. Ele insiste que talvez seria melhor vermos a mente não como processando informações, mas como produtora de sentido (conhecimento). Deveríamos, então, alterar o modo da ciência ver a mente? É possível mudarmos nossa visão do mundo? Lakoff afirma que podemos melhorar o mundo, alterando nossa linguagem, mudando nossa maneira de conceituá-lo através de novas metáforas.

A questão é, no entanto, extremamente delicada e precisa ser medida com cuidado. Alterar a linguagem pode ser um ato libertário, mas este não é um passo simples até porque algumas metáforas constituem historicamente nossa forma de vida. Além disso, é preciso muito cuidado para não nos arrogarmos o direito de ditar como a sociedade deve ser. Esta arrogância aparece em Lakoff (1996) quando ele afirma que, a partir de "razões não-ideológicas", mas científicas, razões advindas da pesquisa científica em Semântica Cognitiva, é possível afirmar que o modelo liberal de moralidade é melhor do que o conservador. Neste gesto, Lakoff confirma a autoridade da ciência e a coloca como se ela fosse um lugar de neutralidade, a partir do qual dita-se o admirável mundo novo.

Referências bibliográficas

- BLACK, M. *Models and Metaphors*. New York: Ithaca, 1962.
 CHOMSKY, N. *Language and Thought*. London: Moyer Bell, 1993.
 CARRUTHERS, P. e P.K. SMITH (eds.) *Theories of Theories of the Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
 DAVIDSON, D. A Nice Derangement of Epitaphs. In: LePore, E. (ed.), *Truth and Interpretation. Perspectives on the Philosophy of Donald Davidson*. Oxford: Basil Blackwell. 1986, p. 434-445.
 DUPUY, J. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo: Unesp, 1995.
 FELTES, H. Modularidade e composicionalidade nas semânticas cognitivas. *Cadernos de Pesquisa, Caxias do Sul*, 4(6). 1996. p.157-206.
 GRADY, J. Theories are buildings revisited. In: *Cognitive Linguistics*, n. 8-4, 1997. p. 267-290.

- JEFFREY, R. *Formal Logic: its Scope and Limits*. New York: McGraw-Hill, 1981.
 LACEY, H. *Valores e atividade científica*. São Paulo: Discurso Editorial e FAPESP, 1998.
 LAKOFF, G. *Women, Fire and Dangerous Things: what Categories reveal about the Mind*. Chicago: Chicago University Press, 1987.
 _____. Cognitive Semantics. In: ECO, U. SANTAMBROGIO, M. VIOLI, P. (orgs.), *Meaning and Mental Representations*. Bloomington: Indiana University Press, 1988, p. 117-154.
 _____. The Invariance Hypothesis: is Abstract Reason based on Image-Schemas? *Cognitive Linguistics*. v. 1, n.1, 1990. p. 39-74.
 _____. Metaphor and Semantics. In: BRIGHT, W. (ed.) *International Encyclopedia of Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 1993. p. 417-19.
 _____. The Contemporary Theory of Metaphor. In: ORTONY, A. (ed.), *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 202-250.
 _____. *Moral Politics – what conservatives know that liberal don't*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
 _____. Cognitive Linguistics – in the heart of language. *Fórum Lingüístico*, v. 1. Pós-Graduação em Linguística – UFSC, 1999. p. 83-119.
 LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press, 1980.
 _____. *Philosophy in the Flesh*. Disquete. 1997.
 LEVIN, S. Metaphor in Literature. In: BRIGHT, W. (ed.) *International Encyclopedia of Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 1993. p. 419-23.
 LOEWENBERG, I. Identifying Metaphors. In: JOHNSON, M. (ed.) *Philosophical Perspectives on Metaphor*. Minneapolis: Minnesota Press, 1981. p. 154-181.
 NEWMAYER, F. Iconicity and Generative Grammar. In: *Language*, v. 68, n.4, 1992. p. 756-96.
 NUYTS, J. Cognitive Linguistics. In: *Journal of Pragmatics*. v. 20, 1993. p. 269-290.
 ORTONY, A. Are emotion metaphors conceptual or lexical? In: *Cognition and Emotion*, v. 2, 1988. p. 95-103.
 PIRES DE OLIVEIRA, R. 'A manhã é uma esponja': Um estudo sobre a engenhosidade semântica. *D.E.L.T.A.*, v. 13, n.2, 1997. p. 247-73.
 _____. Alguns impasses que a Semântica Cognitiva tem que enfrentar. *Estudos Lingüísticos XXVII*. São José do Rio Preto, 1998. p. 370-376.

²⁴ Curso realizado durante a ABRALIN, Florianópolis, 1999.

- PYLYSHYN, Z. Metaphorical imprecision and the "top-down" research strategy. In: Ortony, A. (ed.) *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p.543-560.
- REDDY, M. The Conduit Metaphor. A Case of Frame Conflict in our Language about Language. In A. ORTONY (ed.), *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 284-324.
- WIERZBICKA, A. Metaphors Linguists Live By. In: *Papers in Linguistics*, v. 19:2, 1986. p. 287-313.
- WHITE, R. *The Structure of Metaphor*. Oxford: Blackwell, 1996.

A EMERGÊNCIA DE CENAS TEMPORAIS EM ENUNCIADOS DA LINGUAGEM JORNALÍSTICA

Suzana ROCHA (UNISUL/UFSC)

RESUMO: O trabalho focaliza as cenas temporais, sob a ótica da gramática de casos, no contexto da linguagem jornalística. O resultado da pesquisa inclui uma lista de quarenta e cinco (45) predicadores temporais, tanto básicos quanto metafóricos.

Palavras-chave: cenas temporais; metaforizações; gramática de casos.

ABSTRACT: The present paper focuses upon temporal scenes, from the perspective of case grammar theory, in the context of journalistic language. The results include a list of forty five (45) time predicators, both basic and metaphorical.

Key words: temporal scenes; metaphorization; case grammar.

Introdução

Este trabalho focaliza as cenas temporais em textos jornalísticos a partir de predicadores temporais, sob a ótica da Gramática de Casos, dimensionada no Modelo Casual da UFSC, levando em consideração as dimensões pragmáticas que se entrecruzam no âmbito contextual.

Nesse sentido, buscamos explicitar as nuances temporais que os usuários empreendem na articulação interativa que perpassa suas intenções no processo comunicativo. O *corpus* que escolhemos se inscreve nesse universo de referência uma vez que todo o conjunto de enunciados dos textos jornalísticos, na sua configuração de 'relato de aparências', preconiza a relação enunciador/enunciatário como coadjuvante do *lead* jornalístico, porquanto mantém um conhecimento de mundo, necessariamente, socializado.

O contexto da notícia veiculada precisa apresentar uma linguagem que atue como mediadora das intenções da indústria da informação, que deseje "vender" um produto, além de afirmar sua credibilidade, por um lado, e por outro, atender às expectativas do consumidor-leitor, que precisa receber informações num tempo específico (já que a notícia se caracteriza pela atualidade e, mesmo assim, é de segunda mão), além de atender aos critérios de qualidade e acessibilidade.

Olhando nessa direção, as dimensões pragmáticas assumem papel decisivo, pois situam os enunciados jornalísticos numa esfera nacional, contextualmente relevantes, auxiliando na configuração dos efeitos de sentido que, a partir deles (dos enunciados), se espalham no contexto jornalístico como um todo, a fim de expressarem as referências informativas que resguardam - a seu tempo - a história dos homens e da sociedade.

Como a pesquisa em questão¹ alude à questão **temporal**, julgamos pertinente uma "olhada atenta" nas várias gramáticas, visando extrair a noção de **tempo** desde a época de Aristóteles. Fizemos um passeio pelas gramáticas tradicionais ou normativas, selecionando aquelas que servem de apoio ao ensino. Em seguida à gramática tradicional, revimos o **tempo** numa orientação estruturalista, transformacionalista e eclética. Verificamos nas gramáticas/teorias percorridas que essas dão um tratamento periférico à noção de **tempo**, como adjunto adverbial de tempo (ou seja, como termo acessório da oração), extra-nuclear, externo em relação à oração. Em suma, nestas gramáticas o **tempo** é visto como elemento periférico, o que corresponderia, na terminologia da teoria de casos, a ser elemento modal.

Paralelamente à busca da noção de **tempo**, procuramos abordar os pressupostos teóricos da teoria de casos, formulada por Charles J. Fillmore e também desenvolvida por Wallace Chafe, John Anderson, Walter A. Cook e A. Nicolacópulos, que têm no predicador seu ponto de referência. Esses aspectos são tratados a seguir.

1. O tempo na gramática de casos

The Case for Case é o texto clássico da chamada **gramática de casos**, elaborado por Charles Fillmore em 1968. Neste modelo, o **tempo** faz parte da modalidade. Em seu segundo modelo, Fillmore (1971) adotou a linha localista e o caso **tempo** é considerado Locativo Abstrato (L, Or, M). Em 1970, Wallace Chafe publica em *Meaning and the Structure of Language* seu modelo de Gramática de Casos, baseado em Fillmore (1968), não contemplando o caso **Temporal**. Em 1971, John M. Anderson apresenta seu modelo casual com a publicação de *The Grammar of Case: towards a localistic theory*. No modelo de Anderson, o caso **Temporal** na linha localista será expresso pelo caso Ablativo (Origem) e Localização (Loc., Meta). Assim, no enunciado com o verbo *transportar*, por exemplo, **Máquina do tempo transporta professor para o dia no qual John Kennedy foi assassinado**, quer no sentido temporal (metafórico) quer no sentido locativo (sentido básico), terá o mesmo esquema casual:

¹ROCHA, S. *A emergência de enunciados temporais em textos jornalísticos*. Florianópolis, UFSC, 1998. Dissertação de Mestrado.

+ [__A,O,*Or,M]/Or-apag. Já entre 1970 e 1978, Walter A Cook apresenta seu modelo de Gramática de Casos em uma série de artigos publicados em *Papers on Languages and Linguistics* na Universidade de Georgetown, onde resolveu elaborar um modelo que incorporasse as melhores características dos modelos de Fillmore (1968-1971), de Chafe (1970) e Anderson (1971). Cook (1979) não contemplava o **Tempo**, porém em seu modelo revisado (1989) admite a existência de um caso T (Temporal). O modelo casual da UFSC (Nicolacópulos (1992,1997)) lista o **tempo** no seu sistema casual.

Neste trabalho, optamos pelo modelo casual da UFSC por ser um modelo não-localista, cujo sistema casual encerra predicadores básicos, experimentativos, benefactivos, locativos, **temporais**, comitativos e holísticos, que constituem *casas* básicas, experimentativas, benefactivas, locativas, **temporais**, comitativas e holísticas, respectivamente. Este modelo baseia-se em Cook que, por sua vez, assenta-se nos modelos de Fillmore, Chafe e Anderson. Diferencia-se do modelo de Cook, especialmente no que tange à consideração de aspectos pragmáticos e discursivos que viabilizam a interpretação de predicadores/enunciados metafóricos.

O sistema casual da UFSC compõe-se de oito (8) casos: **A-E-B-O-L-T-C-H**.

O caso **Agente** (A) expressa ação:

- (1) "PM mata 3 em ação anti-sequestro." (Folha de S.Paulo, 23.11.95,p.3-1)
- (2) "Terremoto atinge o Oriente Médio, mata dez pessoas e deixa 69 feridos em sete países" (Folha de S.Paulo, 23.11.95, p.2-1)

O caso **Experienciador** (E) denota sensação, emoção, cognição e o ouvinte da comunicação:

- (3) "Sivam. Ministro depõe, mas não convence comissão."(E.S.P., 13.12.95, p.A4)

O caso **Beneficiário** (B) exprime posse, poder, liderança, ganho ou perda, benefício e transferência de propriedade:

- (4) "Borges vence 200m livre no Mundial de Natação"(F.S.P., 01.12.95, p.4-44)
- (5) "Bancos ganham reforço de liquidez" (O Estado de S.Paulo, 23.11.95, p.B1)

O caso **Objeto** (O), com verbos de estado, denota o que está sendo descrito, com verbos processuais, o que sofre mudança de estado e, com verbos agentivos, expressa afecção:

- (6) "Estiagem atinge 40 municípios no Sul" (O Estado de S.P. 13.12.95, p.A14)

O caso **Locativo** (L) expressa localização:

- (7) "A melhor competidora do Brasil, Gabrielle Rose, chegou ontem ao Rio para disputar o Mundial(...)" (F.S.P., 23.11.95.p.4-a).

O caso **Tempo** (T) denota tempo cronológico:

- (8) "Privatização da Vale pode atrasar 1 mês" (F.S.P., 13.12.95,p.1-12).

O caso **Comitativo** (C) expressa companhia:

- (9) "(...) Fernando Henrique encontra-se com o presidente chinês, Jiang Zemin" (Jornal da Tarde, 13.12.95, p.3).

O caso **Holístico** (H) expressa totalidade, o todo:

- (10) "Hoje, a Iugoslávia é formada apenas pelas repúblicas da Sérvia e de Montenegro" (Jornal do Brasil, 22.11.95, p. 13).

Munidos destas ferramentas de trabalho, passamos a coletar e a analisar a emergência de cenas temporais em enunciados da linguagem jornalística.

2. Procedimentos metodológicos

Retiramos da linguagem jornalística, como expressão da língua(gem) em uso, o *corpus* desta pesquisa. Escolhemos dois jornais de grande circulação nacional: A Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, no período compreendido entre outubro de 1997 e abril de 1998, independentemente de seção. Primeiramente, selecionamos três dicionários (BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil*; FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio* e CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Noca Fronteira da Língua Portuguesa*) para pesquisar os predicadores que constituem o nosso *corpus*.

Desta forma procedemos nossa análise em dois blocos: a partir de predicadores temporais básicos e a partir de predicadores metaforizados em temporais.

3. Predicadores temporais básicos

O *corpus* deste bloco do trabalho se constitui dos seguintes predicadores temporais básicos: (*estar*) *acelerado*, *acelerar*, *adiar*, *anteceder*, *antecipar*, *apressar*, *atrasar*, *demorar*, *durar*, *eternizar*, *postergar*, *prorrogar*, *protelar*, *retardar*, *tardar*.

Desta lista de predicadores² destacamos alguns que passaremos a analisar e exemplificar.

(ESTAR) ACELERADO - Cf. *Ferreira*: [Part. de acelerar.] Adj. 1. Tornado rápido ou mais rápido; apressado: A rotação acelerada do toca-discos alterou o som. 2. Rápido, veloz, ligeiro: "Marchou em passo acelerado até defronte do palácio" (Bernardo Pinheiro, Pindela, Azulejos, p. 23). 3. Mec. Diz-se do motor que trabalha em alta rotação. 4. Mil. Passo de tropa que marcha a pé, de andamento mais rápido que o passo ordinário. Em acelerado. Em andamento ou ritmo acelerado; aceleradamente, apressadamente, apressuradamente.

- (11) O crescimento da economia americana está muito *acelerado*. (F.S.P.,02.11.97:2-11)

Neste recorte, encontramos o adjetivo *acelerado*, cujo núcleo do predicador é (*estar*) *acelerado*, significando *rapidez*, *veloz*, *ligeiro*. É um predicador biargumental, percebido estaticamente, tendo como esquema casual: +[__ Oe,*T]/T-lex.

ADIAR:

- (12) Falta de quórum *adia* votação da Previdência. (E.S.P.,09.01.98:A1)

A *vs* de *adiar* no enunciado em questão é de três argumentos, que delinham o sentido temporal agentivo do enunciado. Neste recorte, encontramos o verbo *adiar*, cuja *vs* prevê um Agente (A), um Objeto (O) e um Tempo (T). A falta de representantes no Congresso fez com que a votação para aprovar a reforma da Previdência fosse adiada para mais tarde, o que configura um caso temporal (T), argumento (papel semântico) que, neste enunciado, encontra-se apagado. Portanto, o enunciado acima desenha o seguinte esquema casual: +[__ A,O,*T]/T-apag.

² Para uma análise completa destes predicadores ver ROCHA, S. (1998).

ANTECEDER:

- (13) Esses "caballitos" existem desde os tempos da cultura mochica (200 a C. a 750 d. C.) a civilização voltada à pesca que *antecedeu* os incas. (F.S.P.,6.10.97:7-18)

A *vs* do verbo *anteceder* acima (= *preceder, vir antes* - no tempo -) encerra a presença de um caso Tempo (T) e de dois Objetos (O) percebidos processualmente. Assim, a *vs* de *anteceder* no contexto acima é de três argumentos: um Objeto (O), o ser anterior, que neste recorte é a cultura mochica, um Tempo (= incorporado ao verbo *anteceder*, significando *ser antecedente*) e outro Objeto, o ponto de referência do antecedido, ou seja, os incas. Portanto, seu esquema casual é: +[__ O,O,*T]/ T-lex.

ATRASAR:

- (14) Congresso vazio *atrasa* votação da Previdência. (E.S.P.,20.01.98:A5)

A *vs* do verbo *atrasar* encerra um Agente, um Objeto e um Tempo. O sentido do verbo *atrasar* no enunciado acima é de *fazer ficar atrasado, fazer demorar, delongar, retardar*. O predicador encerra a noção de agentividade, configurada na ausência de congressistas que atrasou a votação do projeto de reforma da Previdência Social (a qual foi protelada, retardada). Seu esquema casual é: +[__ A,O,*T]/T-apag.

DEMORAR:

- (15) Russos fazem passeio espacial e acham vazamento do Mir. Operação fora da estação orbital *demorou* cerca de três horas. (E.S.P.,10.01.98.1:8)

A *vs* do verbo *demorar* encerra dois argumentos, um Objeto (O) e um Tempo (T). O sentido do predicador traduz-se como *ser de execução demorada, levar tempo*. Na cena que deflagra o enunciado acima, o falante opta por trazer em perspectiva o passeio espacial, expresso pelo Objeto (O), feito pelos cosmonautas russos, que levaram cerca de três horas (expresso pelo T) para descobrirem a causa do vazamento da estação Mir, configurando o seguinte esquema casual: +[__ O,T].

DURAR:

- (16) O horário de verão 97/98 *vai durar* 132 dias. (F.S.P.,04.10.97:3-5)

A *vs* do verbo *durar*, no contexto acima, encerra dois argumentos percebidos processualmente: um Objeto (O) e um Tempo (T), contrariamente ao registro em Borba, que classifica o verbo como estático. O sentido de *durar* no recorte é de *ter duração, prolongar, perdurar*. Assim, o objeto será alguma coisa (o horário de verão) que durará um certo período de tempo (132 dias), expresso pelo caso T (Tempo); estando ambos explícitos na estrutura de superfície. Seu esquema casual é: +[__ O,T].

ETERNIZAR:

- (17) É só conferir nas gravuras de Trans Post ou nas vistas que Rugendas *eternizou*. (F.S.P.,06.10.97:7-11)

A *vs* do verbo *eternizar*, nesse exemplo, pressupõe três argumentos percebidos agentivamente. O sentido do predicador traduz-se como *tornar eterno, tornar prolongado no tempo*. Na cena que deflagra o enunciado acima, encontram-se perspectivizados os seguintes elementos: Rugendas, que assume o papel de Agente (A) porque realiza uma ação, um Objeto (O) apagado, subentendido no contexto, ou seja, não expresso na estrutura de superfície, e um Tempo (T) lexicalizado (= incorporado ao verbo). O enunciado trata do mar da cidade de Olinda, que é o Objeto apagado em questão, o qual Regendas eternizou em suas gravuras. Portanto, seu esquema casual é: +[__ A,*O,*T]/O-apag; T-lex.

PRORROGAR:

- (18) Caixa *prorroga* por dois meses quitação da casa própria com vantagens. (F.S.P.,08.12.97:2-7)

A *vs* do verbo *prorrogar* prevê um Agente (A), um Objeto (O) e um Tempo (T), delimitando uma proposição temporal. O sentido de *prorrogar* no trecho acima é de *fazer durar além do prazo estabelecido, dilatar, ampliar a duração de*. Interpretando o enunciado em questão, A CEF é o Agente (A), aquele que faz alguma coisa (= adia), o Objeto (O) é a coisa adiada (= quitação da casa própria), e o Tempo (T), o período da prorrogação (= por dois meses). Seu esquema casual é: +[__ ,A,O,T].

4. Predicadores temporais metaforizados

O *corpus* deste bloco se constitui dos seguintes verbos temporais metaforizados: *alongar(-se), aproximar(-se), arrastar(-se), cair, chegar, cobrir, datar, deixar, desperdiçar, ejetar, empurrar, entrar, estender, fazer, faltar, ficar, ir, levar, passar, percorrer, perder, prolongar(-se), queimar, recuar,*

viajar, virar, viver, voltar, ter, transferir. Seleccionamos alguns destes predicadores, acima relacionados, para realizar a análise casual.

CAIR:

- (19) O ponto alto da novela de Simpson está justamente no reconhecimento de que o tempo nada tem a ver com desígnios humanos. Por que *cair* em uma época próxima do presente? (F.S.P.,19.10.97:5-12)

No recorte em questão, há o predicador *cair*, cujo sentido básico configura-se em *ir ao chão, ser impelido de cima para baixo* (cf. Borba, Ferreira e Cunha), conseqüentemente locativo mas, no âmbito deste contexto, metaforizado em temporal pela contigüidade de um argumento temporal (cf. Borba, o predicador *cair* na acepção 3. pode vir com complemento de *tempo* que significa *ocorrer, coincidir*). Nesse fragmento, o predicador *cair* expressa temporalidade, cujo Objeto (O) encontra-se apagado e o Tempo (T) explícito na estrutura de superfície (*em uma época próxima do presente*), sintetizados no esquema casual como: +[__ *O,T]/O-apag.

CHEGAR:

- (20) Apesar de o tempo de espera por um telefone *chegar* a dois anos, a maior reclamação do usuário em São Paulo tem sido a demora na transferência de telefones, que deveria levar poucos dias. (E.S.P.,07.12.97:A15)

Neste enunciado, encontramos o predicador *chegar*, cujo sentido básico é *pôr perto, aproximar* (cf. Borba), *vir, atingir o termo do movimento de ida ou vinda* (cf. Ferreira), *atingir* (cf. Cunha), configurando um predicador locativo que, no âmbito deste contexto, encontra-se metaforizado em temporal (cf. Borba na acepção: II. Indica processo [...] 3. Com sujeito paciente expresso por nome abstrato, indicativo de período, significa *iniciar, começar*), pela adição do argumento *temporal* (= a dois anos). É um predicador biargumental, percebido processualmente, e tendo como esquema casual: +[__ O,T].

FAZER:

- (21) São Paulo faz 444 anos com muita música. (E.S.P.,23.01.98:A2)

No exemplo acima, o verbo *fazer* constituiu um predicador básico agentivo, expressando *provocar, produzir, causar* (cf. Borba), *dar existência ou forma a, produzir, criar* (cf. Ferreira), *executar, realizar, fabricar* (cf. Cunha), metaforizando-se, conseqüentemente, pela adição do argumento temporal (=

444 anos) em predicador temporal, cujo sentido é *decorrer* (no tempo). (Cf. Borba, o predicador *fazer* na acepção 5. com complemento expresso por nome indicativo de período de tempo, significa *completar*, e em Ferreira na acepção 25. significa *ter decorrido, passado (determinado período de tempo)*). É um predicador biargumental, percebido processualmente. A *vs* do verbo *fazer*, no contexto acima, encerra dois argumentos: um Objeto (O) e um Tempo (T). Assim, o Objeto (O) será alguma coisa (= São Paulo) que transcorre um certo período de tempo (= 444 anos), expresso pelo caso Tempo (T), ambos explícitos na estrutura de superfície. Logo, tem como esquema casual: +[__ O,T].

LEVAR:

- (22) Apesar de o tempo de espera por um telefone chegar a dois anos, a maior reclamação do usuário em São Paulo tem sido a demora na transferência de telefone, que deveria *levar* poucos dias. (E.S.P.,07.12.97:A15)

Neste trecho, o predicador *levar*, cujo sentido básico é locativo e significa *acompanhar* (?) (cf. Borba), *fazer passar de um lugar para outro; transportar* (cf. Ferreira e Cunha), está metaforizado em temporal, pela suspensão do argumento locativo e adição do argumento temporal (= poucos dias), cujo sentido é *demorar*. A *vs* do verbo *levar* requer dois argumentos: O, T, percebidos processualmente. Portanto, tem como esquema: +[__ O, T].

PERDER:

- (23) Contribuintes que foram ontem à Secretaria aproveitar o desconto *perderam* até três horas na fila. (F.S.P.,11.10.97:3-8)

Neste enunciado, aparece o verbo *perder*, cujo sentido básico em Borba é *causar a ruína* (?), em Ferreira é *ser privado de (coisa que se possuía); ficar sem o domínio, a propriedade, a posse, e, em Cunha ser privado de, cessar de ter*, portanto benefactivo (que denota benefício/malefício). Neste contexto, encontra-se metaforizado em temporal (cf. Ferreira o predicador *perder* na acepção 13 significa *perder tempo*), pela adição do argumento temporal (= até três horas). A *vs* do verbo *perder* acima encerra dois argumentos: Os contribuintes fazem o papel de Objeto (O) e o Tempo (T) é o período que o contribuinte levou na fila para pagar o IPTU, apresentando o seguinte esquema casual: +[__ O, T].

TER:

- (24) Árvores da Amazônia *tem* até 1.400 anos. (F.S.P.,08.01.98:1-13)

O recorte acima traz o verbo *ter*, cujo sentido básico é de *posse* (cf. Borba, Ferreira e Cunha), portanto benefactivo. No entanto, nesse caso está metaforizado em temporal, pela adição do caso temporal (= até 1.400 anos), cujo sentido é *tempo* decorrido. A vs do verbo *ter*, no enunciado em questão, encerra um Objeto (Oe), a coisa que está sendo descrita e um Tempo (T) o período de sua existência, percebidos estaticamente, sintetizados no esquema casual como: +[__ Oe, T]

VIVER:

(25) Luz Vermelha *viveu* 4 meses e 10 dias depois que foi libertado, em agosto do ano passado após ficar preso por 30 anos. (F.S.P.,09.01.98:3-7)

Nesse exemplo, o verbo *viver* configura-se como *experimental*, *vivenciar* (?) (cf. Borba), *ter vida*, *existir* (cf. Ferreira e Cunha), conseqüentemente um verbo básico. No entanto, também nesse caso acha-se metaforizado em temporal. A vs do verbo *viver* encerra um caso Objeto (O), aquele/aquilo que transcorreu/durou um certo período de tempo, tendo como esquema casual: +[__ O, T].

3. Conclusões

Finalmente, o balanço que fazemos do nosso olhar 'casual' (leia-se gramática de casos) sobre os predicadores temporais é o seguinte: as gramáticas que percorremos não fizeram alusão a predicadores temporais; os modelos resenhados apresentaram de nenhum a não mais de três (03) predicadores temporais. Este trabalho, por sua vez, produziu uma lista inédita de quarenta e cinco (45) predicadores temporais, quais sejam: (*estar*) *acelerado*, *acelerar*, *adiar*, *anteceder*, *antecipar*, *apressar*, *atrasar*, *demorar*, *durar*, *eternizar*, *postergar*, *prorrogar*, *protelar*, *retardar*, *tardar*, *alongar(-se)*, *aproximar(-se)*, *arrastar(-se)*, *cair*, *chegar*, *cobrir*, *datar*, *deixar*, *desperdiçar*, *ejetar*, *empurrar*, *entrar*, *estender*, *fazer*, *faltar*, *ficar*, *ir*, *levar*, *passar*, *percorrer*, *perder*, *prolongar(-se)*, *queimar*, *recuar*, *viajar*, *virar*, *viver*, *voltar*, *ter* e *transferir*.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, J. *The grammar of case: towards a localistic theory*. Cambridge: Cambridge Studies in Linguistics, n. 4. University Press, 1971.
BORBA, F. *Dicionário gramatical de verbos*. São Paulo: UNESP, 1990.

- CHAFE, W. *Meaning and the structure of language*. Chicago: University of Chicago Press, 1979. (Trad. Bras. Significado e estrutura lingüística Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1970.)
COOK, W. *Verb classification in case grammar*. University of Michigan Papers in Linguistics (UMPIL), v. 1, 1973.
_____. A Case grammar matrix model. In: *Valence, semantic case and relation grammar*. Edited by Werner Abraham. Companion Series to Studies in Language, v. 1. Amsterdam: John Benjamin, 1978.
_____. *Case grammar: development of the matrix model*. (1970-1978). Washington: Georgetown University, 1979.
_____. *Case grammar theory*. Washington: Georgetown University, 1989.
CUNHA, A. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
FILLMORE, C. The case for case. In: BACH, E. & HARMS, R. (eds.) *Universals in Linguistic theory*. New York: Holt Rinehart and Winston, 1968. p.1-88.
_____. *Principles of case grammar: the structure of language and meaning*. Tokyo: Sansiedo Publishing Company, 1975.
_____. Em favor do caso. In: LOBATO, L. *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Editora Francisco Alves, 1968, p. 275-359.
_____. The case for case reopened. In: COLE, P. & SADOK, J. (eds.) *Syntax and semantics*, New York: Academic Press, 1977. v. 8, p.59-81.
NICOLACÓPULOS, A. *A semantic analysis of portuguese predications - an introduction to case grammar*. 1981. Tese de Doutorado. Universidade de Georgetown.
_____. *The holistic case - an introduction to case grammar*. Florianópolis: UFSC, 1992.
NICOLACÓPULOS, A et al. *O modelo casual da UFSC*. Anais do CelSul. Florianópolis: UFSC, v.1, 1997, p. 203-209.
ROCHA, S. *A emergência de enunciados temporais em textos jornalísticos*. Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação de mestrado.

A AMBIGÜIDADE DA NEGAÇÃO NA TEORIA DOS TOPOI*

Eliana TAVARES (FURG)

RESUMO: O escopo desta análise está limitado à questão da ambigüidade resultante de sentenças negativas (e apenas aquelas com o modificador não), envolvendo fatores de diferentes ordens, como lexical, semântico ou lógico, pragmático, entre outros. Sua base teórica consta da Teoria da Argumentação na Língua, a partir de conceitos de suas diferentes fases de desenvolvimento.

Palavras-chave: ambigüidade; negação; topoi

ABSTRACT: The scope of this analysis is limited to the question of ambiguity resulting from negative sentences (and only those with modifier no), involving factors of different orders, like lexical, semantic or logical, pragmatic among others. Its theoretical basis is the Theory of Argumentation within Language, arising from concepts of its different phases of development.

Key words: ambiguity; negation; topoi

Introdução

O questionamento proposto para descrição centra-se sobre o seguinte postulado da teoria argumentativa de Ducrot: *uma sentença afirmativa e, em contrapartida, sua negativa, devem ter orientação argumentativa oposta*. Entretanto, vêm sendo apontados casos em que, aparentemente, podemos ter orientação argumentativa divergente partindo de uma "mesma" sentença negativa. A partir de um exemplo como "Pedro não tem pouco dinheiro", podemos ter duas conclusões distintas, "Ele não tem dinheiro nenhum" ou "Ele tem dinheiro suficiente".

1. Fundamentação teórica

Na tentativa de dar conta de casos como esses são recuperadas noções como *implicatura/ leis de discurso*, bem como rearranjados os conceitos de semântica e pragmática, que deverão constituir disciplinas inter-relacionadas.

* Este texto é resultado da dissertação de mestrado intitulada *A ambigüidade da negação: uma abordagem dialógica*, desenvolvida junto ao Curso de Pós-Graduação em Letras/ Linguística, na Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do professor dr. Heronides Moura.

Nossa investigação trabalha com a perspectiva de que o lugar argumentativo em que se posiciona o enunciador é inerente ao próprio léxico¹, ou seja, que o movimento de orientação argumentativa é indicado a partir da seleção lexical.

A proposta de descrição semântica, entretanto, não deve ser interpretada apenas como uma prática de determinação lexical, porque mesmo quando pretendemos descrever uma palavra o objetivo final é o cálculo do sentido do enunciado ou, na perspectiva por nós adotada, a determinação de seu movimento argumentativo.

São os conceitos de *implicatura conversacional* (subentendido) e de *pragmática integrada* que suportam uma análise descritiva como a proposta. Grice (1982) caracteriza como *implicatura conversacional* tudo aquilo que pode ser *implícito*, *sugerido* a partir de um dado enunciado, e Levinson (1983) caracteriza essa noção de implicatura como sendo essencialmente uma teoria de como as pessoas utilizam a língua.

A *implicatura conversacional* constitui uma espécie de *inferência pragmática*, cujas origens estão fora da organização da língua, em alguns princípios gerais de interação cooperativa. A implicatura possibilita, assim, a explicação de como é possível gerarmos um efeito de sentido maior do que aquilo que realmente dizemos, isto é, maior do que aquilo que é literalmente expresso.

Em princípio, as expressões das línguas naturais apresentam sentidos simples, estáveis e unitários, mas essa estabilidade semântica pode ser revestida por características pragmáticas instáveis e definíveis apenas contextualmente (Levinson *op.cit.*).

Uma forma de implicatura conversacional seria a *lei de litotes*, caracterizada enquanto figura retórica, que possibilita a observação do destinatário acerca da enunciação e do sentido pretendido pelo enunciador que, geralmente, caracteriza-se por possuir um conteúdo argumentativamente mais forte e expressivo que aquele explicitado, assim, podemos *dizer menos e sugerir mais*.

A Teoria da Argumentação na Língua se propõe não apenas a esboçar as propriedades de uma teoria da enunciação, mas também a possibilitar a concepção de pragmática e semântica enquanto disciplinas integradas, uma vez que a própria enunciação intervém na atividade argumentativa.

A noção de *pragmática integrada* rejeita o postulado clássico de que essa disciplina seria o último componente de uma descrição linguística,

¹ A noção de *topos* intrínseco ao léxico vem sendo questionada pelos estudiosos da teoria, que parecem "acreditar" que, na verdade, eles estariam localizados na pragmática/ seriam delimitados a partir da pragmática. Estes questionamentos foram discutidos no simpósio *Entre a língua e o discurso: os limites da semântica e da pragmática*, durante a ABRALIN.

apresentando-se logo após a semântica. Essa concepção fundamenta-se na assertiva de que o sentido faz alusão à enunciação, determinando que a semântica deve, então, integrar os aspectos enunciativos desse sentido. Assim, a pragmática integrada respeita os fenômenos enunciativos inscritos na própria estrutura da língua. A partir dessa perspectiva teórica, a Teoria da Argumentação na Língua passa a contar também com a noção de *topos*, que diz respeito ao lugar argumentativo assumido pelo enunciador.

Ducrot recupera o termo *topos* de Aristóteles, juntamente com a noção de que os pontos de vista dentro dos enunciados consistem na convocação de princípios argumentativos referentes ao mundo de que se fala. Por isso, justamente, não devemos pensar a língua como um mero elemento de descrição informativa ou veritativa acerca do mundo.

Os *topoi* consistem na descrição do mundo em termos argumentativos, podendo ser, assim, definidos como possibilidades de encadeamento discursivo, uma vez que os *topoi* mobilizados possibilitarão as orientações argumentativas desejadas pelo enunciador. Existem três propriedades fundamentais para a possibilidade de aplicação dos *topoi*:

- a) *universalidade*: determinada comunidade lingüística compartilha o mesmo *topos*, possibilitando que ele seja mobilizado por qualquer indivíduo dessa comunidade;
- b) *generalidade*: o princípio deve ser aplicado não só a situações determinadas, mas a situações análogas;
- c) *gradualidade*: os *topoi* relacionam duas escalas argumentativas, entre as quais há determinada correspondência.

O princípio de *universalidade* consiste no fato de os *topoi* representarem princípios gerais de valor e de expressão de atitudes, e não verdades logicamente necessárias, o que faz com que se tornem necessariamente comuns a determinado número de interlocutores; somente esse consenso pode possibilitar o funcionamento dos *topoi* enquanto elementos argumentativos.

A aceitação de um *topos* não significa dizer que, imprescindivelmente, os interlocutores estejam de acordo com ele, mas sim que o reconhecem como válido e passível de justificar uma argumentação. A unanimidade de um *topos* não é requerida para a presente teoria, mas sim o seu reconhecimento; caso contrário, não haveria diferentes pontos de vista, ou diferentes perspectivas, o que pressupõe possibilidade de argumentações distintas.

Devido ao caráter universal dos *topoi*, podemos pensar a questão da argumentação como um movimento capaz de coagir os interlocutores, uma vez que *admitir a conclusão é um fato que se apresenta como necessário quando argumentamos* (Ducrot 1988: 103). Com isso, os valores e as atitudes relacionados ao mundo são explicitados por meio dos elementos argumentativos mobilizados pelo enunciador.

Diferentemente da perspectiva de língua enquanto entidade descritiva, o enunciador atribui determinada propriedade aos objetos do mundo a fim de justificar seu posicionamento, legitimando assim, sua posição em respeito a tais situações do mundo.

As características apontadas em relação ao caráter universal dos *topoi* exigem que esses sejam, também, gerais, haja vista a necessidade de os *topoi* serem compartilhados e passíveis de aplicação em situações análogas.

O princípio de *gradualidade* utilizado pela teoria exige uma explicação pormenorizada, uma vez que se vale de alguns conceitos formais; entretanto, não há espaço para noções como *verdade* ou *conhecimento* nesse conceito de gradualidade, justamente porque esse princípio procura abranger a intensidade argumentativa com que um predicado lingüístico é aplicado, seguindo determinada orientação. Portanto, a gradualidade diz respeito a uma noção que toma a força argumentativa como passível de variação, possibilitando uma aplicação de maior ou menor intensidade. Essa gradualidade pode ser direcionada pela interferência de certos *modificadores argumentativos*.

Os *modificadores argumentativos* são constituídos pelos adjetivos e pelos advérbios que modificam os *topoi* dos substantivos e dos verbos. Dependendo da aplicação sobre os predicados lingüísticos, esses modificadores são categorizados como:

- a) Y é um *modificador realizante* (MR) em relação a um predicado X se e somente se XY tiver a mesma orientação argumentativa ou superior em relação à de X;
- b) Y é um *modificador derrealizante* (MD) em relação a um predicado X se e somente se XY tiver uma orientação argumentativa invertida ou menor em relação à de X e, se não for sentido como contraditório, como no exemplo "bateu a porta docemente".

Consideradas essas delimitações teóricas, que objetivam localizar o leitor frente ao estudo desenvolvido, retomemos o problema, para então passar à análise dos exemplos:

PROBLEMA: uma sentença afirmativa e sua negativa devem ter orientação argumentativa oposta, ou pelo menos divergente. Então, como dar conta das orientações argumentativas distintas a partir de "Pedro não tem pouco dinheiro"?

2. Análise dos dados

Nosso estudo acabou por categorizar a ambigüidade de três maneiras distintas e a verificação de nossa hipótese será desenvolvida considerando-se essa categorização:

A) AMBIGÜIDADE LEXICAL ENVOLVENDO NEGAÇÃO

- 1a. Pedro tem *pouco* dinheiro. quase nada
 1b. Pedro **não** tem *pouco* dinheiro. tem dinheiro bastante
 2a. Pedro tem *um pouco* de dinheiro. tem dinheiro suficiente
 2b. Pedro **não** tem *um pouco* de dinheiro não tem dinheiro algum

Os termos *pouco* e *um pouco* desses exemplos tomam orientação argumentativa divergente, assim, *ter pouco* dinheiro segue a orientação argumentativa de *ter quase nada* [de dinheiro], de modo que *não ter pouco dinheiro* deveria seguir a orientação argumentativa de *ter dinheiro*, e mesmo *ter dinheiro bastante*.

Por oposição aos exemplos em (1), a orientação argumentativa dos exemplos em (2) deveria seguir o raciocínio de que *ter um pouco de dinheiro* significaria *ter dinheiro suficiente*, ao passo que (2b) *não ter um pouco de dinheiro* deveria ter um significado oposto àquele em (2a), ou seja, *não ter dinheiro algum*.

Fica, portanto, bastante clara a orientação argumentativa oposta existente entre P (afirmativa) e -P (negativa) dos exemplos em (1) e (2), bem como entre P de (1a) e P de (2a) e suas respectivas negativas, já que *um pouco* vai em sentido oposto a *pouco*.

Os modificadores utilizados nesse caso são considerados derrealizantes porque invertem a orientação argumentativa do predicado a que se aplicam; notemos ainda que *não* aplica-se sobre um outro modificador, *pouco*, que por sua vez aplica-se sobre um predicado ou termo lexical. Assim, temos:

(((NÃO - MOD.) (POUCO - MOD.)) (DINHEIRO - PREDICADO/LÉXICO))

Lembrando a noção de *topoi* intrínsecos, podemos dizer que a noção expressa em *ter* de (1a) é de *quantidade* [de dinheiro], derrealizada pelo modificador *pouco*, ou seja, ao derrealizar essa noção de *quantidade*, dizemos que ela é pouca, insuficiente; ao passo que em (1b) o modificador *não* realiza, por inversão, a noção de *quantidade pouca* [de dinheiro], de insuficiência, aplicando-se sobre o que poderíamos chamar de um *predicado complexo*², em

² Em Ducrot (1977: 133), a noção de *predicado complexo* é tomada para estabelecer uma diferença estrutural entre os conceitos de coordenação e de frase ligada. O Autor afirma que *existe uma fonte de complexidade resultante da estrutura interna do predicado. O predicado, que chamaremos "complexo", é nesses casos constituído, quer por um predicado elementar sobre o qual agiram diferentes operadores, quer pelo amálgama de predicados elementares, ou de predicados elementares e de orações, essas possibilidades podem ser mutuamente combinadas. Ducrot define ainda um terceiro tipo de predicado complexo, resultante da combinação de predicados mais simples. Nessa*

que a negação tomaria, então, escopo sobre *ter pouco*. Nega-se aqui, não mais a *quantidade* [de dinheiro], mas sim a idéia de que essa *quantidade* [de dinheiro] seja pouca.

Já em (2a), o modificador realiza a *posse* [de dinheiro], e como acontece em (1b), em (2b) a negação incidirá também sobre um predicado complexo, derrealizando a noção de *posse*, o que leva à conclusão de que Pedro *não tem* (não possui) dinheiro algum. Configuraremos essas noções:

QUANTIDADE		POSSE	
P (1a)	-P (1b)	P (2a)	-P (2b)
<i>Pouco</i>	<i>não pouco</i>	<i>Um pouco</i>	<i>não um pouco</i>
(Quase nada)	(bastante)	(suficiente)	(nenhum)
↓	↑	↑	↓

Entretanto, ao contrário do esperado, as relações estabelecidas a seguir parecem igualmente possíveis:

- 1d. Pedro **não** tem *pouco* dinheiro. Ele não tem nenhum.
 2d. Pedro **não** tem *um pouco* de dinheiro. Ele tem muito.

O problema apontado, de que a negação nem sempre inverte a orientação argumentativa dos enunciados, como pressupunha a teoria, já havia sido discutido por Ducrot (1981: 189-190). Entretanto, parece que outros aspectos também devem ser avaliados, repensemos, então, os exemplos em (1):

	QUANTIDADE
1 ^a . Pedro tem <i>pouco</i> dinheiro.	algum (quase nada) (↓)
1b. Pedro não tem <i>pouco</i> dinheiro.	bastante (↑)

	POSSE
1c. Pedro tem <i>pouco</i> dinheiro.	algum (insuficiente) (↑)
1d. Pedro não tem <i>pouco</i> dinheiro.	nenhum (↓)

dissertação, no entanto, usamos a expressão *predicado complexo* sempre que nos referimos a um predicado elementar modificado por um operador argumentativo (mesmo que esse predicado elementar

A diferença básica entre o enunciado em (1b) e em (1d) é que, enquanto o primeiro dialoga com um enunciado cuja orientação argumentativa da assertiva é *ter quase nada* [de dinheiro], tendo como *topos* intrínseco a noção de *quantidade*; o segundo dialoga com um outro enunciado afirmativo, cuja orientação argumentativa é distanciada daquela de (1a), e que pode ser configurado como (1c) *ter algum* [dinheiro], cujo *topos* intrínseco envolveria a noção de *posse*.

A hipótese, portanto, seria de que os enunciados em (1b) e (1d) não são iguais, pois os enunciados assertivos a que fazem referência também não são iguais. E aqui, certamente, não cabe a proposta de se dizer que os enunciados são iguais, porém ditos de maneiras diferentes, já que nenhuma língua dispõe de sinônimos perfeitos.

Se em (1a) a afirmação incide sobre a *quantidade* [de dinheiro], em (1b) nega-se justamente a *quantidade pouca* [de dinheiro]. Já no exemplo em (1d), a negação incide sobre *ter dinheiro*, ou seja, nega-se a *posse*; ao passo que em (1c) afirma-se, em contrapartida, essa *posse* [de dinheiro], ainda que seja relativa a uma quantidade pequena.

Faz-se necessário argüir, nesse momento, a natureza de *pouco*, a fim de verificarmos se, nesses casos, constitui o mesmo sentido. Parece que a resposta já está encaminhada, mas vejamos primeiro a descrição da ambigüidade relacionada a *um pouco*.

Os enunciados propostos podem, aparentemente, ratificar a noção de que a negação inverte suas orientações argumentativas, como nos exemplos em (2):

	POSSE
2a. Pedro tem <i>um pouco</i> de dinheiro.	Suficiente (↑)
2b. Pedro não tem <i>um pouco</i> de dinheiro.	Nenhum (↓)

	QUANTIDADE
2c. Pedro tem <i>um pouco</i> de dinheiro.	quase nada, suficiente (↓)
2d. Pedro não tem <i>um pouco</i> de dinheiro.	Muito (↑)

A questão centra-se exatamente no ponto levantado em relação a *pouco*: *um pouco* que leva a *muito* é o mesmo *um pouco* que leva a *nenhum*? Os pares (2a) e (2b) são exemplos relativos à *posse* [de dinheiro], ao passo que (2c) e (2d) envolvem a noção de *quantidade* [de dinheiro]. Podemos dizer, dessa

seja constituído por mais de um elemento, como por exemplo *ter dinheiro*). O escopo da negação incidirá sobre esse anágrama, e não sobre suas partes em separado.

maneira, que as sentenças distinguem-se basicamente por afirmarem ou negarem conteúdos diferentes.

Argumentativamente, os predicados em (2b) e (2d) expressam distinções bastante claras entre suas respectivas assertivas, cujas orientações argumentativas, de fato, serão invertidas. As noções de *quantidade* e de *posse* não são valores objetivos, por isso diferem em termos argumentativos, criando uma lacuna entre as noções de *pouco* (quase nada → algum) e *um pouco* (quase nada → suficiente), bem como entre as noções de *pouco* (quase nada) em (1a), e *um pouco* (suficiente) em (2a) - de qualquer forma, a inversão de orientação argumentativa não deixa de ser verificada em tais casos.

A diferença entre (1a) e (2c) é constituída a partir da orientação argumentativa, porque os operadores *pouco* e *um pouco* são modificadores derrealizantes, e ambos derrealizam *quantidade*. A diferença estabelecida, portanto, deve-se ao fato de *um pouco* ser *atenuante*, enquanto *pouco* é um *inversor*.

Podemos, ainda, estabelecer a seguinte configuração para os pares de exemplos em (1c) e (1d) ou em (2c) e (2d):

POSSE		QUANTIDADE	
P (1c)	¬P (1d)	P (2c)	¬P (2d)
<i>Pouco</i>	<i>não pouco</i>	<i>um pouco</i>	<i>não um pouco</i>
(algum)	(nenhum)	(quase nada)	(muito)
↑	↓	↓	↑

Se assumimos a perspectiva de que temos os elementos *um pouco*₁ e *um pouco*₂, podemos, então, questionar qual a natureza da ambigüidade nos casos aqui estudados; afinal, o mesmo fenômeno parece ocorrer com a dupla *pouco*₁ e *pouco*₂.

Os exemplos em (3), abaixo, também apontam para o problema de chegarmos a duas conclusões distintas a partir de um mesmo predicado aparente. Nesse caso, entretanto, verificamos que justamente a negação determinará o caminho a ser seguido para chegarmos a uma ou outra conclusão. Assim, a "escolha" da conclusão a que podemos chegar não será aleatória, nem tampouco subjetiva, pois será orientada pela sentença afirmativa.

Os enunciados "Eu não tenho um amigo com quem possa contar" podem nos levar às seguintes possibilidades:

- | | |
|---|-----------------|
| 3a. Eu tenho um amigo com quem posso contar. | Um único amigo. |
| 3b. Eu não tenho um amigo com quem possa contar. | Tenho vários. |
| 3c. Eu tenho um amigo com quem posso contar. | Tenho amigo. |

3d. Eu **não tenho** um amigo com quem possa contar. Não tenho nenhum.

O escopo da negação em (3b) incide sobre o elemento *um*, negando especificamente a *quantidade* [de amigos], já o escopo da negação em (3d) recai sobre o predicado complexo *ter amigos*, negando a *posse* [de amigos].

Parece plausível postular que em (3) temos ambigüidade entre *um* (quantificador de unicidade) e *um* (genérico, no sentido de *um qualquer*), apesar de exemplos que podem ser caracterizados por possuir uma ambigüidade semântica ou de escopo, que pode ser capturada pela forma lógica, como o exemplo (4a) *Todos os políticos não são honestos*. Podemos, ainda em relação a (3), imaginar que, na verdade, temos sentenças negativas distintas relacionadas a diferentes assertivas, já que teríamos o item *um* com pelo menos dois significados diferentes.

Podemos dizer então que, no caso dos exemplos em (2) e (3), temos sentenças afirmativas e negativas distintas, já que as negativas "conversam" com afirmativas distintas. A semelhança reside no fato de nos exemplos em (2) e (3) termos, aparentemente, o mesmo elemento *um pouco* e *um*, respectivamente. Entretanto, através da diferença entre as sentenças afirmativas, podemos dizer que temos, na verdade, dois itens em cada par, ou seja, *um pouco*₁ e *um pouco*₂, bem como *um*₁ e *um*₂.

Embora tenhamos uma mesma explicação para a possibilidade de chegarmos a conclusões distintas a partir do mesmo predicado aparente nos exemplos em (1), (2) e (3), outros caminhos parecem igualmente possíveis.

Antes de tentarmos verificar detalhadamente esses caminhos, precisamos descrever os elementos *pouco*₁ e *pouco*₂, *um pouco*₁ e *um pouco*₂ e *um*₁ e *um*₂. Para tanto, deveríamos tentar recuperar a noção de *topoi* intrínsecos ao léxico e postular que esses modificadores e determinantes possuem *topoi* distintos? E mais, deveríamos argumentar que temos aqui sinalizada a constituição de uma ambigüidade lexical? Nossa hipótese é de que duas questões devem ser esclarecidas.

A primeira questiona os modificadores enquanto elementos pertencentes ou não ao léxico. Num primeiro momento, Ducrot parece separar os predicados (palavras com conteúdo lexical) dos modificadores (palavras sem conteúdo lexical). No entanto, Ducrot (1995) arrola como modificadores também os adjetivos, como no exemplo *solução fácil* (em que *fácil* constitui um MR, pois *solução* encaminha-se no sentido de eliminar dificuldades e *fácil* realiza essa orientação argumentativa). Esse adjetivo, certamente, possui conteúdo lexical, inviabilizando a divisão entre predicados e modificadores a partir, simplesmente, da oposição entre ter ou não conteúdo lexical. Resta-nos a alternativa de assegurar que essa distinção é puramente argumentativa, já que o

predicado indica a orientação argumentativa por meio dos *topoi*, e os modificadores afetam essa orientação, ou seja, esses *topoi*.

A segunda questão diz respeito à hipótese de que os modificadores constituem uma ambigüidade lexical; entretanto, devemos salientar que não podemos atribuir a esses modificadores um *topos* intrínseco, uma vez que sua função é alterar a orientação argumentativa do predicado a que se aplicam e, esse sim, possui *topoi* intrínsecos.

Podemos, então, apresentar uma distinção entre duas ambigüidades lexicais: uma que seria a clássica e esse novo tipo, de modificadores.

A ambigüidade clássica - aquela verificada em *banco*, *pena*, *manga* - é a existente em palavras que possuem *topoi* intrínsecos e, conseqüentemente, conteúdo lexical, ou pelo menos, que são tomadas como desencadeadoras dos *topoi* a elas relacionados.

Já a ambigüidade de modificadores e determinantes diz respeito aos elementos que não possuem *topoi* intrínsecos, ou seja, não possuem conteúdo lexical, mas que têm a capacidade de alterar os *topoi* das palavras com conteúdo lexical. Desse modo, essa caracterização distintiva implica dizer que esses têm a possibilidade de alterar, de transformar o conteúdo lexical daquelas.

B) AMBIGÜIDADE SEMÂNTICA OU DE ESCOPO ENVOLVENDO NEGAÇÃO

Olhando para o exemplo em (4), a ambigüidade é capturada pela forma lógica, mas não pela representação sintática. A esse exemplo podem ser atribuídas duas interpretações distintas, dependendo do escopo que conferimos à negação em uma ou outra leitura. A notação de escritura lógica não abre possibilidades para ambigüidades como essa, uma vez que a cada leitura em lógica corresponderia uma forma de escritura distinta, caracterizando uma relação de um para um entre a estrutura lógica e sua possibilidade de interpretação semântica. Sendo **P**= políticos e **H**= honestos, teríamos:

4a. Todos os políticos não são honestos

4b. $\forall(x) [P(x) \rightarrow \neg H(x)]$, cuja interpretação seria:

"Nenhum político é honesto", ou

4c. $\neg \forall(x) [P(x) \rightarrow H(x)]$, cuja interpretação seria:

"Nem todos políticos são honestos, mas pelo menos um o é".

C) AMBIGÜIDADE PRAGMÁTICA ENVOLVENDO NEGAÇÃO

Nos enunciados "João não é muito inteligente", conseguimos pensar em pelo menos três possibilidades de sentido, relacionadas a diferentes tipos de negação:

		TIPO DE NEGAÇÃO
5a. João não é muito inteligente.	É burro.	litotes
5b. João não é muito inteligente.	É um gênio.	metalingüística
5c. João não é muito inteligente.	É apenas inteligente.	polêmica

O escopo da negação em (5a) recai sobre o predicado *inteligente*, negando essa capacidade a *João*, configurando assim um caso de litotes, em que o enunciador diz **B** querendo afirmar **A**, ou seja, ele implica **A** ao dizer **B**. Se considerado o sentido literal, de fato negamos *muito inteligente*, mas querendo implicar que *João é burro*, por meio de um *modificador derrealizante*.

Em (5b) a negação deve ser configurada como um *modificador realizante* em relação ao predicado complexo *muito inteligente* sobre o qual se aplica, constituindo, assim, uma negação metalingüística em que o enunciador aceita que *João é muito inteligente*. Dessa forma, aceita-se a orientação argumentativa dada pela sentença afirmativa, apesar de os termos utilizados pelo enunciador não serem aceitos, pois *João* passa a ser descrito como um *gênio*. Já em (5c), o escopo de *não* estaria incidindo sobre *muito*, constituindo uma negação polêmica, porque refuta a afirmação do enunciador, caso em que teríamos a negação como um *modificador derrealizante*.

Se pensarmos em escalas, teremos uma ambigüidade particular neste exemplo, uma vez que a negação "literal" polêmica e a litotes orientam no mesmo sentido (nesse caso, para baixo) na escala argumentativa. A negação metalingüística irá caracterizar-se de maneira particular, recusando a expressão *muito inteligente* e fazendo com que a orientação argumentativa seja para cima. Essa possibilidade para cima só é encontrada no uso específico da negação metalingüística, o que nos permite dizer que a ambigüidade da negação é derivada da orientação para baixo na escala argumentativa.

Analisemos um caso envolvendo a pressuposição como possibilidade de ambigüidade da negação relativa à pragmática em um exemplo em que foi empregado o verbo factivo *arrepender-se*, justamente porque esse verbo pode ser categorizado como *desencadeador de pressuposição* (Levinson, *op.cit.*). Dessa maneira, tenderíamos a interpretar

(6a) Não me arrependo de ter votado em FHC³,

considerando o pressuposto de que o enunciador de fato tenha votado em FHC, principalmente se levamos em conta que o exemplo está descontextualizado. Com isso, podemos configurar duas possibilidades de sentido para (6a):

S₁: porque ele faz um bom governo: caso em que o enunciador estaria negando o posto - a possibilidade de arrependimento -, e não o pressuposto - *ter votado em FHC* -, o que constitui uma negação polêmica.

S₂: porque não votei: neste caso, teríamos uma negação metalingüística, em que os termos do enunciador da assertiva são negados. O escopo da negação em S₂ incide sobre *ter votado*, que constitui seu pressuposto, anulando-o.

A ambigüidade pressuposicional de (6a) deriva, então, do escopo tomado pela negação. Em S₂, o *não* incide sobre o pressuposto, caso em que temos uma negação metalingüística, pois nega o conhecimento compartilhado entre os interlocutores em relação a esse pressuposto. Em S₁, o *não* incide sobre o posto, caso em que temos uma negação polêmica; nessa medida, a ambigüidade é caracterizada como pragmática porque depende do conhecimento compartilhado pelos interlocutores, determinante da aceitação do pressuposto.

Aparentemente, teríamos um problema em S₂, pois essa segunda interpretação teria o seu pressuposto negado, contrariando assim o postulado pela Teoria da Argumentação na Língua. Entretanto, Ducrot chama a atenção para essa possibilidade, em que os diferentes tipos de negação seriam responsáveis pela explicação da ambigüidade.

Gazdar (1979) propõe que, em contextos determinados, a pressuposição pode ser anulada, possibilitando-nos manter a perspectiva de unidade semântica da negação. Dessa maneira, não seria a semântica que anularia o pressuposto, por meio da negação, mas sim a pragmática. Sua proposta é de que o pressuposto pode vir expresso na própria sentença e, por isso mesmo, pode ser anulado por ela, se o contexto assim indicar.

Essas considerações explicitam, então, que os pressupostos são determinados pelo contexto - o que vale dizer que são elementos pragmáticos - e que as crenças compartilhadas pelos interlocutores são relevantes para essa determinação. Qual seria, então, o contexto da pressuposição e o da implicação?

Determinados pressupostos são mobilizados a partir das noções envolvidas em *contexto* e *conhecimento compartilhado* enquanto elementos pragmáticos que autorizam a mobilização de determinados pressupostos. Podemos dizer que o contexto pressuposicional abarca um conjunto de possibilidades que podem ser verificadas de acordo com um enunciado X,

³ Exemplo baseado em Levinson (*op.cit.*).

determinando qual dessas possibilidades deve ser considerada na enunciação, porque temos determinadas possibilidades às quais outras podem ser incorporadas, eliminando, em casos como o exemplo de Gazdar, aquelas mais esperadas e considerando uma que, em princípio, pode ser tida como mais surpreendente.

O contexto de implicação constitui-se a partir da veracidade ou não de suas proposições, sendo exatamente esse caráter veritativo que determinará a implicação ou não de determinado efeito de sentido a partir do enunciado dado.

Dessa forma, a ambigüidade de sentenças como "Não me arrependo de ter votado em FHC" deriva de fatores contextuais, pragmáticos, o que em suma não acarretaria problemas à teoria argumentativa ducrotiana, por trabalhar com semântica e pragmática enquanto disciplinas interligadas.

Tomemos o seguinte exemplo para aprofundar nossa discussão acerca da ambigüidade contextual das pressuposições:

7a. Os benefícios do Plano Real não são fáceis de ver.

S₁: porque não existem: nesse caso negamos o pressuposto de que existem benefícios oriundos do plano econômico do governo federal, constituindo uma negação metalingüística.

S₂: porque são poucos: caso em que negamos o posto, pois não concordamos que os benefícios do Plano Real sejam muitos; constituindo, então, uma negação polêmica, uma vez que não explicitamos a negação do reconhecimento de algum benefício oriundo do plano, mas também não concordamos com os termos com que o interlocutor efetivou seu enunciado.

Analogamente, o exemplo de Ducrot (1977) sobre o enunciado atribuído ao ex-presidente Johnson, dos Estados Unidos, também trabalha com a noção de pressuposição enquanto entidade pragmática ligada ao contexto. O aspecto mais interessante, entretanto, em casos como esse, deve-se ao fato de que os pressupostos mobilizados serão inteiramente distintos em um ou outro caso, pois são diretamente dependentes do conhecimento compartilhado entre os interlocutores.

8a. Não serei o primeiro presidente a perder uma guerra.

S₁ Posto: não perderei a guerra.

Pressuposto: nenhum outro presidente perdeu uma guerra.

S₂ Posto: não serei o primeiro a perder.

Pressuposto: perderei a guerra.

A diferença de orientação argumentativa entre S₁ e S₂ faz com que o conteúdo pressuposto seja alterado, isto é, dependendo do conhecimento

compartilhado pelos interlocutores, teremos pressupostos diferentes para o enunciado. Entretanto, não é o pressuposto que determina a orientação argumentativa do enunciado, mas justamente o contrário: é o encadeamento argumentativo pretendido, através do conteúdo posto, que determina o pressuposto.

Tentemos negar o conteúdo posto de S₁ e de S₂. Ao negarmos o conteúdo posto de S₁, teremos a negação de um enunciado negativo, ou seja, [(não) (não perderei)], o que resultará o enunciado afirmativo *perderei a guerra*, deixando intocado o pressuposto de que Johnson será o primeiro presidente norte-americano a fazê-lo. Entretanto, se negamos o conteúdo posto de S₂, ou seja, [(não) (não serei o primeiro a perder)], teremos uma assertiva que afirmará que Johnson será o primeiro presidente norte-americano a perder uma guerra, e será justamente esse o pressuposto que permanecerá inalterado pela negação.

A distinção e determinação dos elementos posto e pressuposto do enunciado (8a) dependerá daqueles elementos pragmáticos que caracterizamos como *contexto* ou *conhecimento compartilhado*. A ambigüidade pressuposicional, resolvida no momento de enunciação pelo contexto, é gerada justamente pela possibilidade de conhecimentos ou crenças que podem variar de indivíduo para indivíduo ou de grupo para grupo, acarretando opiniões distintas, mas não necessariamente contrárias.

Assim, o grupo de norte-americanos para quem os Estados Unidos nunca perdeu uma guerra e nem perderá a Guerra do Vietnã possibilitaria aquilo que Ducrot (1977) denomina interpretação *otimista*. Por outro lado, o grupo caracterizado como *pessimista*, para quem os Estados Unidos já perdeu alguma guerra, justificaria o sentido em S₂, de que Johnson não será o primeiro presidente a fazê-lo. Essa seleção do pressuposto demonstra como se colocam as crenças e o conhecimento compartilhado pelos interlocutores, ao mobilizar o sentido em S₁ e não aquele em S₂, ou vice-versa. Essa mobilização de pressupostos diferentes advém do escopo tomado pela negação, ou seja, advém da negação do posto. Se o escopo recai sobre o predicado complexo *ser o primeiro presidente a perder uma guerra*, teremos o sentido expresso por S₂, [(não) (serei o primeiro a perder)], ao passo que se a negação toma escopo sobre o predicado *perder*, teremos mobilizado o sentido expresso por S₁, [(não) (perderei)].

3. Conclusão

Nossa análise possibilitou a verificação de alguns fenômenos determinantes na questão bastante complexa da ambigüidade relacionada ao escopo da negação. O postulado de haver elementos lexicais distintos nas

sentenças com os termos *pouco* e *um pouco* somente foi possível porque adotamos a perspectiva de dialogismo, porque recuperamos, sempre que necessária, a sentença assertiva de cada negação estudada. Essa hipótese dialógica de termos sentenças assertivas e negativas distintas só se tornou possível pelo pensamento de que temos semântica e pragmática como duas disciplinas inter-relacionadas.

Podemos postular, portanto, que a questão da ambigüidade da negação envolve fatores como:

a) ambigüidade lexical

a₁) **clássica**: envolve palavras com conteúdo lexical, como **manga, banco e pena**;

a₂) **de modificadores**: envolve palavras sem conteúdo lexical, como **pouco₁ e pouco₂, um pouco₁ e um pouco₂**.

b) **ambigüidade semântica ou de escopo**: casos em que o escopo tomado pelo modificador possibilita diferentes sentidos, como "Todos os políticos não são honestos".

c) **ambigüidade pragmática**: envolve diferentes tipos de negação, **polêmica, metalingüística**, pragmaticamente definidas, como em "João não é Muito atenciosamente, inteligente".

Referências bibliográficas

- ANSCOMBRE, J. *Théorie de L'Argumentation, Topoi, et Structuration Discursive*. In: *Revue québécoise de linguistique*. Montreal: v. 18, n. 1, 1989.
- ANSCOMBRE, J. & DUCROT, O. *L' Argumentation dans la Langue*. In: *Langages*, Didier-Larousse, v. 42, 1976.
- DUCROT, O. *Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. *Provar e Dizer: leis lógicas e leis argumentativas*. São Paulo: Global, 1981.
- _____. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. *Polifonia Y Argumentación: Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación Y Análisis del Discurso*. Cali: Universidad del Valle, 1988.
- _____. *Argumentação e 'Topoi' argumentativos*. In: GUIMARÃES, E. (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989a.
- _____. *Les modificateurs déréalisants*. In: *Journal of Pragmatics*, Elsevier, , v. 24, 1995.
- _____. *Teoria da Argumentação - A versão dos Topoi*. Curso UFSC, 1996.
- GAZDAR, G. *Pragmatics: implicature, presupposition, and logical form*. New York: Academic Press, 1979.

- GRICE, H. *Lógica e Conversação*. In: DASCAL, M. (org). *Fundamentos Metodológicos da Lingüística*. Campinas: Edcamp, v. IV, 1982.
- LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MOESCHZER, J. *Argumentation et Conversation*. Paris: Matier, 1985.
- MOURA, H. *Semântica e Argumentação: Diálogo com Oswald Ducrot*. In: *Revista Delta*. São Paulo: Educ, 1998.
- RACCAH, P. *Introduction to 'De-realisng modifiers' by Oswald Ducrot*. In: *Journal of Pragmatics*. Elsevier, v. 24, 1995.

Analisando os indefinidos do tipo *bare plurals* (que não apresentam determinante visível), a autora discute as diferentes interpretações que tais NPs podem assumir, caso seus predicados sejam do tipo *stage-level*, doravante SL (aqueles predicados que tipicamente correspondem a estados temporários - "disponível", "deitado sobre o chão", "grávida" -, e atividades transitórias - "destruindo minha *viola*", caindo escada abaixo) ou *individual-level*, doravante IL (predicados que correspondem a estados mais ou menos permanentes - "não comestível", "inteligente", "ter seis patas", por exemplo).

Assim, Diesing verifica que numa representação lógica, os sujeitos *bare plural* de predicados do tipo SL podem aparecer tanto no escopo nuclear (e ser vinculado ao operador existencial) quanto na cláusula restritiva (e ser vinculado ao operador abstrato *Gen.*). Já os sujeitos *bare plural* de predicados IL podem aparecer somente na cláusula restritiva. Em outras palavras, sujeitos de predicados SL podem aparecer tanto em [Spec, IP] quanto em [Spec, VP], enquanto que os sujeitos de predicados IL só podem aparecer em [Spec, IP]. Vejamos um predicado do tipo SL como *disponível*:

- (3) a. Bombeiros estão/são disponíveis. ("Firemen are available" - Diesing, 1992:17)
 b. $\exists x$ x é um bombeiro \wedge x está disponível
 c. Gen_x [x é um bombeiro] x é disponível

Em (3b) temos a leitura de que *existem bombeiros disponíveis em determinado tempo e lugar*, com o NP indefinido *bombeiros* em escopo nuclear (vinculado ao operador existencial - \exists) ou em VP, segundo a Hipótese do Mapeamento (1). Em (3c) temos a leitura genérica que expressa um atributo a bombeiros que é o de ser, em geral, uma pessoa disponível, ou seja, é uma propriedade, uma característica, do bombeiro ser um indivíduo à disposição para combater o fogo, nesse caso, o NP *bombeiros* está na cláusula restritiva ([Spec, IP]) e é vinculado ao operador *Gen.* Já um predicado IL como *inteligente* teria uma única leitura:

- (4) a. Violeros são inteligentes. ("Violists are intelligent" - Diesing, 1992:18)
 b. Gen_x [x é um violinista] x é inteligente

No caso de predicados IL como *inteligente*, temos a interpretação genérica, ou seja, a de que *violeros* são caracteristicamente pessoas inteligentes, sendo muito difícil (ou até mesmo impossível, nas palavras de Diesing) imaginar um contexto em que (4a) pudesse significar *Existem violeros inteligentes*. Dessa forma, o NP indefinido *violeros* em (4a) ocupa somente a cláusula restritiva ([Spec, IP]), sendo vinculado ao operador *Gen.* (4b).

Partindo da análise que a autora desenvolve, procuramos estendê-la a sentenças com os quantificadores em estudo, tentando, então, verificar a representação semântica dos mesmos juntos aos seus respectivos NPs. Vejamos as sentenças abaixo.

- (5) a. *Todos* os empregados são esforçados. (LDN02 L. 1391)
 b. Gen_x [x é empregado] x é esforçado
 (6) a. *Tudo* os vizinhos são de uma família só. (FLP05 L. 314)
 b. Gen_x [x é vizinho] x é de uma família só
 (7) a. *Toda* mulher é vaidosa.
 b. Gen_x [x é uma mulher] x é vaidosa
 (8) a. *Todo* trabalho é gostoso e bom. (POA18 L. 098)
 b. Gen_x [x é trabalho] x é gostoso e bom
 (9) a. *Toda* mulher tem ventre.
 b. Gen_x [x é mulher] x tem ventre

As sentenças em (5)-(9), exemplos com os quantificadores em estudo, são todas¹ com predicados do tipo IL, e todas apresentam somente a interpretação genérica, tal qual mostra Diesing em (4). Contextos em que a leitura existencial pudesse ocorrer parecem remotos, bem como em *Violeros são inteligentes*. Ou seja, seria muito difícil pensar que de (6a) poderíamos ter um contexto em que a sentença significasse *Existem vizinhos de uma família só*; ou que de (9a) poderíamos ter a interpretação *Existe mulher que tem ventre*.

Como já vimos, sujeitos de predicados IL aparecem (em LF) somente na cláusula restritiva, ou seja em [Spec, IP], vinculados ao operador (invisível) *Gen.*, conforme a Hipótese do Mapeamento. Dessa forma, é possível pensarmos que também os NPs sujeitos das sentenças em (5)-(9), da mesma forma que *Violeros* em (4a), apareçam somente na cláusula restritiva, vinculados ao operador invisível *Gen.* A partir disso, então, e considerando que os operadores quantificacionais em (5)-(9) incidem sobre os NPs sujeitos, podemos tratá-los (os operadores quantificacionais) como [+ *Gen.*], ou seja, que permitem a interpretação genérica. Vejamos agora as sentenças abaixo, com predicados SL, ou seja, que correspondem a estados temporários e atividades transitórias.

- (10) a. *Todas* as crianças estão molhadas. (adaptado de Simões, 1974:60)
 b. $\exists x$ x é criança \wedge x está molhada
 (11) a. *Todas* as roupas estão limpas. (Simões, 1974:62)
 b. $\exists x$ x é roupa \wedge x está limpa
 (12) a. *Todos* os salva-vidas estão disponíveis.
 b. $\exists x$ x é salva-vida \wedge x está disponível
 c. Gen_x [x é salva-vida] x é um indivíduo disponível para ajudar

- (13) a. *Tudo* o pessoal está doente. (CTB08 L. 193)
 b. $\exists x$ *x* é pessoa \wedge *x* está doente
- (14) a. *Todo* professor está disposto a ensinar.
 b. $\exists x$ *x* é professor \wedge *x* está disposto a ensinar
 c. Gen_x [*x* é professor] *x* é um indivíduo disposto a ensinar
- (15) a. *Toda* mulher está maquiada.
 b. $\exists x$ *x* é mulher \wedge *x* está maquiada

As sentenças em (10), (11), (13) e (15) apresentam a leitura existencial como a preferencial. Em (12) e (14), com predicados do tipo *disposto* e *disponível*, verificamos de fato a ambigüidade, com a existência tanto da leitura genérica quanto da existencial, a exemplo de (3a). Conforme já foi colocado, sujeitos de sentenças com predicados SL, ao contrário de sujeitos de sentenças com predicados IL, podem aparecer (em LF) na posição de escopo nuclear ou em [Spec, VP], sendo vinculados ao operador invisível \exists , ou na cláusula restritiva ([Spec, IP]), quando recebem a interpretação genérica, sendo, então, vinculado ao operador *Gen*.

Assim, parece que podemos fazer uma generalização semelhante àquela feita anteriormente com relação às sentenças (5)-(9), só que agora considerando que os quantificadores em (10), (11), (13) e (15) possam ser tratados como [+ \exists], isto é, permitem a interpretação existencial (\exists). Com alguns tipos de predicados SL como *disponível* e *disposto*, com leitura ambígua², o quantificador seria [+ *Gen*], caso o contexto fosse de leitura genérica, ou [+ \exists], no caso de o contexto ser de leitura existencial.

Vimos que as interpretações semânticas dos NPs sujeitos e seus operadores quantificacionais nos dados aqui analisados podem se diferenciar conforme o tipo de predicado que a sentença tenha, se do tipo SL ou IL, levando em conta uma abordagem semântica pautada na Hipótese do Mapeamento. Assim, propomos que NPs sujeitos quantificados de predicados IL permitem somente a interpretação *Gen*., enquanto que NPs sujeitos quantificados de predicados SL permitem, preferencialmente, a interpretação \exists , sendo que alguns tipos de predicados SL (*disponível* e *disposto*, por exemplo), permitem tanto a interpretação *Gen*. quanto a \exists . A seguir, discutiremos os quantificadores em estudo sob o enfoque de uma outra abordagem semântica, tentando, agora, trabalhar com mais uma *feature*, a da especificidade.

² A propósito, por que haveria essa ambigüidade? Essa seria uma questão a se verificar!

³ No turco, NPs objetos com morfologia visível de Caso Acusativo são específicos; caso contrário, ou seja, se o NP não vier marcado por esse Caso, então ele será interpretado como não-específico. (Enç, 1991:4)

2. Especificidade

A visão teórica que utilizamos para analisar o traço de especificidade dos quantificadores em estudo é a desenvolvida por Enç (1991). Observando NPs acusativos³ do turco e NPs do inglês, a autora verifica que apesar da semântica daqueles se diferenciar significativamente da semântica desses, os NPs de ambas as línguas compartilham de uma propriedade semântica que a autora identifica como especificidade. A partir, então, da análise desses NPs, Enç procura fazer generalizações capazes de tratar a especificidade universalmente. Para chegar a definir especificidade em seu trabalho, Enç parte da noção do que é *partitivo*; e para ilustrar essa noção, a autora apresenta uma sentença em turco, conforme vemos abaixo.

- (16) Odam-a birkaç çocuk girdi.
 My-room-Dat several child entered
 'Several children entered my room.'

A sentença em (16) pode ser seguida tanto pela sentença em (17) quanto pela sentença em (18), a primeira com objeto apresentando Caso Acusativo e a segunda não.

- (17) İki kız-i taniyordum.
 Two girl-Acc. I-knew
 'I knew two girls.'
- (18) İki kız taniyordum.
 Two girl I-knew
 'I knew two girls.'

Em (17), *iki kız-i* (com Acusativo) se refere a *duas meninas* que fazem parte do conjunto de crianças que entraram na sala, estabelecido na "proferimento" de (16). A sentença em (18), por outro lado, trata de *duas meninas* excluídas desse mesmo conjunto. Assim, a sentença em (17) seria equivalente a sentença em (19), com o NP partitivo.

- (19) Kız-lar-dan ili-sin-i taniyordum.
 Girl-Pl-Abl. two-Agr-Acc. I-knew
 'I knew two of the girls.'

Em outras palavras, o NP indefinido (objeto direto) de (17) (*iki kız-i* - 'two girl-Acc.') apresenta uma leitura partitiva invisível, e "introduz, no domínio do discurso, elementos de um conjunto previamente estabelecido" (Enç,

1991:6) (o itálico é nosso). Dessa forma, o que estaria em jogo na análise semântica da especificidade de NPs seria a leitura partitiva que se pode estabelecer aos mesmos, dentro de um domínio discursivo maior em que a sentença está inserida.

A abordagem ençiana para a especificidade tem relação com a noção de definitude, entretanto não se confunde com ela. Segundo a autora, tanto os NPs específicos quanto os definidos pedem que seus referentes discursivos estejam ligados a referentes discursivos já estabelecidos. O que distingue essas noções, contudo, é a natureza dessa ligação. Na noção de definitude, a ligação relevante é a *relação de identidade* entre o(s) referente(s) do NP em questão e o(s) referente(s) previamente estabelecido(s) no discurso. Já para a noção de especificidade, o que está em jogo é a *relação de inclusão*, ou seja, o(s) referente(s) do NP deve(m) estar incluído(s) no conjunto do(s) referente(s) anteriormente citado(s). Tomando, por exemplo a sentença em (20)

(20) Cinco crianças chegaram tarde. Elas perderam o ônibus.

verificamos que o pronome *elas* é definido e sua relação com seu antecedente *cinco crianças* é de identidade (os referentes são idênticos). Mas a relação de inclusão também se dá se considerarmos que os referentes de *elas* estão incluídos no conjunto maior dos referentes de *cinco crianças*. Assim, o NP pronome *elas* é também específico. Podemos prever, então, que não deve haver NPs definidos que não sejam específicos, ou seja, é possível afirmar que da relação de identidade também se possa prever a relação de inclusão, pois, parece-nos, todo NP definido é específico, embora a recíproca não seja verdadeira: nem todo NP específico é definido.

Como já vimos em (17) e (18), NPs indefinidos podem ser tanto específicos quanto não específicos, desde que tenham, ou não (respectivamente) interpretação partitiva (não visível); e o turco nos comprova isso exigindo que se marque o NP objeto indefinido com morfema de Caso Acusativo, caso o NP esteja inserido num contexto de interpretação específica. Segundo Enç, há outros NPs objetos indefinidos no turco que exigem morfologia de Caso Acusativo: são os NPs acompanhados pelo operador *every*, conforme vemos em (21a) abaixo. Nesse caso, se o NP não vir marcado por morfema de Caso Acusativo (21b), então a sentença se torna agramatical.

- (21) a. Ali her kitab-*i* okudu.
Ali every book-Acc. read
'Ali read every book.'
b. *Ali her kitap okudu.

Mas, o que estaria determinando a especificidade de um NP universalmente quantificado? Segundo a autora, uma resposta plausível estaria no fato de que em línguas naturais os quantificadores universais quantificam sobre conjuntos já estabelecidos contextualmente. Por exemplo, em (22), a sentença não implica que Sally tenha dançado com todos os homens do mundo, somente com aqueles homens que são contextualmente relevantes, ou seja, que já estão no domínio do discurso. Isto é, já seria de conhecimento comum aos interlocutores que *every man* não pode querer dizer todos os indivíduos do sexo masculino existentes, pois isso seria pragmaticamente impossível. Nesse sentido, a sentença em (22) é equivalente à sentença em (23), com partitivo visível.

- (22) Sally danced with every man.
(23) Sally danced with every one of the men.

Neste sentido, se a quantificação universal se dá sobre conjuntos de elementos já estabelecidos no domínio do discurso, conforme coloca Enç, então NPs que quantificam universalmente são específicos, por tudo que vimos até agora. Dessa forma é que a autora assume que

(24) *Todos os quantificadores são específicos*⁴.

Enç nos mostra, então, que NPs específicos estão ligados a referentes já introduzidos no domínio do discurso por uma relação de inclusão. Ou seja, o que estaria por trás da análise semântica da especificidade de um NP seria a leitura partitiva (invisível). Assim, um NP, para ser específico, deve poder se incluir no conjunto de referentes estabelecidos anteriormente no contexto discursivo. Já um NP não-específico não apresenta essa leitura partitiva.

Como podemos verificar, a idéia de especificidade está fortemente atrelada a de contexto, uma vez que é (a especificidade) uma noção que tem em seu bojo a relação de inclusão no *contexto* discursivo previamente estabelecido, como bem expõe Enç ao longo de seu trabalho. Todavia, a opção por diferentes elementos contextuais parece faltar ou ficar mais claro na abordagem da autora. Sendo assim, acrescentaremos aqui alguma discussão referente a contexto, sem, no entanto, tratá-lo exaustivamente já que não é tópico central desta seção. Apresentaremos apenas algumas noções que instrumentalizarão nossa análise.

Segundo Dubois et. alii (1992:149), "dada uma unidade ou sequência de unidades A, o *contexto* é constituído pelas unidades que precedem ou seguem A e que podem, de uma forma ou de outra, fazer pesar sobre A certas coerções".

⁴ É importante salientar que Enç (1991:3 e 11), contrariamente a Montague (1972), considera NPs do tipo *the child* e *a child* como sendo variáveis e não quantificadores.

Ainda segundo o autor, haveria também a noção de *contexto social* de uso da língua e o *contexto situacional* ou *contexto de situação* que "são os dados comuns ao emissor e ao receptor na situação cultural e psicológica, as experiências e conhecimentos de cada um dos dois".

Teorias semânticas recentes como a *Semântica Dinâmica* têm como principal discussão a questão referente à troca de informações entre os falantes. Segundo esse enfoque, existem dois tipos de informação que são trocadas entre os interlocutores: a *informação sobre o mundo* e a *informação discursiva*. A primeira delas, isto é, a *informação sobre o mundo*, "envolve questões sobre os fatos, processos, indivíduos e objetos do mundo". O segundo tipo de informação (a *discursiva*), "envolve dados sobre o próprio fluxo do discurso e da conversação" (Moura, 1999:67). É na *informação discursiva* onde se delimita os objetos e indivíduos sobre os quais se está falando, e a referência das variáveis discursivas. A anáfora, que "faz parte dos mecanismos que propiciam aos falantes manter o controle sobre o que já foi enunciado, num dado discurso, sobre os itens da conversação (objetos e indivíduos)" (Moura, 1999:67), faz parte, segundo essa abordagem semântica, da *informação discursiva*.⁵

Após esse breve parêntese, retomemos a sentença em (22), agora em (25).

(25) Sally danced with every man.

Vimos que o conhecimento compartilhado atualizaria esse *every man* como um partitivo *every one of the men*, pois seria de consenso entre os interlocutores que, pragmaticamente, Sally não poderia ter dançado com todo homem existente no mundo, mas, sim, com aqueles existentes num contexto de uma festa, por exemplo.

Visto sob esse prisma, o do contexto situacional, ou da *informação sobre o mundo* (uma determinada festa, ocorrida num determinado dia e local), de fato parece muito evidente, nesse caso, não se tratar de todo homem mas apenas os presentes na ocasião festiva, e que dançaram com Sally. Entretanto, analisando a sentença em (25) considerando o contexto (de Dubois) e a *informação discursiva* (*Semântica Dinâmica*) teremos que o NP indefinido *man*, com o quantificador *every*, será específico a esse nível somente se um dos interlocutores tiver mencionado previamente qualquer coisa sobre os convidados do sexo masculino (se for o caso de uma festa!). Obviamente, no caso dessa sentença, o contexto situacional parece ser bastante suficiente para estabelecer uma certa especificidade a *Every man*. Agora, vejamos a sentença em (26).

⁵ Chamamos a atenção para um ponto: parece que a noção de partitivo muito se aproxima da noção de anáfora, uma vez que ambas tratam da questão de o referente estar previamente estabelecido no discurso! Dai mais um motivo para se considerar noções como essa (a da *informação discursiva*) em nossa análise.

(26) *Toda criança precisa de pais.*

Poderíamos imaginar a conversa entre duas pessoas sobre a burocracia existente no processo de adoção de crianças órfãs, e essa sentença ser dita sem a enunciação prévia do referente *criança*, conforme temos em (27) e (28).

(27) Está cada vez mais difícil adotar nesse país!

(28) É, isso é uma pena porque toda criança precisa de pais e se eles facilitassem mais talvez não houvesse tantos orfanatos cheios.

Dessa forma, o NP indefinido com o quantificador *toda* seria não-específico. Diferente da sentença em (22), retomada em (25), nesse caso trata-se de qualquer criança mesmo, pois de fato qualquer criança do mundo precisa de uma família, parecendo, então, que a interpretação partitiva a partir do contexto situacional (conhecimento de mundo) não se daria e também a esse nível não se resgataria a especificidade do NP.

Pensando nisso, é que nos perguntamos se realmente todos os quantificadores seriam específicos como coloca Enç. Parece-nos que os quantificadores em análise, quando seguidos de NPs definidos realmente apresentam leitura partitiva (de inclusão em um conjunto de referentes previamente estabelecidos), sendo, então, específicos. Analisando nossos dados, verificamos, categoricamente, que os quantificadores todos(as), todo(a), tudo quando seguidos de NPs definidos apresentam leitura partitiva, sendo então, conforme a abordagem aqui utilizada, todos específicos. A questão é sobre o quantificador *todo(a)*, que pode anteceder NPs indefinidos ("bare singular"). Até que ponto ele seria realmente específico como estaria afirmando a autora?

Na sentença *Sally dançou com todo homem*, em que se pode estar falando em um contexto situacional de festa, ocorre o que denominamos de pressuposição de existência de *homens* (na festa); além disso, o contexto situacional nos permite uma interpretação partitiva em que *todo homem* esteja incluído em um conjunto de elementos contextualmente relevante, ou seja, *os homens que estavam na festa*. Em *Toda criança precisa de pais*, no entanto, parece-nos que não caberia a interpretação existencial (veja o leitor que se trata de um IL), e nem temos um contexto situacional ou informações sobre o mundo que nos permita incluir o referente *criança* em um conjunto de elementos contextualmente relevante.

Vejamos as sentenças abaixo (retiradas do Corpus VARSUL), com o quantificador *todo(a)* seguido de NP indefinido, analisadas sob esse enfoque da especificidade.

(29) *Todo homem teórico não vale nada.* (POA18 L. 374)

A sentença em (29) está inserida dentro do seguinte contexto discursivo:

Eu não votei no Collor porque achei inclusive que ele era um homem capacitado para o cargo por tratar-se de ser um industrial não é? um homem que conhece, não é um homem teórico. Porque noventa por cento dos políticos são teóricos, e *todo homem teórico não vale nada*.

(30) *Todo trabalho é gostoso e bom.* (POA18 L. 374)

O contexto discursivo em que a sentença em (30) se encontra é o seguinte:

- O senhor é aposentado?
- Não, não sou aposentado. Eu tenho uma lavagem de carpetes. Lavo carpetes e tapetes, e tenho rendas também.
- É bom trabalhar com isso?
- É. *Todo trabalho é gostoso e bom*. Ainda mais quando a pessoa, como eu, que escolheu o que quis, não foi por imposição de nada, eu que achei bom e achei que poderia trabalhar nesse ramo.

(31) *Todo fazendeiro e todo o que tivesse campo e plantava, como hoje, a agricultura hoje aqui é trigo e soja e arroz, naquela época da linhaça não existiam essas plantações aqui.* (SBO11 L. 509)

Encontramos a sentença em (31) no seguinte contexto:

- Eu acabei não perguntando pra ninguém isso, eu vi uma placa que diz assim: São Borja, capital do linho. De que que é isso?
- Mas São Borja foi capital do linho no tempo que não existia cultura de soja nem de trigo aqui que só plantavam linhaça. (...).
- E quem plantava?
- É, *todo fazendeiro e todo o que tivesse campo e plantava, como hoje, a agricultura hoje aqui é trigo e soja e arroz, naquela época da linhaça não existiam essas plantações aqui*.

Analisando o dado (29), podemos dizer que o NP indefinido *todo homem teórico* pode ser específico se considerarmos que o mesmo pode vir referido anteriormente no conjunto dos políticos. De qualquer forma, temos que atentar para o fato de esse conjunto (o dos políticos) ser menor do que aquele (o dos homens), o que seria, nos parece; um complicador a esse processo de especificidade que é de inclusão!

O NP indefinido *todo trabalho* ((30)), nos parece, é não-específico à medida em que não se pode inclui-lo no referente de um conjunto previamente estabelecido no contexto ou informação discursiva. Ao que nos parece, quando o falante se refere a *todo trabalho* ele está querendo falar de todo trabalho possível, diferente do contexto situacional em que se dá a sentença em (25)

(*Sally danced with every man*) em que pragmaticamente só poderíamos estar nos referindo aos homens que estavam efetivamente na festa em discussão e com quem Sally dançou.

Da mesma forma, o NP *todo fazendeiro* ((31)) também é não-específico no sentido em não pode ser incluído em um conjunto de elementos previamente estabelecidos no contexto lingüístico e nem há informação suficiente sobre o mundo para que o interlocutor remeta esse NP a um conjunto de elementos estabelecidos no contexto situacional (como é o caso do contexto situacional *festa já visto em (25)*).

Como já dissemos, no caso dos quantificadores *todos(as)/todo(a)/tudo*, seguidos de NPs definidos (analisados nesse estudo), a marca de especificidade foi categórica, corroborando o fato de que NPs definidos são todos¹ específicos. Nesse caso, a relação de inclusão (leitura partitiva) no conjunto de elementos previamente estabelecidos no contexto discursivo (e aqui nos referimos ao contexto lingüístico mesmo), sem precisar recorrer ao contexto situacional, ou informações sobre o mundo, é claramente identificável. Vejamos alguns exemplos que ilustram isso.

(32) Eu lembro das minhas *professoras*, eu lembro. Eu não tive professora rígida, não. Eu acho que *todas elas ficavam dentro do seu papel*. (LDN01 L. 138)

(33)- Como é que são as tuas *irmãs*? São assim parecidas com você, como é que é?

- Não são bem parecidas não. Quem parece mais comigo é o meu irmão caçula. ele é loiro, né? do olho azul. *As minhas irmãs são tudo morena*. (LDN02 L. 878)

(34) É, porque é o seguinte: o primeiro filho, se fosse mulher era Neusa, se fosse homem era Leonel. Que nós sempre fomos muito ligados ao Brizola. Uma vez lá na estância perguntaram pro Doutor Goulart que tal era o *peessoal* dele com relação ao Brizola porque havia uma separação. E pensou, depois disse: numa eleição, aqui em casa eu perco. Que *todo o pessoal é brizolista*. (SBO01 L. 285)

Em (32), verificamos que *todas elas* se incluem no conjunto dos elementos *professoras*, já estabelecido no discurso; assim se dá com (33) e (34), em que o conjunto dos elementos *tudo as minhas irmãs* e *todo o pessoal* está incluído no conjunto dos elementos *irmãs* e *o pessoal*, respectivamente.

Com base, então, na abordagem ençiana de análise da especificidade de NPs, a partir da qual analisamos nossos dados, pudemos trazer algumas evidências empíricas de que o quantificador *todo(a)* seguido de NP [- definido] pode ser não-específico. Assim, a hipótese inicial que lançamos, ou seja, a de que o quantificador *todo(a)* não receberia interpretação categórica para

especificidade como os outros quantificadores em análise, nos parece, a princípio, corroborada, o que nos leva a supor que ou a hipótese de que *todos os quantificadores são específicos* precise ser reconsiderada, ou que o item em questão não seja um quantificador universal em potencial da mesma forma que os outros (*todos(as)/tudo/todo(a) + NP [+defn.]*).

Contudo, frente à lógica da asserção ençiana sobre o fato de que "em línguas naturais, alguns NPs introduzem elementos no domínio discursivo e outros quantificam sobre eles, [ou seja], nenhum NP introduz novos referentes e quantificam sobre eles ao mesmo tempo" (p.11), parece-nos que a hipótese que mais se viabiliza é a de que é o item em discussão que não apresenta realmente um comportamento de quantificador universal mas apenas de operador. Caso contrário, como poderíamos explicar, então, o fato de que esse mesmo item introduz o novo e quantifica sobre ele concomitantemente?. De uma forma ou de outra, propomos que o operador (*todo(a)* seguido de NP indefinido), por não receber interpretação específica categórica da mesma forma que *todos(as)/tudo/todo(a) + NP* definido, seja analisado como não-marcado para especificidade.

3. Considerações Finais

A análise aqui desenvolvida mostra como os quantificadores *todos(as)/tudo/todo(a)* se comportam distintamente, conforme o tipo de predicado da sentença em que aparecem. Vimos que se o predicado da sentença for SL, então o quantificador e seu NP recebem leitura existencial, ou seja, são vinculados (em LF) ao operador \exists . Mas se o NP quantificado for sujeito de uma sentença com predicado IL, aí o quadro se altera, com o quantificador e seu NP passando a ser vinculado (em LF) ao operador abstrato Gen., não recebendo interpretação existencial.

Outro ponto que podemos comentar refere-se à nossa hipótese inicial de que o operador *todo(a)*, do tipo *Toda mulher tem ventre (todo 1)* (em contraste com *Todo o pessoal é brizolista - todo 2*), mostraria um comportamento diferente ao dos outros operadores com relação ao traço *especificidade*. Nossa expectativa (ainda olhando para os dados) era a de que, diferente dos outros operadores (*todos/tudo/todo2*), *todo 1* fosse [- específico]. Assim, pudemos mostrar algumas evidências de que o operador do tipo *todo 1* parece se comportar como não-marcado para essa *feature* (podem ou não apresentar leitura específica), o que nos leva a propor que esse operador não receba o estatuto de quantificador universal como *todos/tudo/todo2* (que quantificam sobre NPs já dados no contexto discursivo) mas apenas de operador.

Parece-nos que uma outra evidência de que *todo1* não receberia status de quantificador universal estaria na discussão levantada por Longobardi (1994). Segundo o autor, "uma 'expressão nominal' é um argumento somente se

introduzida por uma categoria D" (p. 620), pois é a posição D que define o significado dos NPs com relação a número (singular e plural). Assim, se considerarmos que a "expressão nominal" que está no escopo de *todo 1* não é antecedida por um determinante, então a mesma não seria um argumento, talvez um predicado. E um problema, então, se coloca: Um operador pode quantificar sobre algo que não é um argumento (que não é interpretado numericamente)? Acharmos que não, pois segundo nos parece somente algo que pode ser apontado no mundo é que poderia receber quantificação. Mas isso é assunto para outro trabalho.

Vimos que uma sentença como *Toda criança precisa de pais*, com predicado IL, sem leitura existencial, não pode ter seu caráter específico resgatado nem pelo contexto situacional (informações sobre o mundo). No caso de *Sally danced with every man* ou *Toda mulher está maquiada* (predicado SL), com leitura existencial, o resgate do referente de *every man* e *Toda mulher* é possível através de informações sobre o mundo e que os falantes compartilham (por exemplo, homens e mulheres em uma festa). Parece-nos, então, que poderia haver alguma relação entre o fato de o predicado ser do tipo IL (sem interpretação existencial) e a não especificidade do *todo 1*. Evidentemente que uma análise quantificacional daria maiores evidências quanto a isso.

Em suma, assumindo-se em linhas gerais o quadro teórico de Diesing (1992) que trata, entre outras coisas, da Hipótese do Mapeamento para verificar as possíveis interpretações semânticas dos NPs indefinidos e quantificacionais, e o quadro teórico de Enç (1991) sobre a semântica da especificidade, obtemos o seguinte resultado, abaixo esquematizado.

	SL	IL	ESPECIFICIDADE	EXEMPLO
<i>Todos(as)</i>	[+ \exists]	[+Gen.]	Mais marcado	5;10;39
<i>Tudo</i>	[+ \exists]	[+Gen.]	Mais marcado	8;13
<i>Todo(a) 2</i>	[+ \exists]	[+Gen.]	Mais marcado	41
<i>Todo(a)1</i>	[+ \exists]	[+Gen.]	Mais marcado	7;9;14;26;29;31

Referências bibliográficas

- DIESING, M. *Indefinites*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1992.
 DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1992.
 ENÇ, M. The Semantics of Specificity. *Linguistic Inquiry*, v. 22 n. 1, 1991. p.1-25.

LONGOBARDI, G. Reference and Proper Names: a Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form. *Linguistic Inquiry*, v. 25 n. 4, 1994. p. 609-665.

MOURA, H. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 1995.

OS ACARRETAMENTOS DE INTERPRETAÇÃO VERBAL

Teresa Cristina WACHOWICZ (UFPR)

RESUMO: Um estudo sobre acarretamentos verbais - tipo de inferência deduzível logicamente - requer uma investigação em variadas teorias de eventos e suas possíveis opções de temporalização. Nesse sentido, podemos considerar três vertentes de referências: a) a teoria de eventos e a aplicação do tempo; b) a teoria de conjuntos e a temporalização de modelos; c) a teoria de operação em intervalos de tempo.

Palavras-chave: acarretamento; evento; temporalização

ABSTRACT: A study about verbal entailments (logical inferences) needs a investigation in many event theories and their possible temporal readings. Then, we consider three types of references: a) the event theory and the application of time; b) the set theory and the model with time representation; c) the theory of operation in time stretches.

Key words: entailments; event; temporal readings

Os acarretamentos são tipos de inferências que podem ser deduzidas logicamente. A palavra "acarretamento" quer dizer "o ato de carregar ou transportar junto". Logo, o acarretamento entre sentenças acontece quando, do significado de uma primeira sentença, pode-se extrair formalmente o significado de outra¹. A sentença (1 a) e (2 a), como exemplos preliminares, acarretam respectivamente (1b) e (2b):

- (1) a. Maria correu no parque.
b. Maria esteve correndo no parque.
- (2) a. João correu no parque.
b. Alguém correu no parque.

O acarretamento é caracterizado pela implicação entre sentenças (\rightarrow). Em outras palavras, tomando as regras de condição de verdade para a implicação, se uma proposição é verdadeira, seu acarretamento também é verdadeiro. O raciocínio inverso não é necessariamente o mesmo. Isso pode ampliar o conceito: acarretamento é uma relação entre sentenças cujas fórmulas

¹ Há outros tipos de inferências, tais como a derivada de significado lexical (sustentadas, por exemplo, pela relação de hiponímia, antonímia, etc.), a pressuposição e a implicatura, as quais não derivam da estrutura da sentença, tal como no acarretamento (CANN(1991)).

estão associadas pela implicação. Essa implicação constrói uma tautologia, ou seja, as fórmulas serão sempre verdadeiras, independentemente das denotações de suas partes.

O símbolo do acarretamento é comumente o “ \vdash ”. Cann (1991) apresenta, formalmente, a definição de acarretamento em (3):

(3) Acarretamento: $S_1 \vdash S_2$ se e somente se $S'_1 \rightarrow S'_2$ é uma tautologia.

onde S'_1 e S'_2 representam os significados (ou as fórmulas) de S_1 e S_2 .

Para vermos como isso funciona, tomemos o exemplo (2). Numa lógica de predicados de primeira ordem, em que o símbolo ‘ representa a entidade lógica, e não a expressão lingüística, a sentença (2b) pode ser deduzida de (2a) através de uma checagem inversa de derivação, explicitada em (4):

- (4) 1) (correu-no-parque'(joão'))
 = João correu no parque.
 2) $\exists x$ (correu-no-parque'(x)) (joão')
 3) $\exists x$ (correu-no-parque'(x))
 = Alguém correu no parque.

Se a variável x não tem nenhuma instanciação em 4.3), ela pode ser realizada pela expressão “alguém”². E se (4) apresenta uma derivação inversa de uma mesma sentença, as diferentes etapas de derivação são significados de uma mesma sentença. Então, no esquema de Cann, $S_1 = \text{João correu no parque}$ e $S_2 = \text{Alguém correu no parque}$:

- (5) $\text{João correu no parque} \vdash \text{Alguém correu no parque}$
 se e somente se
 (correu-no-parque-ontem'(joão')) $\rightarrow \exists x$ (correu-no-parque-ontem'(x))
 que é uma tautologia.

O exemplo (2) mostra um tipo de acarretamento que ocorre a partir de interpretações de quantificadores. No entanto, o exemplo exposto em (1) mostra um tipo diferente. (1b) é deduzida formalmente da interpretação de (1a), notadamente no que se refere à leitura de tempo e aspecto da expressão verbal. Outra série de exemplos diversifica esse tipo de acarretamento:

(6) a. Maria está correndo.

² Essa substituição acontece se, por algum mecanismo de leitura temática da sentença, prevê-se um sujeito animado e humano. Em outros casos, poderiam surgir pronomes do tipo “algu”, “alguma coisa”, etc.

b. Maria tem corrido.

(7) a. Maria tem corrido.

b. Maria corre.

(8) a. Maria vai correr no parque.

b. Maria estará correndo no parque.

(9) a. Maria corria no parque.

b. Maria estava correndo no parque.

Seguindo a classificação aspectual proposta por VENDLER [1967] (retomada em inúmeras referências de abordagem de tipologia de sentenças a partir da leitura verbal³), as sentenças em língua natural se dividem em quatro tipos: estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*. A grosso modo, os estados e as atividades têm denotações homogêneas, em intervalos de tempo contínuos, sem transformações. A denotação de uma sentença estado, por exemplo, é uniforme em seu intervalo de tempo. Ou seja, qualquer subintervalo desse intervalo denota o mesmo estado (10). O mesmo acontece com sentenças atividade (11).

Já as sentenças *accomplishments* e *achievements* não possuem essa homogeneidade. Uma sentença *accomplishment*, como (12), denota o desenvolvimento de uma atividade rumo a uma culminação, sem que essa culminação necessariamente ocorra. E uma sentença *achievement*, como (13), denota uma transformação pontual, como se houvesse uma mudança de estado:

- (10) João parece cansado. (estado)
 (11) João trabalha com as mãos. (atividade)
 (12) João construiu a casa. (*accomplishment*)
 (13) João venceu a corrida. (*achievement*)

Os exemplos (1), e (6) a (9) - tomados como acarretamentos de leitura verbal - sugerem sentenças de atividade. No entanto, a presença de advérbios regidos pela preposição “até” modifica as sentenças para *accomplishments*, provocando um fenômeno de “mudança de tipo” (ou *type-shifting*, BACH[1986]). Assim, o acarretamento previsto em (1) já não é mais possível em (14):

- (14) a. Maria correu até o parque.
 b. Maria esteve correndo até o parque.

³ DOWTY[1979], VERKUYL[1989], PUSTEJOVSKY[1991], GODOI[1995], etc..

Outros fatores também são determinantes na mudança de tipos de sentenças: os advérbios durativos; a estrutura de sintagmas nominais em posição de objeto ou em posição de sujeito; a construção com progressivo, etc..

Dada essa variabilidade de tipos de sentenças e dado o possível tratamento de acarretamentos dependentes de leitura verbal - no que se refere ao tempo e ao aspecto -, nosso objetivo, neste trabalho, passa a ser o de apontar caminhos para explicar os acarretamentos verbais condicionados aos diferentes tipos de sentenças.

Optar por um estudo que se preocupe com acarretamentos que dependam de classificação de sentenças em suas interpretações aspectuais e temporais significa, pelo que os textos da área nos sinalizam, investigar a princípio as variadas propostas das teorias de eventos e as possíveis maneiras de se proceder à temporalização desses eventos. Nesse sentido, podemos considerar, por enquanto, três vertentes de referências: a) a teoria de eventos e a aplicação do tempo; b) a teoria de conjuntos e a temporalização de modelos; c) a teoria de operação em intervalos de tempo.

1. A teoria de eventos e a aplicação do tempo.

Uma teoria de eventos, mais do que tomar situações ou estados de coisas como objeto de análise, cria, no nível da representação, uma variável evento (e) para organizar relações entre entidades que estão sendo representadas.

DAVIDSON [1980] foi quem inicialmente introduziu a noção de evento na teoria semântica. Seu ponto de partida intuitivo baseia-se em dados linguísticos que revelam uma "individualização" para os significados das sentenças. As relações anafóricas das sentenças (15) e (16) revelam suas intuições:

(15) Pedro quebrou o prato. *Isso* irritou sua mãe.

(16) Marcos deixou o emprego. Marcelo fez o mesmo.

Os anafóricos *isso* e *o mesmo* não se referem a indivíduos do mundo, mas sim a "eventos" que encerram os significados das sentenças anteriores.

Dado o ponto de partida intuitivo, os pressupostos de Davidson para uma teoria de eventos são genericamente os seguintes: 1) o evento é uma entidade semântica representacional que traduz os significados das sentenças; 2) se o evento é uma entidade, ele é individualizável, e o significado da sentença será definido no escopo de uma variável argumento e.

A tradução de uma sentença consiste, então, de três elementos básicos: o argumento evento e, uma propriedade desse evento e um conjunto de papéis temáticos, que estabelecem as relações entre os indivíduos envolvidos no evento.

Seguindo mais fielmente à formulação apresentada por LARSON & SEGAL[1997], a sentença (17a), por exemplo, tem seu significado traduzido em (17b):

(17) a. Marcos visitou Marcelo.

b. $\exists e[\text{visitar}'(e) \wedge \text{agente}(e) = \text{marcos}' \wedge \text{tema}(e) = \text{marcelo}']$

em prosa: Existe um evento e tal que esse evento é de visitar, e o agente de e é Marcos, e o tema de e é Marcelo.

PARSONS[1990], baseando-se em Davidson, toma como preocupação central a distinção entre as sentenças "estativas", como (18), e as sentenças "eventivas", como em (19):

(18) João gosta de doce.

(19) Cris chegou tarde.

Como diferenciar estados de eventos? Parsons propõe que verbos estativos e eventivos se distingam a partir de significados de "realização" (*holding*) e "culminação" (*culmination*). Em (19), há o desenvolvimento de uma ação que culmina em um determinado ponto; em (18), não há desenvolvimento nem culminação, o que há é um evento que não evolui, só se realiza. Na representação formal, Parsons introduz os predicados **hold**(e) e **cul**(e) na tradução das sentenças estativas e eventivas, respectivamente. (18) e (19) ficariam traduzidas em (18') e (19'):

(18') $\exists e[\text{gostar}'(e) \wedge \text{agente}(e) = \text{joão}' \wedge \text{tema}(e) = \text{açúcar} \wedge \text{hold}(e)]$

(19') $\exists e[\text{chegar}'(e) \wedge \text{agente}(e) = \text{cris}' \wedge \text{tarde}'(e) \wedge \text{cul}(e)]$

Com relação à aplicação do tempo em sentenças estativas e eventivas, tal como foi apresentado por Parsons, LARSON&SEGAL[1997] propõem que uma variável de tempo t se una à variável evento na tradução das sentenças. Hold(e) e Cul(e) passam a ser predicados binários - de dois argumentos: e e t. Os significados (18') e (19') ficariam assim "temporalizados":

(18'') $\exists t \exists e[\text{gostar}'(e) \wedge \text{agente}(e) = \text{joão}' \wedge \text{tema}(e) = \text{açúcar} \wedge \text{hold}(e,t)]$

(19'') $\exists t \exists e[\text{chegar}'(e) \wedge \text{agente}(e) = \text{cris}' \wedge \text{tarde}'(e) \wedge \text{cul}(e,t)]$

Na tentativa de visualizar a dedução formal dos acarretamentos dependentes de leitura temporal, questionamo-nos se não haveria uma saída lógica para relacionar variáveis de tempo (t) entre sentenças para daí chegar até

os acarretamentos. Isso nos parece um campo de investigação interessante. Quer dizer, muito mais do que simplesmente anexar a variável t às representações das sentenças, parece evidente que, para efetuar acarretamentos, necessita-se de um aparato lógico mais apropriado para a leitura do tempo e de relações temporais.

2. A teoria de conjuntos e a temporalização de modelos.

Se assumimos uma variável evento e para traduzir os significados das sentenças, também podemos pensar em algum tipo de relação entre eventos previstos em um modelo teórico. Quer dizer, além de usar a variável evento para traduzir sentenças, podemos organizar algebricamente os possíveis eventos de nossa análise.

Na lógica matemática, mais especificamente na teoria de conjunto, a álgebra dispõe-se a descrever as leis que relacionam elementos de um conjunto ou mesmo leis entre diferentes conjuntos. Um modelo algébrico, portanto, relaciona entidades de um conjunto. Se eventos são entidades representacionais, pode-se prever um conjunto que organize os eventos de um determinado modelo teórico.

LINK [1997] propõe um modelo algébrico para representar não só indivíduos envolvidos em eventos como também as instanciações temporais correspondentes a esses eventos.

Começemos pelos indivíduos. Em LINK [1983], há a apresentação de um modelo algébrico para indivíduos. Em termos filosóficos, construiu-se um modelo para dar conta da semântica de indivíduos extensionais, notadamente de indivíduos plurais e de massa.

No modelo de mundo, ou conjunto universo - E -, há um subconjunto A de indivíduos atômicos. Ao sofrerem a operação de pluralização, os indivíduos atômicos, ou singulares, geram "somadas" em um conjunto parcialmente ordenado - simplificadamente, um reticulado. O domínio A é formado por indivíduos atômicos e suas somas.

Para dar conta dos termos de massa, a teoria de Link prevê o conjunto D , das porções de matéria que constituem os indivíduos. D é subconjunto de A e é resultado de uma função h , que toma elementos de E e resulta nos elementos de D : o conjunto das porções de matéria, ou quantidades de substância que formam os indivíduos.

A idéia geral é a seguinte: os indivíduos atômicos organizam-se em reticulados - no domínio A -, e suas porções de matéria organizam-se em reticulados - no domínio D . Logo, $D \subseteq A \subseteq E$. O modelo teórico fica representado pelo quádruplo $B = \langle E, A, D, h \rangle$.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado a conjuntos que organizam eventos (idéia inicialmente apresentada por BACH [1986]), e seus tempos e

espaços correspondentes. Em LINK [1997], o modelo B , de LINK [1983], é ampliado para englobar o domínio das entidades evento. Então, o modelo para a linguagem de representação baseada em eventos assume agora a forma $M = \langle A, E, T, H, R, \tau, \sigma \rangle$, onde:

A = domínio de indivíduos.

E = domínio de eventos.

T = domínio de períodos de tempo.

H = domínio das regiões espaciais.

$R = \{\rho_1 \dots \rho_n\}$ conjunto dos papéis temáticos.

τ = função temporal que leva elementos de E para T .

σ = função espacial que leva elementos de E para H .

O modelo M , efetivamente, amplia a capacidade de representação em relação ao modelo B , de LINK [1983]. Em M , o conjunto A inclui todas as possíveis denotações de termos do domínio nominal (plurais, termos de massa, nomes comuns, genéricos, etc.). A terminologia E passa a ser, agora em outra representação, o conjunto das denotações para o domínio verbal. Os conjuntos T e H contêm as instanciações temporais e espaciais dos eventos contidos em E , respectivamente resultado das funções τ e σ . Cada evento e de E tem um conjunto correspondente de papéis temáticos. Os elementos de A , E , T e H estão relacionados sob tipos específicos de reticulados.

Dada a temporalização do modelo proposto por LINK [1997], nosso intuito é investigar de que maneira se podem construir representações dos acarretamentos de leitura temporal definidos como objeto de estudo neste trabalho.

3. A teoria de operação em intervalos de tempo.

Uma referência em especial nos suscitou atenção por apresentar um recurso teórico diferenciado das outras "teorias de eventos" comumente encontradas: LEITH & CUNNINGHAM [1997]. Os autores propõem uma representação de significados de sentenças com base em operadores que combinam intervalos de tempo, sem lançar mão da variável evento e . Essas combinações resultam em informações de diferentes categorias linguísticas, tais como o aspecto progressivo, o aspecto perfectivo, advérbios temporais introduzidos por preposições como "depois de", "em", "no fim de", etc..

Tomando o intervalo de tempo atual, ou corrente, ou de fala, como unidade primeira, há catorze posições relativas entre intervalos de tempo, que são definidas sintaticamente pelos respectivos operadores. Esse pressuposto

teórico é tirado de HAPERIN & SHOHAM [1986]. A tabela abaixo elucida as possíveis posições relativas de intervalos de tempo:

intervalo corrente (i.c.) = _____		
Operador	Função	posição relativa ao intervalo corrente
$\langle L \rangle_{\varphi}$	anterior ao i.c.	_____
$\langle A \rangle_{\varphi}$	adjacente ao começo do i.c.	_____
$\langle O \rangle_{\varphi}$	Sobrepondo o começo de i.c.	_____
$\langle E \rangle_{\varphi}$	terminado pelo i.c.	_____
$\langle D \rangle_{\varphi}$	incluindo o i.c.	_____
$\langle B \rangle_{\varphi}$	começo do i.c.	_____
$\langle \underline{B} \rangle_{\varphi}$	começado no i.c.	_____
$\langle \underline{D} \rangle_{\varphi}$	duração no i.c.	_____
$\langle \underline{F} \rangle_{\varphi}$	final do i.c.	_____
$\langle \underline{O} \rangle_{\varphi}$	Sobrepondo o fim de i.c.	_____
$\langle \underline{A} \rangle_{\varphi}$	adjacente ao fim de i.c.	_____
$\langle L \rangle_{\varphi}$	posterior ao i.c.	_____
$[[BP]]_{\varphi}$	começo punctual de i.c.	•
$[[EP]]_{\varphi}$	fim punctual de i.c.	•

O símbolo φ é a notação da sentença cujo intervalo de tempo é representado pelo operador correspondente.

Outra idéia da teoria é que alguns operadores são primitivos, e outros, derivados. Os primitivos são: $\langle B \rangle_{\varphi}$, $\langle \underline{B} \rangle_{\varphi}$, $\langle E \rangle_{\varphi}$, $\langle \underline{E} \rangle_{\varphi}$, $\langle A \rangle_{\varphi}$, $\langle \underline{A} \rangle_{\varphi}$. Os derivados vão se originar de combinações entre os operadores primitivos:

$$\begin{aligned} \langle L \rangle_{\varphi} &= \langle A \rangle_{\varphi} \langle \underline{A} \rangle_{\varphi} \\ \langle \underline{L} \rangle_{\varphi} &= \langle \underline{A} \rangle_{\varphi} \langle \underline{A} \rangle_{\varphi} \\ \langle D \rangle_{\varphi} &= \langle B \rangle_{\varphi} \langle E \rangle_{\varphi} \\ \langle \underline{D} \rangle_{\varphi} &= \langle \underline{B} \rangle_{\varphi} \langle \underline{E} \rangle_{\varphi} \\ \langle O \rangle_{\varphi} &= \langle \underline{E} \rangle_{\varphi} \langle B \rangle_{\varphi} \\ \langle \underline{O} \rangle_{\varphi} &= \langle B \rangle_{\varphi} \langle \underline{E} \rangle_{\varphi} \end{aligned}$$

O que LEITH & CUNNINGHAM [1997] fazem, na verdade, é propor o acréscimo do operador modal [D], de necessidade, à teoria de representação temporal de HAPERIN & SHOHAM [1986].

Uma sentença como (20), por exemplo, ganha a representação em (20')

(20) João está comendo uma maçã.

(20')

$\langle \underline{D} \rangle ([D](\text{comer}(\text{joão}, \text{maçã})) \wedge \langle A \rangle ([D](\sim \text{comer}(\text{joão}, \text{maçã}))) \wedge \langle \underline{A} \rangle ([D](\sim \text{comer}(\text{joão}, \text{maçã}))))$

linha do tempo: | a | | b | | c |
| * |

Onde: a = [D](~comer(joão, maçã))

b = [D](comer(joão, maçã))

c = [D](~comer(joão, maçã))

* = agora

A linha do tempo é uma espécie de recurso de representação, proposto por LEITH & CUNNINGHAM [1997], das relações dos intervalos de tempo que se combinam para compor os significados das sentenças.

Em (20'), o operador $\langle \underline{D} \rangle$ é o que tem maior escopo, pois a sentença denota um intervalo de tempo contínuo que inclui o intervalo de tempo corrente. Isso pode ser observado na tabela da página anterior. Os intervalos de tempo que compõem a sentença são a negação de $\langle A \rangle$ e $\langle \underline{A} \rangle$, ou seja, a negação de que João estava comendo uma maçã e de que João estará comendo uma maçã.

Nesta proposta teórica, há a idéia de um algoritmo para a construção dos significados das sentenças. Justamente nessa construção, aparecem as unidades menores - ou composicionais - dos intervalos de tempo e suas respectivas relações a caminho do intervalo maior. Essa idéia parece sinalizar um paralelo à proposta de estrutura de eventos de PUSTEJOVSKY (1991), em que os subeventos combinam-se para formar o evento maior. Esse paralelo teórico (e certamente outros ainda não descobertos) merece ser esclarecido com mais acuidade.

O ponto ainda mais interessante no texto de Leith & Cunningham é a sinalização de uma checagem de acarretamentos baseada nas operações entre os intervalos de tempo. Com uma pesquisa mais aprofundada na teoria de Leith & Cunningham e nas referências que a embasaram (principalmente em HAPERIN & SHOHAM [1986]), esperamos poder checar acarretamentos derivados de leitura temporal que sejam possíveis para dados do português.

Referências bibliográficas

- BACH, E. The algebra of events. In: *Linguistics and Philosophy*, v.19, 1986.
- CANN, R. *Formal semantics - na introduction*. Cambridge University Press, 1991.
- CARLSON, L. Aspect and quantification. In: *Syntax and Semantics*, v. 14, 1981.
- DAVIDSON, D. The logical form of action sentences. In: *Essays on actions and events*. Oxford: Carendon Press, 1980.
- DOMINGUES, H. & IEZZI, G. *Álgebra moderna*. São Paulo: Atual, 1995.
- DOWTY, D. *Word meaning and Montague grammar*. Dordrecht: Reidel, 1979.
- GODOI, E. *O aspecto do aspecto*. Campinas, UNICAMP, 1995. Tese de Doutorado.
- HAPER, J. & SHOHAM, Y. A propositional modal logic of time intervals. In: *Proceedings of Symposium on Logic in Computer Science*. Cambridge: Massachusetts, 1986.
- LARSON, R. & SEGAL, G. Events, states and times. In: *Knowledge of meaning*. MIT Press, 1997.
- LEITH, M. & CUNNINGHAM, J. Representing and reasoning with events from natural language. In: *Lecture notes in artificial intelligence*, v.1244. Bad Honnef, Germany: Springer, 1997.
- LINK, G. The logical analysis of plural and mass terms: a lattice-theoretic approach. In: BAÜERLE, R. et al. (eds.), *Meaning, use and interpretation of language*. Berlin: De Gruyter, 1983.
- LINK, G. *Algebraic semantics in language and philosophy*. CSLI Publications, 1997.
- MOURELATOS, A. Events, processes and states. In: *Syntax and Semantics*, v. 14, 1981.
- PARSONS, T. *Events in the semantics of English: a study in subatomic semantics*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.
- PUSTEJOVSKY, J. The syntax of event structure. In: *Cognition*, v. 41, 1991.
- ROTHSTEIN, S. The meaning of "be". In: *Predicates and their subjects*. Bar-Ilan University, 1997. (não publicado).
- VENDLER, Z. *Linguistics in philosophy*. New York: Cornell University Press, 1967.
- VARKUYL, H. Aspectual classes and aspectual composition. In: *Linguistics and Philosophy*, v. 12, 1989.

TRATAMENTO ACÚSTICO DAS VARIANTES INDIVIDUAIS EM BANÍWA-HOHODENE, LÍNGUA DA FAMÍLIA ARAWÁK

Iara Maria TELES (Universidade Federal de Rondônia)

RESUMO: *Baniwa-Hohodene (família Arawák), língua falada no Alto Içana, Noroeste do Estado do Amazonas, apresenta variantes individuais dificilmente detectáveis perceptualmente. Este trabalho visa demonstrar que a definição pontual destas variantes só é possível através de uma análise acústica acurada. A análise espectrográfica permite, por exemplo, diferenciar uma variante fricativa surda [ʃ] da aproximante retroflexa surda [ʃ̠].*

Palavras-chave: Baniwa-Hohodene; análise acústica; variantes individuais

ABSTRACT: *The Baniwa-Hohodene language (Arawak family), spoken in Alto Içana river, Northwest of the Amazon state, presents individual variations that are not easy to detect perceptually. The present study aims to demonstrate that the punctual definition of these variations needs an accurate acoustic analysis. For example, the spectrographical analysis shows an idiolectal difference between a voiceless fricative [ʃ] and a voiceless retroflex approximant [ʃ̠].*

Key-words: Baniwa-Hohodene; acoustic analysis; individual variations

Introdução

Baniwa-Hohodene apresenta variantes individuais dificilmente detectáveis em nível perceptual. Esta comunicação visa, assim, demonstrar que a definição pontual destas variantes só foi possível por uma análise acústica acurada, realizada através do programa de análise linguística – “*Computerized Extraction of Components of Intonation in Language*” (CECIL). A análise espectrográfica permitiu, por exemplo, identificar uma variante fricativa surda [ʃ] da aproximante retroflexa surda [ʃ̠], na palavra [pa.ʃada] “barriga”, com informantes diferentes.

1. Algumas considerações sobre a língua

1.1 O povo

No rio Içana, no Alto Rio Negro, no Noroeste do Estado do Amazonas, encontra-se um povo indígena da família Arawák, os Baniwa, mais

precisamente os Hohodene (cerca de 132 falantes deste dialeto Baniwa), habitantes da Comunidade Ucuki-Cachoeira.

O Baniwa do Içana, enquanto família Arawák do rio Içana e seus afluentes, sobretudo dos rios Ajari e Cuiari, faz parte do que se convencionou chamar de Complexo Lingüístico Baniwa-Kurripako e abrange cerca de vinte grupos diferentes, tradicionalmente reunidos em três grandes grupos: Karútuna (falado no baixo Içana), Kurripáko (falado no alto Içana) e Baniwa do Içana propriamente dito, segundo Nimuendaju (1955).

Baniwa é "o povo da mandioca" porque Baniwa é o mesmo que Maniva, e este é o nome que se dá para mandioca em língua geral. Portanto, Baniwa significa cultivadores de mandioca. (O Nheêngatu ou Língua Geral da Amazônia é a língua usada para comunicação entre as tribos.)

Nimuendaju ((1927) 1982, p. 174) refere-se ao Baniwa do Içana como uma língua suave, que "não possui quase vogais guturais", como todas as línguas da família Arawák. Diz ainda ser facilmente reconhecível um Baniwa do Içana "pela pronúncia dos constantes combinados ts, th e ph". Teles (1992b), em análise histórico-comparativa preliminar, primeira realizada para o Baniwa-Hohodene, encontrou vinte e quatro fonemas africados e aspirados.

1.2 Língua aglutinante

Baniwa é uma língua morfologicamente aglutinante, pois as palavras são formadas por uma raiz dissilábica, raramente monossilábica, a qual se adjunge prefixos e sufixos. Um exemplo que demonstra essa estrutura aglutinante é a existência de prefixos e sufixos de posse:

Prefixos		Sufixos	
1s.	[nu-]	1p.	[wa-]
			[-ne]
2s.	[pi-]	2p.	[i-]
			[-te]
3ms	[ji-]	3p.	[na-]
			[-re]
3fs	[ju-]		[-i/e]
indefinido	[pi-/pa-]		[Ø]

Exemplos:

w á j u	"papagaio"
n u w á j u n i	"meu papagaio"
p i w á j u n i	"teu papagaio"
j i w á j u n i	"seu papagaio"
w a w á j u n i	"nosso papagaio"
J o ã o i w á j u n i	"o papagaio de João"
w á j u a w a k a d á r i k u p e j i	"o papagaio da floresta"
p ^h i w i d a	"dedo"
J o ã o i k a p ^h i w i d a	"o dedo de João"

1.3 Sistema cardinal

Para contar, o nativo hohodene usa as partes do corpo a partir do número cinco, que é [pakapi], a mesma palavra para mão. Assim temos:

01 = [apada]	"caminho" [inipu]	01 caminho [apapékuiñipu]
02 = [dzama]		02 caminhos [dzama pékuiñipu]
03 = [madari]		03 caminhos [madari pékuiñipu]
04 = [jikwák ^h a]		04 caminhos [jikwák ^h apékuiñipu]
05 = [pakapi]		05 caminhos [apémapakápipékuiñipu]
10 = [dzamémapakápi]		10 caminhos [dzamémapakápi pékuiñipu]
15 = [madariémapakápi]		15 caminhos [madariémapakápi pékuiñipu]
20 = [jikwák ^h apapakápi]		20 caminhos [jikwák ^h apapakápi pékuiñipu]
		muitos caminhos [inipumanupéka]

O informante teve dificuldade para contar depois de dez. No seu dia-a-dia, esta é uma situação relegada a segundo plano, pois nem todas as culturas valorizam a expressão de quantidades exatas, como a cultura capitalista o faz.

2. Os sons em Baniwa-Hohodene

Apresentaremos os quadros de sons consonantais (34) e vocálicos (11) da língua, ilustrando com espectrogramas e oscilogramas as considerações que fazemos sobre alguns deles, sobretudo dos soantes retroflexos, que dão um colorido especial ao dialeto em questão.

			labial	labio-dental	Dento-alveolar	alveolar	Postalveolar	retroflexo	palatal	velar	Glot.
Oclusiva	Surda	p		t	t			k			
	Surda asp.	p ^h		t ^h	t ^h			k ^h			
	Sonora	b		d	d						
Fricativa	Surda					s					ʃ
	Sonora										ʒ
Africada	Surda				ts	tʃ					
	Surda asp.				ts ^h						
	Sonora				dz						
Nasal	Surda	m			n			ɲ			
	Sonora										
Vibrante	Surda				r						
	Sonora										
Tepe e Flape	Surda							ɽ			
	Sonora										
Aproximada	Surda							ɻ		w	
	Sonora		u					ɻ	j	w	
	Nasal								j	w	
Flape Sur. Lat. Son.	Surda					ɺ					
	Sonora					ɺ					

Sistema Fonético Consonantal

	Anterior				Posterior	
Fec. alta	i	ĩ			U	u
Meia fec. Média alta		e	ẽ		O	
Meia ab. Méd. baixa		ɛ	ẽ			
Ab. Baixa			a	ã		
Vog. Longas:	i:	e:	ɛ:	a:		u:
Dit. Decresc.:	i ^w	a ^j	u ^j		ũ ^j	
Dit. Cresc.:	j ^e	j ^a	w ⁱ	w ^a	j ^ã	w ^ã

Sistema Fonético Vocálico

2.1 Variante Fricativa Surda [ʃ]

Embora Taylor (1991, p. 25), tenha citado somente a variante fricativa sonora, encontramos a variante fricativa surda [ʃ] da aproximada retroflexa surda [ɟ]. Por exemplo, somente em um informante, AF, temos [pa.ɟáda] “barriga”, sendo que, nos demais, houve a realização da variante fricativa surda, como em MF, [pa.ʃáda].

Comparando-se os espectrogramas e os espectros das figuras N^{os} 1 e 2, constata-se que, enquanto em MF houve concentração de energia nas altas frequências (característica das fricativas), AF fez uma realização sem turbulência, uma aproximada, na definição de Ladefoged (1973, p.46): “...approximation of two articulators without producing a turbulent airstream”.

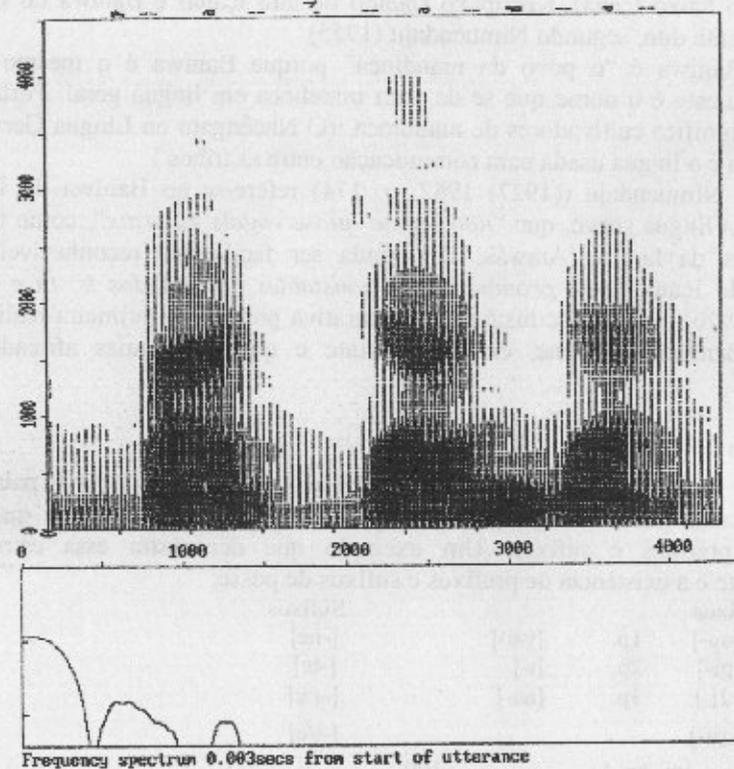
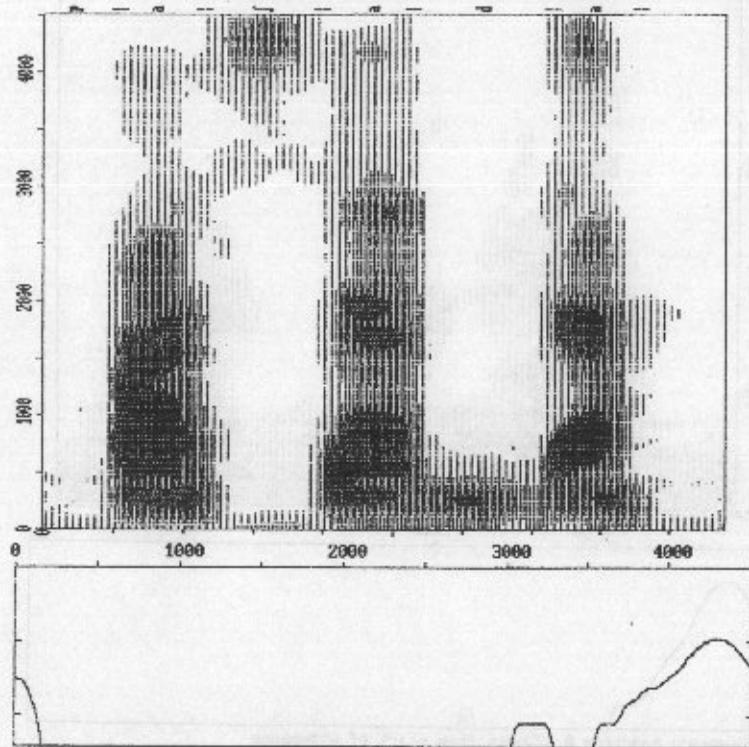


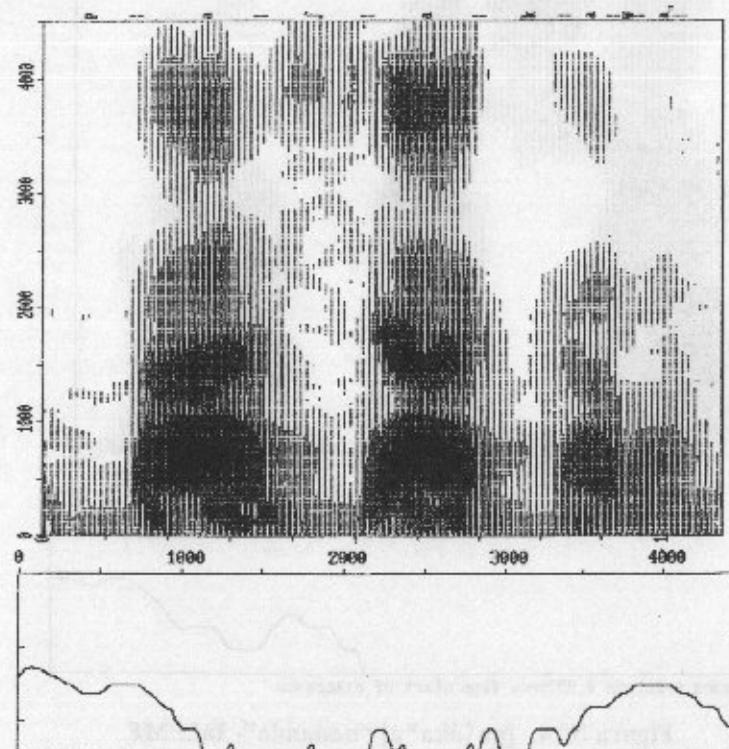
Figura N^o 1 - [pa.ɟáda] “barriga” - Inf.: AF



Frequency spectrum 0.313secs from start of utterance

Figura N° 2 - [paʃada] "barriga"- Inf.: MF

Em [paʃáka^wa] "nadando" houve somente a realização da variante fricativa (cf.Fig.3 e 4).



Frequency spectrum 0.432secs from start of utterance

Figura N° 3 - [paʃáka^wa] "nadando" - Inf.: AF

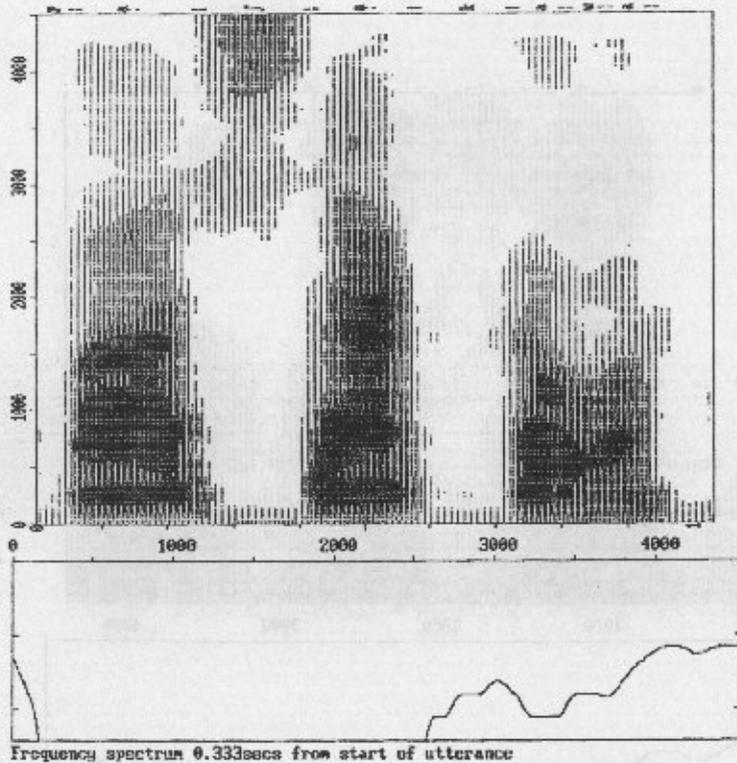


Figura N° 4 - [pa]áka^wa] “nadando”- Inf.: MF

Em [páj]aka] “bebendo”, a realização da aproximada retroflexa sonora foi atestada em todos os informantes com quem trabalhamos para a definição dos sons. Apresentamos a realização de somente três deles (cf. Fig. 5, 6 e 7).

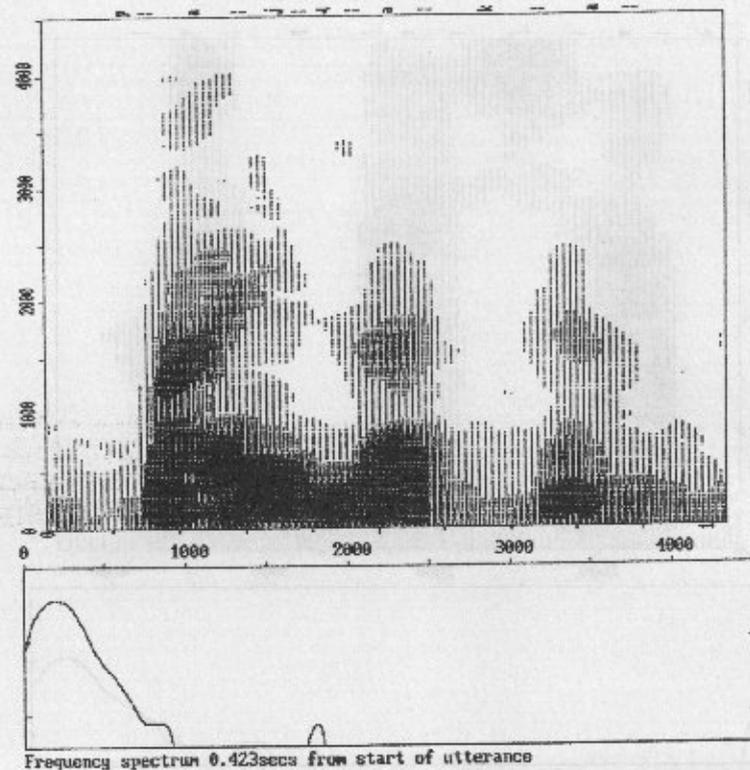
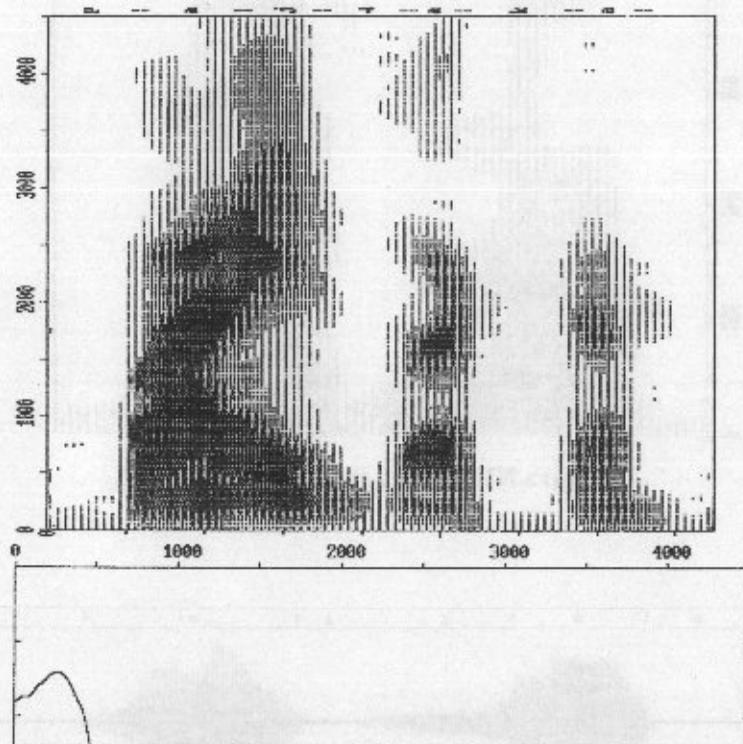
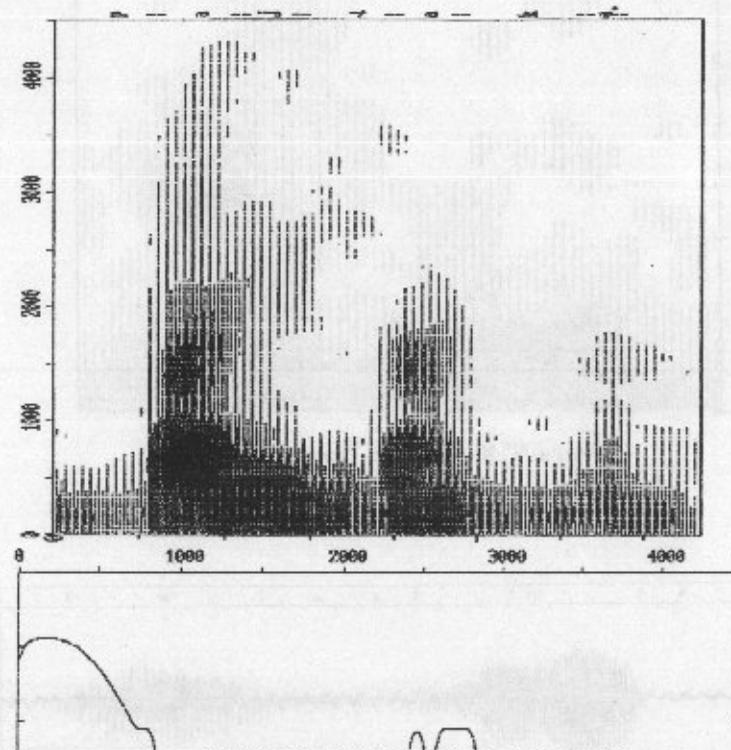


Figura N° 5 - [pá^jaka] “bebendo” - Inf.: AF



Frequency spectrum 0.403secs from start of utterance

Figura N° 6 - [pá^jɰaka] "bebendo" - Inf.: MF



Frequency spectrum 0.352secs from start of utterance

Figura N° 7 - [pá^jɰaka] "bebendo"- Inf.: JF

Para a aproximada de [húɰe] "muito", AF teve uma realização quase que totalmente surda, MF começou com sonoridade e terminou com surdez, enquanto JF a realizou totalmente sonora. Para esta palavra apresentamos também o oscilograma com a linha de Fo (cf. Fig. 8 a 13).

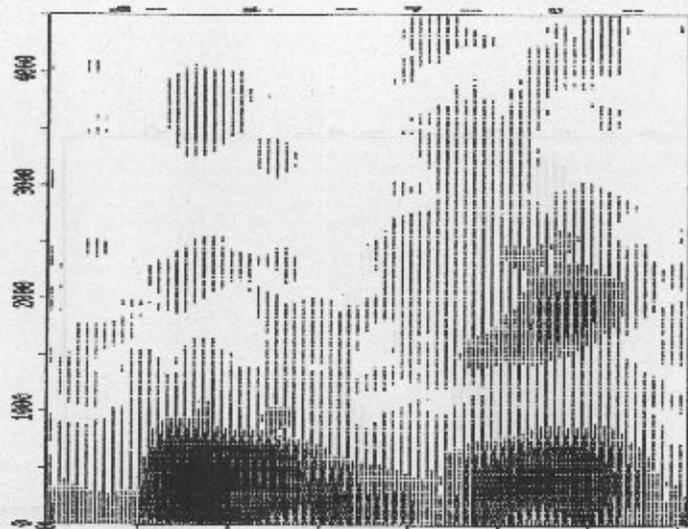


Figura N° 8 - [hú.ɫ.je] "muito" - Inf.: AF

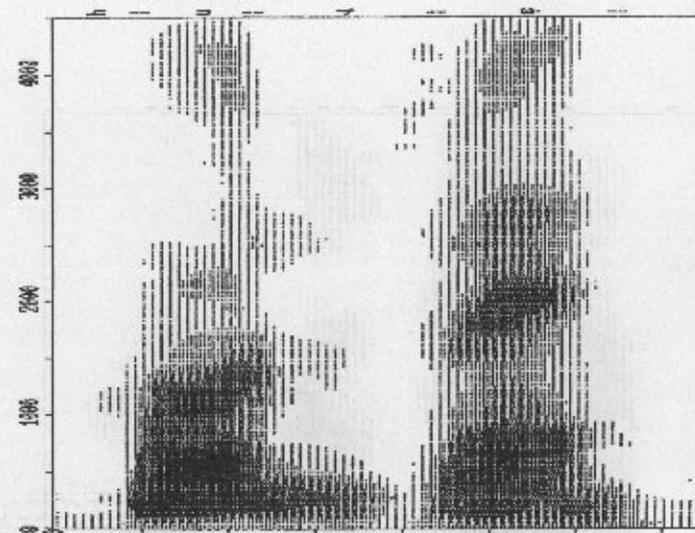


Figura N° 10 - [hú.ɫ.je] "muito"- Inf.: MF

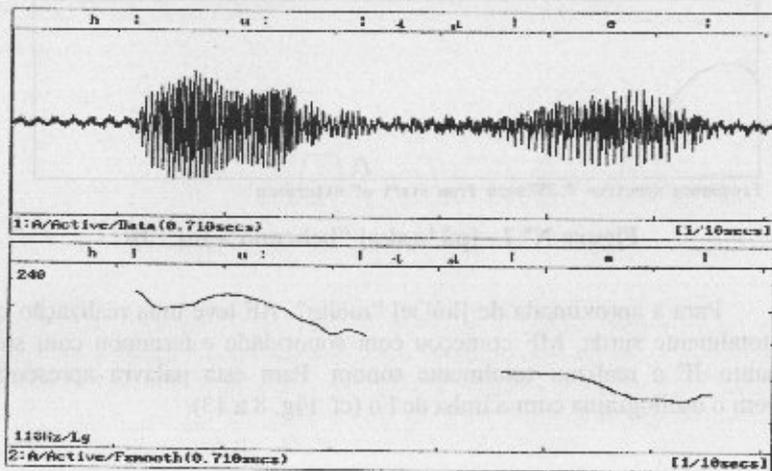


Figura N° 9 - [hú.ɫ.je] "muito" - Inf.: AF

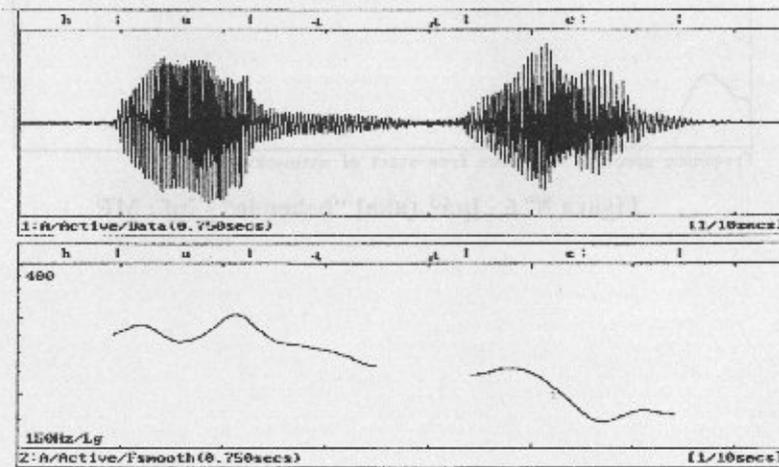


Figura N° 11 - [hú.ɫ.je] "muito"- Inf.: MF

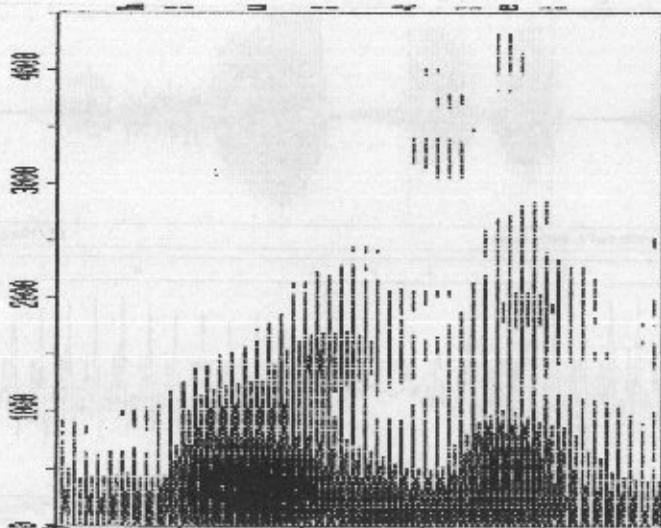


Figura N° 12 - [hú.ɹe] "muito"- Inf.: JF

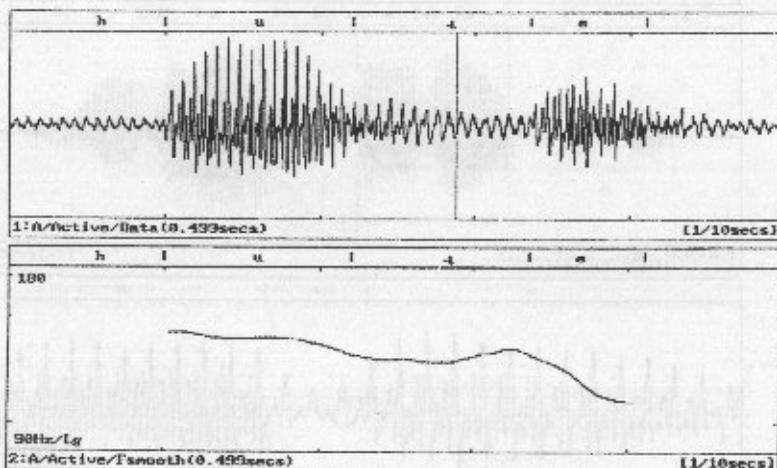


Figura N° 13 - [hú.ɹe] "muito"- Inf.: JF

A definição de alguns sons como aproximada retroflexa sonora [ɹ] é ainda relativamente polêmica. Angenot *et al.* (1992, p. 6) consideram [ɹ] todos

os sons definidos por Taylor (1991, p. 25) como vibrante palatal, que este autor transcreve como /rr/.

No *corpus* que analisamos conseguimos estabelecer diferenças, registrando as seguintes realizações em AF (como já demonstramos, há variações alofônicas conforme os informantes):

.aproximada retroflexa sonora [ɹ]

SW09 - [p á ɹ a k a] "bebendo"

SW68 - [k e p i ɹ é: n i] "pássaro"

SW85 - [i ɹ a n á: t i] "sangue"

SW98 - [i ɹ á ɹ d a r i] "vermelho"

SW100 - [p á: ɹ a k a ʷa] "voando"

.um som retroflexo sonoro, que não é /rr/ nem mesmo [ɹ], pois percebemos um som que se inicia como um flape [ɾ] e termina como aproximada retroflexa sonora [ɹ] (cf. Fig. 17)

SW79 - [k ʷa m e ɾ ɹ i: t a] "quem?"

SW46 - [K é: ɾ ɹ i] "lua"

.um som surdo que, realmente, percebemos como uma vibrante palatal surda [ɹ̥], pois é diferente dos que classificamos como aproximada retroflexa surda [ɹ̥]:

SW53 - [i: n a ɹ̥ u] "mulher"

.finalmente, temos a aproximada retroflexa surda [ɹ̥]:

SW08 - [p a ɹ̥ á d a] "barriga"

SW26 - [p a ɹ̥ ʷá k a ʷa] "deitando"

SW35 - [p a ɹ̥ ú t ā n a] "fígado"

SW32 - [h i u i ɹ̥ i] "estrela"

SW52 - [h ú: ɹ̥ ɹ̥ e] "muito"

SW75 - [p a n ú: ɹ̥ u] "pescoço"

2.2 Vibrante, Tepe Alveolar, Flape Retroflexo e Flape Lateral

Para a seqüência de vibrante, tepe alveolar, flape retroflexo e flape lateral apresentamos oscilograma de toda a palavra, onde se insere o exemplo, na janela "whole" e, na janela "active", o respectivo som aumentado para se observar o número de vibrações que o caracterizam.

Na palavra [maturedê:ʃi] "redondo" houve a realização de uma vibrante em AF e de um tepe sonoro em JF, talvez devido a seu "débit" mais rápido (6 s/seg, enquanto que o de AF é de 4 s/seg) (cf. Fig. 14 e 15). Observe-se que JF nem mesmo realizou a nasal [m] inicial.

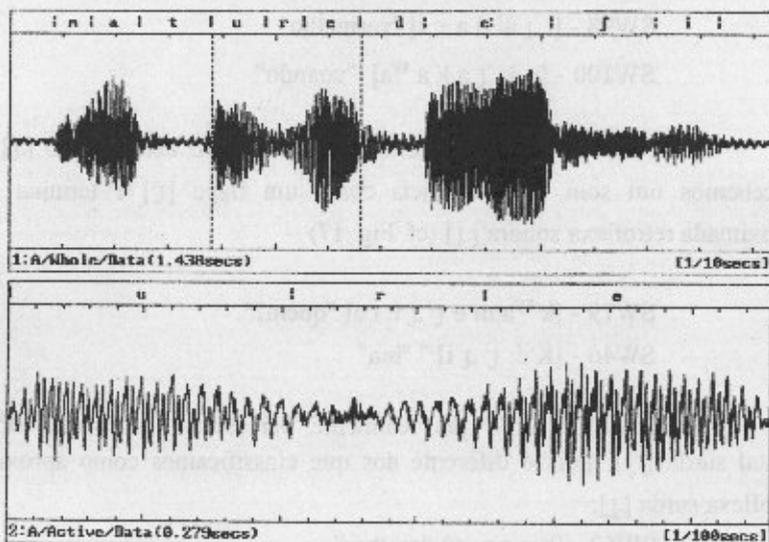


Figura Nº 14 - [maturedê:ʃi] "redondo"- Inf.: AF

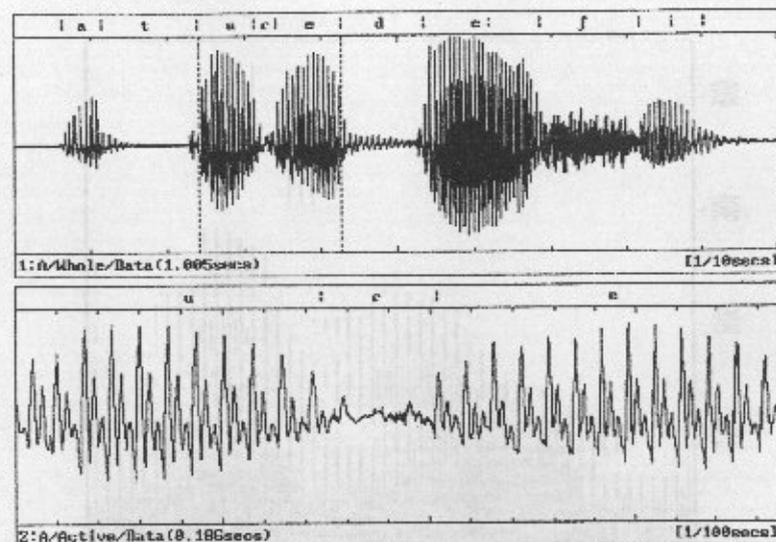


Figura Nº 15 - [maturedê:ʃi] "redondo"- Inf.: JF

Na figura Nº 16 apresentamos mais um exemplo de tepe.

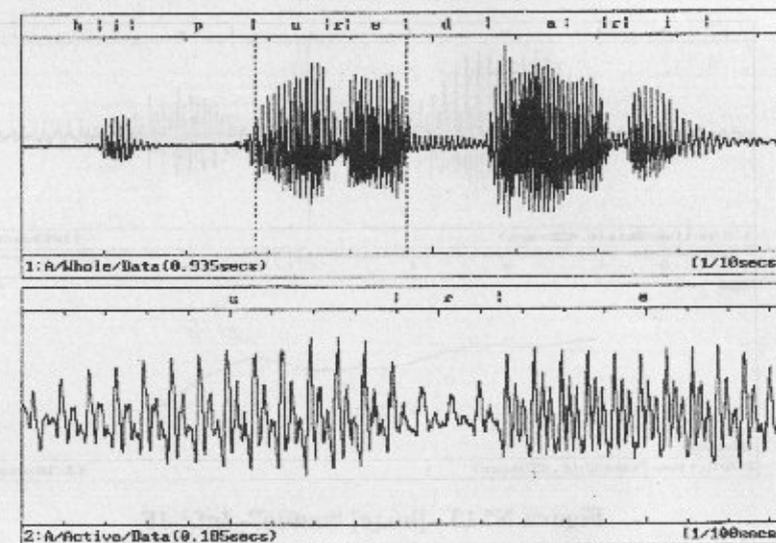


Figura Nº 16 - [hipuredári] "verde"- Inf.: JF

Na figura Nº 17 apresentamos um flape lateral.

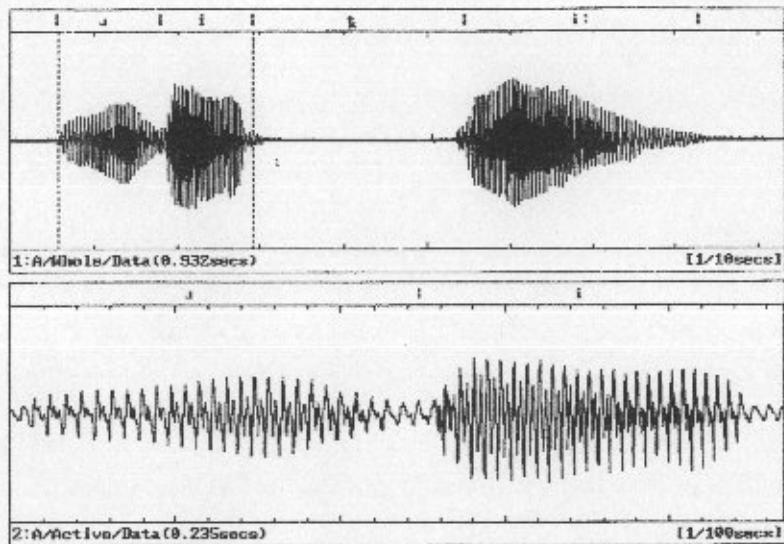


Figura Nº 17 - [Jíiti:] "gordura"- Inf.: MF

Martins (1991, p. 19) cita o aparecimento do flape central em Baniwa-Siussi, na realidade um tepe, por influência do contato com falantes da língua Nheengatu e não inclui este som em sua tabela fonética para BH, pois, segundo ele, "O Baniwa Hohodene perdeu os nasais surdos, mas não parece que foi por causa do Nheengatú porque não ganhou o flape central do Nheengatu."

Incluimos o flape central em nosso quadro fonético como tepe, que ocorre sempre em contexto intervocálico, pois o atestamos largamente no corpus analisado.

Conclusão

Nossa análise acústica dos sons em Baniwa-Hohodenc pode contribuir, de maneira significativa, para que estudos morfossintáticos de línguas do Complexo Lingüístico Baniwa-Kurripako (França, 1993 e Valadares, 1993) tivessem um embasamento fonético mais seguro do que uma análise meramente perceptual pode proporcionar.

Referências bibliográficas

ANGENOT, J. P. et al. *Um processo de metátese no complexo Baniwa/Kuripáko subgrupo arawák do rio Negro: uma análise sincrônica e diacrônica*. Florianópolis: UFSC, 1992.

- FRANÇA, M.C.V. de *Fonologia sincrônica e diacrônica do Baniwa-Siussi – Um tratamento não-linear*. Florianópolis: UFSC, 1993. (Dissertação de mestrado)
- KELSO, R. *Getting Starting with CECIL*. USA: Summer Institut of Linguistic, 1992.
- LADEFOGED, P. *Preliminaries to Linguistic Phonetics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1973.
- MARTINS, V. *Fonética Baniwa-Kurripako-Baré-Werequena-Tariana*. Florianópolis: UFSC, 1991. (mimeo)
- NIMUENDAJU, C. Reconhecimento dos Rios Içana e Uaupés, março a julho de 1927. Apontamentos lingüísticos (2ª parte). In *Journal de la Société des Americanistes de Paris*. Paris, n.44, pp. 149-178, 1955.
- TAYLOR, G. *Introdução ao Baniwa do Içana*. Campinas: UNICAMP, 1991.
- TELES, I. M. (1992) Do Proto-Arawák ao Baniwa do Içana-Hohodene. In: *VI Seminário do Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Paraná*. Maringá. Anais... Faculdade Estadual de Educação de Paranavai - Departamento de Letras, 1993.
- VALADARES, S. M. B. *Aspectos fonológicos da língua Kurripáku (falas Kumandaminanai e Ayáneni)*. Florianópolis: UFSC, 1993. (Dissertação de mestrado)